

EDUARDO HERMES SILVA

**AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO A PARTIR DOS PROCESSOS DE
CRIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN
(CONCÓRDIA/SC)**

Florianópolis

2008

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Eduardo Hermes Silva

**As transformações do território a partir dos processos de criação e
planejamento do Parque Estadual Fritz Plaumann (Concórdia/SC)**

Dra. Ângela da Veiga Beltrame

DISSERTAÇÃO

Área de concentração: Utilização e Conservação de Recursos Naturais

Florianópolis/SC, fevereiro de 2008

As transformações do território a partir dos processos de criação e planejamento do Parque Estadual Fritz Plaumann (Concórdia/SC)

Eduardo Hermes Silva

Coordenador: Prof. Dr. Carlos José Espíndola

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia, área de concentração Utilização e Conservação de Recursos Naturais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: _____

Prof^a Dra. Ângela da Veiga Beltrame (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. Luis Fernando Scheibe (UFSC)

Membro: _____

Prof^a Dra. Karen Follador Karam

Florianópolis-SC, 29 de fevereiro de 2008

AGRADECIMENTOS

O fato de eu não ter agradecido a ninguém na versão encaminhada aos membros da Banca Examinadora não significa que eu tenha esquecido das pessoas que de alguma forma contribuíram para a construção desta pesquisa. Foi a pressa mesmo! Agora vai...

À Angela Beltrame, pela orientação, apoio e compreensão na difícil tarefa de conciliar pesquisa e trabalho, em meio a encontros e desencontros entre Floripa e Concórdia.

À Karen Karam, pela preciosa dica que delimitou o tema e os recortes desta pesquisa.

Ao Scheibe que, como poucos, soube esclarecer a importância dos referenciais teóricos e oportunizou, na disciplina de Análise Ambiental, o encontro com o conceito de território e seu papel no embasamento da pesquisa.

À Socioambiental Consultores Associados, em especial ao Marcos e Ricardo, que me oportunizaram esta e diversas outras experiências profissionais enriquecedoras, e ao Liu e à Renata, pela grande ajuda com os mapas.

À TRACTEBEL Energia e ao Consórcio Itá, que tornaram a história do Parque Estadual Fritz Plaumann uma experiência única e de grande relevância no cenário atual das unidades de conservação brasileiras.

Ao pessoal da ECOPEF: Mu, Gema, Rafa, Pati, Aline, Marcela, Cleci e Gilvânio. É bem verdade que eles atrapalharam mais do que ajudaram, acirrando a disputa da minha atenção entre o passado e o presente do Parque, a pesquisa e o trabalho...Mas o convívio, a amizade e a compreensão nos momentos em que essa disputa tornou-se mais difícil foram muito reconfortantes e me ajudaram a “tocar o barco”.

À Fafá, Aninha e Beloni, da FATMA, pelas informações, materiais e simplesmente por acreditarem na implementação desta e de outras unidades de conservação, mesmo diante das dificuldades institucionais e “amarras” burocráticas.

Ao Carlos Gheno pelo companheirismo nas andanças pela região, pelo mapeamento de atores junto com a Nice, pelas histórias e “causos” contados, e principalmente pelas dicas sobre o histórico do uso do solo e a evolução da cobertura vegetal no Parque.

Às diversas famílias de agricultores que fizeram e fazem parte da história do Parque e das comunidades do seu entorno, pela forma atenciosa com que me receberam e pelas valiosas informações para a realização deste trabalho.

À família que me acolheu carinhosamente no oeste, vó Nelly, tio Galego e tia Tuti, Juli e Nano, Guto, Jan e Luana, pelos diversos momentos de diversão e de crescimento pessoal (incluindo os 10 kg de massa corpórea).

À minha mãe, Carmen, e à tia Liane, tutoras pessoais durante toda minha trajetória acadêmica, pelas inúmeras e preciosas críticas e contribuições.

RESUMO

Este trabalho investiga as transformações territoriais ligadas aos processos de criação e planejamento do Parque Estadual Fritz Plaumann, localizado no município de Concórdia, Alto Uruguai Catarinense. Intimamente relacionado à implantação da Usina Hidrelétrica Itá, o histórico do Parque inclui todos os processos aqui considerados fundamentais à implementação de uma unidade de conservação, sendo sua criação e seu planejamento peculiares em função da mudança da categoria de manejo e do nome inicialmente definidos. O mapeamento de atores e a pesquisa documental foram facilitados pela participação do pesquisador em diferentes etapas desse histórico. As transformações territoriais foram analisadas a partir da aplicação de questionários com agricultores do entorno do Parque e atores institucionais partícipes dos seus processos de criação e planejamento, da realização de entrevistas semi-estruturadas com antigos proprietários da área e de mapeamentos temáticos. A consolidação dos resultados permitiu analisar o histórico de ocupação e uso do solo pelos antigos proprietários da área de estudo, o processo de indenização e/ou relocação ligado à instalação da Usina, a criação e o planejamento da Estação Ecológica Barra do Queimados, a mudança da categoria e do nome para Parque Estadual Fritz Plaumann e a readequação do seu planejamento. O histórico de ocupação e uso do solo constituiu importante subsídio para a compreensão das transformações territoriais subseqüentes e também para demandas de manejo da Unidade, neste caso relacionadas tanto à evolução da cobertura vegetal quanto a informações para educação e interpretação ambiental. O processo de indenização e/ou relocação dos antigos proprietários se mostrou carente de aprimoramentos, sobretudo em relação à incorporação de uma sistemática de comunicação, assistência social e financeira junto aos atingidos. Esse processo acarretou impactos também às comunidades a que pertenciam os proprietários, influenciando na percepção dos atores locais sobre a Unidade. A definição do território da Unidade esteve ligada tanto ao aproveitamento de áreas indenizadas pelo enchimento do reservatório quanto à identificação de remanescentes florestais. Embora o nome inicialmente definido tenha valorizado aspectos locais, a categoria de manejo escolhida não foi condizente com as características da área e com o potencial de contribuição à conservação da Floresta Estacional Decidual, seu objetivo maior de criação. A elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica Barra do Queimados se mostrou precipitada, mas possibilitou a participação de uma empresa de consultoria que capitaneou a mudança da categoria de manejo e a ampliação da participação de atores locais e institucionais interessados na UC. Essa participação, no entanto, foi pouco efetiva tanto na escolha do novo nome, durante a criação oficial do Parque Estadual Fritz Plaumann, quanto na readequação do seu Plano de Manejo. A mudança de categoria representou uma reorganização territorial mais condizente com as características da área e com o potencial de contribuição para a conservação da Floresta Estacional Decidual.

ABSTRACT

This work investigates the territorial transformations related to the creation and planning processes of Fritz Plaumann State Park, located in the city of Concórdia, western region of Santa Catarina State. Closely related to the implantation of Itá Hydroelectric Powerplant, the history of the park includes all the basic processes considered to the implementation of a natural protected area, being its peculiar creation and planning related to the change of the management category and the name initially proposed. The mapping of actors and the documental research had been facilitated by the participation of the researcher in different stages of this history. Land use changes had been analyzed through the application of questionnaires with local farmers and institutional actors that has taken part of its creational and planning processes, the accomplishment of interviews with the old landowners of the study area and the use of thematic mappings. The consolidation of these results allowed to analyze the historical occupation and land-use by the old landowners, the indemnity and/or relocation process related to the installation of the powerplant, the creation and planning of Barra dos Queimados Ecological Station, the change of the category and name for Fritz Plaumann State Park and the re-adequacy of its planning. Historical occupation and land-use were also essential to understand latter territorial changes and to general management demands of the natural protect area, specially related to land cover restoration and informations to environmental education and interpretation. Indemnity and/or relocation process of the old owners itself showed devoid of improvements, with a lack of communication systematic and social and financial assistance to the affected families. This particular process caused impacts not only to the affected families but also to the communities where they belonged, influencing the local actors perception of the natural protect area. The definition of the natural protect area was based not only on the use of the indemnify areas by the powerplant but also on the identification of native forest fragments. Although the name initially defined has valued local aspects, the chosen management category was not adequate to the characteristics of the area and the potential effort to *Floresta Estacional Decidual* conservation, its main objective of creation. The elaboration of the management plan of Barra dos Queimados Ecological Station showed precipitated, but it made possible the participation of a consultancy company that commanded the change of the management category and the magnifying of the participation of interested local and institucional actors in the natural protect area. This participation, however, was little accomplishes even in the choice of the new name, during the official creation of the Fritz Plaumann State Park, as in the re-adequacy of the management plan. The change of the category represented a territorial reorganization more appropriated for the characteristics of the area and the potential of contribution to *Floresta Estacional Decidual* conservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Localização do Parque Estadual Fritz Plaumann.....	15
FIGURA 2 – Representação esquemática do histórico da UC.....	19
FIGURA 3 – Fluxograma dos passos metodológicos da pesquisa.....	22
FIGURA 4 – Síntese dos diferentes processos de implementação das unidades de conservação	36
FIGURA 5 – Mapa das Unidades de Conservação do estado de Santa Catarina	61
FIGURA 6 – Evolução histórica das formações florestais em Santa Catarina	63
FIGURA 7 – Evolução histórica da área coberta por UCs estaduais em Santa Catarina.....	63
FIGURA 8 – Situação das unidades de conservação estaduais de Santa Catarina em 2006	64
FIGURA 9 – Localização e abrangência da região Oeste Catarinense.....	67
FIGURA 10 – Evolução da população total de Concórdia de 1960 a 2007	73
FIGURA 11 – Evolução da população urbana (barra inferior) e rural (barra superior) de Concórdia de 1970 a 2000	73
FIGURA 12 – Distribuição da população economicamente ativa de Concórdia por setores da economia (dados de 1998)	74
FIGURA 13 – Área de influência do Parque Estadual Fritz Plaumann.....	77
FIGURA 14 – Faixas de tamanho das propriedades inventariadas nas comunidades do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann	80
FIGURA 15 – Uso das terras nas propriedades rurais inventariadas nas comunidades do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann	80
FIGURA 16 – Porcentagem de culturas agrícolas principais e secundárias nas propriedades rurais inventariadas nas comunidades do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann	81

FIGURA 17 – Importância das atividades não-agrícolas e da aposentadoria entre as propriedades rurais inventariadas nas comunidades do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann	82
FIGURA 18 – Vista aérea da porção insular do Parque Estadual Fritz Plaumann (ano 2000).....	83
FIGURA 19 – Base cartográfica do Parque Estadual Fritz Plaumann.....	84
FIGURA 20 – Vista sul da porção não insular do Parque Estadual Fritz Plaumann ao longo do rio Uruguai (ano 2003).....	85
FIGURA 21 – Vista norte da porção não insular do Parque Estadual Fritz Plaumann, ao longo da foz do rio dos Queimados (ano 2003).....	85
FIGURA 22 – Modelo numérico do terreno (MNT) do Parque Estadual Fritz Plaumann e seu entorno	92
FIGURA 23 – Foz do rio dos Queimados, junto aos limites do Parque Estadual Fritz Plaumann (à direita na foto)	97
FIGURA 24 – Instalações para suínos com escoamento superficial de dejetos na APP do Lajeado Cruzeiro	97
FIGURA 25 – Mapa de vegetação e uso do solo do Parque Estadual Fritz Plaumann e de uma faixa de 500 metros do seu entorno (ano 2000).....	100
FIGURA 26 – Distribuição das classes de vegetação e uso do solo da área do Parque Estadual Fritz Plaumann e de uma faixa de 500 metros do seu entorno, em 2000	101
FIGURA 27 – Área com estágio de capoeirinha em 2000.....	102
FIGURA 28 – Mesma área com estágio de capoeira em 2007	102
FIGURA 29 – Esquema das transformações territoriais ligadas aos processos de criação e planejamento da UC	108
FIGURA 30 – Mapa das ortofotocartas com os limites das antigas propriedades sobrepostas aos limites atuais do Parque Estadual Fritz Plaumann e os ex-proprietários entrevistados	113
FIGURA 31 – Distribuição das propriedades selecionadas entre as quatro comunidades rurais existentes antes da criação da UC.....	114
FIGURA 32 – Procedências dos ex-proprietários entrevistados	115

FIGURA 33 – Década de ocupação do território pelos ex-proprietários entrevistados	116
FIGURA 34 – Faixas de tamanho das propriedades selecionadas	117
FIGURA 35 – Destoque de mata em 1967 numa das propriedades analisadas .	118
FIGURA 36 – Tipos de uso do solo em duas antigas propriedades do Parque, na área adjacente ao atual Centro de Visitantes.....	120
FIGURA 37 – Potreiro para criação de ovinos às margens do rio Uruguai em uma antiga propriedade da atual porção insular da UC	122
FIGURA 38 – Área percentual das distintas zonas em relação à área total da Estação Ecológica Barra do Queimados	139
FIGURA 39 – Mapa de Zoneamento da Estação Ecológica Barra do Queimados	140
FIGURA 40 – Categorias de atores mobilizados para a consulta pública (28/08 a 01/09/2003)	149
FIGURA 41 – Categorias de atores interessados em participar do Conselho Consultivo do Parque (17/09/2003).....	151
FIGURA 42 – Cerimônia de criação do Parque em 24/09/2003.....	154
FIGURA 43 – Mapa com imagens de satélite da área do Parque Estadual Fritz Plaumann e seu entorno, com os moradores cadastrados (e entrevistados) e locais de checagem a campo	159
FIGURA 44 – Mapa de Zoneamento do Parque Estadual Fritz Plaumann	162
FIGURA 45 – Área percentual das distintas zonas em relação à área total do Parque Estadual Fritz Plaumann.....	163
FIGURA 46 – Mapa com as Áreas Estratégicas Internas do Parque Estadual Fritz Plaumann	165
FIGURA 47 – Mapa com as Áreas Estratégicas Externas do Parque Estadual Fritz Plaumann	166
FIGURA 48 – Categorias de atores mobilizados na “Reunião preparatória para formação do Conselho Consultivo do Parque” (02/12/2003).....	167
FIGURA 49 – Painel da sala de exposições do Centro de Visitantes do Parque Estadual Fritz Plaumann, elaborado a partir dos dados da pesquisa.....	171

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Atores identificados e contatados pela pesquisa.....	23
QUADRO 2 – Unidades de Conservação Estaduais de Santa Catarina	60
QUADRO 3 – Evolução histórica das formações florestais em Santa Catarina	62
QUADRO 4 – Matriz de relação do histórico da UC com atores envolvidos, abrangência espacial, ações institucionais e/ou técnicas e documentos de referência	111
QUADRO 5 – Quadro comparativo da categoria Estação Ecológica x Parque ...	143

LISTA DE ABREVIATURAS

- AARUDIA** – Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes de Concórdia
- ABIOC** – Associação dos Biólogos de Concórdia
- ACIC** – Associação Comercial e Industrial de Concórdia
- AMAUC** – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense
- AMULBI** – Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem de Itá
- ASPLAN** – Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Concórdia
- AVIPE** – Associação dos Vizinhos do Parque Estadual Fritz Plaumann
- CDA** – Centro de Divulgação Ambiental
- CRAB** – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
- DPEC** – Diretoria de Proteção dos Ecossistemas
- CPMPA** – Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental
- EAF** – Escola Agrotécnica Federal
- ECOPEF** – Equipe Co-gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann
- ELETROSUL** – Empresa de Transmissão de Energia do Sul do Brasil S.A.
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
- FATMA** – Fundação do Meio Ambiente
- GERASUL** – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- SDR** – Secretaria de Desenvolvimento Regional
- SEUC** – Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza
- SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- UC** – Unidade de Conservação
- UHEI** – Usina Hidrelétrica Itá
- UnC** – Universidade do Contestado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Justificativa.....	17
1.2. Metodologia.....	21
1.2.1. Levantamento de atores e pesquisa documental.....	23
1.2.2. Questionários-piloto e entrevistas semi-estruturadas	26
1.2.3. Elaboração e análise de mapeamentos temáticos.....	29
1.2.4. A dualidade pesquisador-profissional	32
2. CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIO	33
2.1. Os processos de implementação das unidades de conservação.....	33
2.1.1. Criação.....	36
2.1.2. Planejamento	40
2.1.3. Implantação	46
2.1.4. Gestão	47
2.2. Território e identidade territorial	49
2.3. Unidades de conservação e território – uma breve correlação	56
3. O TERRITÓRIO DE ESTUDO	59
3.1. Unidades de conservação no território catarinense	59
3.2. O Oeste e o Alto Uruguai Catarinense	67
3.3. O município de Concórdia.....	69
3.4. A região de entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann	75
3.5. O Parque Estadual Fritz Plaumann.....	83
3.5.1. Localização, área e histórico.....	83
3.5.2. Caracterização biofísica.....	90
4. AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO A PARTIR DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN.....	107
4.1. Esquema de análise das transformações do território	107

4.2. Das propriedades rurais à Estação Ecológica Barra do Queimados.....	112
4.1.1.Ocupação do território e uso do solo pelos ex-proprietários rurais	114
4.1.2.Processo de indenização e relocação dos ex-proprietários rurais	124
4.3. Estação Ecológica Barra do Queimados: a criação “não oficial” e o planejamento “precipitado”	132
4.4. Da Estação Ecológica Barra do Queimados ao Parque Estadual Fritz Plaumann.....	145
4.4.1.A mudança da categoria de manejo e do nome.....	145
4.4.2.A criação oficial da UC.....	153
4.4.3.O replanejamento	157
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	169
REFERÊNCIAS.....	174
ANEXOS	184

1. INTRODUÇÃO

A relação entre o ser humano e a natureza sempre foi foco de interesse e de estudos em diversas áreas do conhecimento ao longo da história da humanidade. Da dinâmica e diversidade de características ambientais e sócio-culturais resultaram não só diferentes formas de apropriação dos recursos naturais, como diversas representações e fundamentos de base religiosa, mística e filosófica (HERMES-SILVA, 2002).

Dentro desse contexto, a preocupação com a proteção de ambientes naturais a partir de regras consensuais de conduta e/ou limites territoriais definidos vem ocorrendo há alguns milhares de anos. Por trás das ações de proteção há o reconhecimento de determinados valores especiais associados a espaços geográficos específicos. A existência de fontes de água potável, animais considerados sagrados ou raros, fatos históricos, plantas medicinais e uma grande diversidade de recursos para uso corrente ilustram algumas das razões historicamente ligadas às estratégias de controle do uso desses espaços pelo ser humano (MILLER, 1997).

Assume também grande importância e notoriedade nas sociedades atuais o crescente estabelecimento de áreas naturais legalmente protegidas com diversas finalidades. Ainda que sob divergências conceituais, metodológicas e até mesmo epistemológicas, há um amplo reconhecimento de que essas áreas constituem uma das principais estratégias utilizadas hoje para conservação e manutenção da diversidade biológica (MILANO, 2000; TERBORGH; VAN SCHAİK, 2002). Mesmo não representando garantia suficiente para tanto (ROCHA, 1997), a evolução conceitual e metodológica conseqüente do reconhecimento de diferentes objetivos de conservação propiciou a concepção de tipos diferenciados, ou categorias de manejo, para as áreas naturais protegidas.

O amadurecimento observado sob diferentes olhares e disciplinas, no entanto, foi em parte conseqüência de um quadro de conflitos sociais e ambientais que se instaurou a partir da concepção e do estabelecimento de algumas dessas categorias de manejo. Dentre outros aspectos, isso decorreu porque diferentes relações socioeconômicas, socioambientais e culturais sobre um dado espaço geográfico passaram a ser “reguladas” por essas diferentes categorias de manejo, anteriormente inexistentes. Tais “formas de controle” contribuíram (e contribuem) de forma distinta para a transformação ou re-construção do território abrangido e/ou influenciado pela área a ser protegida, muitas vezes de forma divergente ou conflitante com as formas de uso do território pelas populações pré-existentes.

Acompanhando ainda essa evolução, instrumentos legais foram e continuam sendo criados para normatizar os processos de implementação das áreas naturais protegidas. Embora ainda longe dos resultados almejados, as tendências de normatização vêm procurando aperfeiçoar o alcance dos diferentes objetivos de conservação dessas áreas, mitigar ou evitar os conflitos gerados e garantir a participação da sociedade civil e a responsabilidade dos órgãos públicos nesses processos. Essas questões são apresentadas no segundo capítulo do presente trabalho, como forma de situar o leitor na temática que envolve as unidades de conservação (UCs)¹, como são atualmente chamadas as áreas naturais protegidas no Brasil, frente às transformações territoriais decorrentes dos seus processos de implementação.

Nessa ótica, a temática central da presente pesquisa se insere como um estudo de caso bastante ilustrativo. A obrigação legal de estabelecimento de uma unidade de conservação como medida de compensação pelos impactos ambientais provocados por uma usina hidrelétrica, bem como a riqueza de situações impostas em seus processos de implementação, compõem esse cenário.

¹ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, principal marco legal sobre o assunto hoje em nível federal, uma UC constitui um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, [...] legalmente instituído pelo Poder Público, [...] sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, p.9).

Localizado no município de Concórdia (Fig. 1), na região Oeste – e mais especificamente denominada de Alto Uruguai Catarinense – o Parque Estadual Fritz Plaumann (doravante denominado de Parque), apresenta não só um histórico de implementação rico e interessante como diversos aspectos significantes do ponto de vista socioambiental. Não obstante, essa UC parece também refletir parte da história e da situação atual do Alto Uruguai Catarinense, sob o ponto de vista socioeconômico e cultural.

O Parque é a única unidade de conservação estadual que protege parte dos poucos remanescentes ainda existentes da Floresta do Rio Uruguai (Floresta Estacional Decidual), em função de todo processo de colonização e desenvolvimento verificado na região. Esse processo se estende desde a penetração das primeiras populações pré-históricas no Sul do Brasil, passando pela dinâmica territorial de diversos grupos indígenas e, mais recentemente, pelas diversas levas de migração e povoamento de descendentes europeus, principalmente de origem alemã e italiana, provenientes do Rio Grande do Sul (FERREIRA, 1992).

Inclui-se ainda nesse processo o padrão de desenvolvimento agrícola atual, caracterizado pela forte expansão da indústria agroalimentar através dos sistemas de integração com agricultores familiares. Assim, a caracterização da área de estudo, perpassando aspectos do Oeste e do Alto Uruguai Catarinense, do município de Concórdia, das comunidades rurais da região em que o Parque se insere e de sua área específica é apresentada ao leitor no terceiro capítulo deste trabalho.

De forma ainda mais expressiva, a história do Parque confunde-se com as próprias transformações ligadas à implantação e operação da Usina Hidrelétrica Itá (doravante denominada apenas de UHEI), que impulsionou sua criação e seu planejamento.

Como será visto no decorrer deste trabalho, a criação e as ações destinadas ao planejamento dessa UC inserem-se num processo de transformação em andamento.

FIGURA 1 – Localização do Parque Estadual Fritz Plaumann

Esse processo abrange diversas escalas territoriais, desde as comunidades rurais atingidas pela barragem e pela área da própria UC, passando pela reorganização dos diversos municípios também atingidos, até a escala estadual do sistema de áreas naturais protegidas².

Cabe destacar, de forma ainda mais específica, que a aquisição da área da UC mistura-se ao próprio processo de indenização e relocação das populações atingidas pelo reservatório da UHEI. As transformações territoriais desencadeadas pelos processos de criação e planejamento do Parque, no entanto, vão além. Remetem a mudanças institucionais nos papéis do empreendedor e dos órgãos públicos ambientais responsáveis, bem como ao envolvimento de diferentes atores locais, e principalmente às transformações diretamente ligadas à mudança da categoria de manejo e do nome da UC.

O objetivo deste trabalho, portanto é analisar essas transformações territoriais observadas a partir dos processos de criação e planejamento do Parque. Para tanto, foram sistematizadas e analisadas as ações institucionais e técnico-científicas diretamente responsáveis pelos processos de criação e planejamento da UC, incluindo aquelas inseridas no processo de implantação da Usina Hidrelétrica Itá. De forma concomitante, foram analisadas as transformações territoriais observadas durante esses processos segundo a percepção de atores institucionais e locais diretamente envolvidos. Por fim, foram correlacionadas as ações institucionais e técnico-científicas responsáveis por esses processos e as transformações territoriais analisadas no mesmo período, na escala das comunidades rurais da região em que se insere.

A justificativa e os procedimentos metodológicos da pesquisa serão apresentados a seguir. A análise e discussão dos resultados alcançados se encontram expostos principalmente no quarto capítulo do trabalho, ao passo que as considerações finais estão expostas no quinto e último capítulo.

² O Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC) foi instituído pela Lei nº 11.986, em 12 de novembro de 2001, e tem a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e entidades ambientais municipais como órgãos executores responsáveis.

1.1. Justificativa

O presente trabalho justifica-se por motivos ligados basicamente a três questões centrais e inter-relacionadas:

- a) a relevância atual da temática “unidades de conservação”;
- b) a relevância do Parque Estadual Fritz Plaumann e do contexto em que se encontra frente ao cenário de implementação das unidades de conservação estaduais e nacionais;
- c) o potencial de contribuição e interesse mútuo existente entre a temática “unidades de conservação”, o estudo de caso e as concepções teóricas abordadas na Geografia, sobretudo em relação ao conceito de território.

No que diz respeito à relevância da temática, destaca-se aqui o “papel” das unidades de conservação como meios atualmente adotados para buscar assegurar a conservação da biodiversidade no contexto brasileiro e mundial. Tal fato independe das posições antagônicas existentes sobre os processos de implementação das UCs, os resultados até agora alcançados ou mesmo sobre a própria concepção do que constitui uma área natural (a ser) protegida. Para Rodrigues (1993, p. 80), por exemplo, “a velocidade de transformação no tempo histórico/social tem como contrapartida a ‘necessidade’ de guardar a própria natureza em espaços segregados (os parques, áreas de preservação e até em bancos de dados)”.

Os números ligados à criação de UCs, abrangência espacial das áreas, entidades e iniciativas de fomento governamentais e não-governamentais envolvidas, no Brasil e no mundo, por exemplo, ilustram um pouco desse “papel”. Uma grande quantidade e diversidade de trabalhos técnicos e acadêmicos, desenvolvidos principalmente nas últimas décadas, têm se preocupado em analisar e documentar a evolução desses números (ver, como exemplo, TERBORGH; VAN SCHAİK, 2002; DAVEMPORT; RAO, 2002; MILLER, 1997; JORGE PADUA, 2000; FONSECA *et al.*, 1997).

Nesse sentido ainda, constata-se atualmente que a participação e o envolvimento da sociedade civil e de órgãos públicos nos processos de implementação de UCs configuram a “polêmica-chave” dentro da temática. Assim, não só as diferentes categorias de manejo como as alternativas metodológicas que vêm sendo idealizadas (e as discussões teóricas envolvidas) refletem uma tendência que “busca” estimular e garantir essa participação durante os diferentes processos citados. Essa tendência, por sua vez, é, na visão do pesquisador, reflexo direto do polêmico quadro que se instaurou a partir da década de 90 dentro do debate “populações e unidades de conservação” (ver RÖPER, 1999; ROCHA, 1996; DIEGUES, 1994 e 2000).

Destaca-se ainda que os processos de criação e planejamento de unidades de conservação, objeto da presente pesquisa, são alvo de constantes discussões envolvendo diferentes áreas de atuação. Essas discussões não estão esgotadas e, conseqüentemente, carecem de um profundo (e constante!) aperfeiçoamento do ponto de vista metodológico e conceitual.

Especificamente em relação à relevância do estudo de caso e do contexto em que se encontra, cabe destacar novamente o histórico da UC (Fig. 2) e os aspectos que denotam sua significância socioambiental (vistos com detalhe no terceiro capítulo). A UC foi concebida, embora não oficialmente decretada, como Estação Ecológica Barra do Queimados em 1999, concomitantemente ao processo de indenização e relocação de proprietários atingidos pela UHEI. Teve seu primeiro Plano de Manejo elaborado em 2000, quando então já se questionou a escolha da categoria de manejo. Posteriormente, foi realizada uma audiência pública para a mudança da categoria e do nome, em 2003. No período compreendido entre 2000 e 2003, houve discussões acerca dessa mudança envolvendo instituições e atores direta e indiretamente ligados à Unidade de Conservação.

O Parque Estadual Fritz Plaumann foi então oficialmente criado por decreto em 2003, e teve seu Plano de Manejo readequado no transcorrer de 2003 e 2004, em função da mudança na categoria de manejo. Ao final da readequação do Plano

de Manejo, foram concebidos os Planos de Incubação da Gestão, Implantação e Operação do Parque ainda em 2004 atrelados tanto a compensação ambiental quanto ao investimento por parte do empreendedor. Os três Planos foram aprovados logo após a aprovação oficial do Plano de Manejo por parte da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), em 2005, e têm prazo de execução até agosto de 2008³. A Unidade de Conservação foi oficialmente aberta para visitação pública em novembro de 2007, como resultado da cooperação técnica entre a FATMA e uma OSCIP de base local estruturada e capacitada dentro dos Planos de Incubação da Gestão e Operação do Parque.

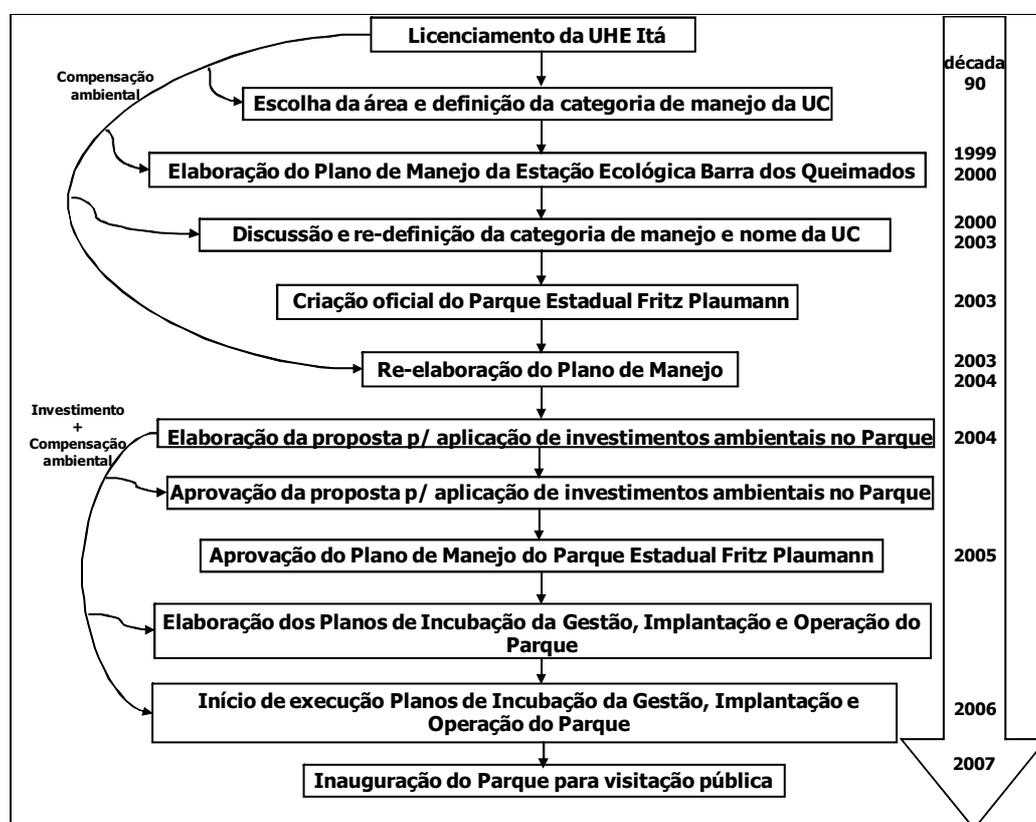


FIGURA 2 – Representação esquemática do histórico da UC

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

Somam-se a esse breve histórico alguns atributos importantes e o potencial que o Parque possui como piloto para estudos e trabalhos técnicos e acadêmicos. Do ponto de vista de atributos que justificaram a criação do Parque, coloca-se

³ Os Planos de Incubação da Gestão e de Operação devem estender-se para além de 2008, uma vez que prevêem atividades de caráter contínuo ligadas à capacitação da equipe co-gestora e a operação do Parque.

rapidamente aqui a ameaçada formação florestal representada pela Floresta Estacional Decidual (SOCIOAMBIENTAL, 2003), encontrada em diferentes estágios de regeneração natural dentro da UC, dentre outros apontados no terceiro capítulo do presente trabalho.

Já em relação ao potencial do Parque como piloto para outras unidades de conservação, a despeito do próprio histórico e dos atributos supracitados, destacam-se aqui:

- a) as dimensões geográficas reduzidas que totalizam aproximadamente 741 ha, o que, em tese, torna mais factível o alcance dos objetivos de conservação da área;
- b) a situação fundiária totalmente regularizada, principal obstáculo usualmente apontado na implementação de unidades de conservação no Brasil;
- c) o Plano de Manejo elaborado e aprovado, pré-requisito legal para uma série de ações voltadas à implementação efetiva da UC;
- d) o processo de integração comunitária já iniciado;
- e) os Planos de Incubação da Gestão, Implantação e Operação que representam iniciativa pioneira em UCs de Santa Catarina e talvez do Brasil.

Além disso, as transformações territoriais decorrentes dos processos de criação e planejamento do Parque, principalmente ligadas às mudanças na forma de uso das terras (propriedades rurais para unidade de conservação), constituem aspectos de grande importância em trabalhos de educação e interpretação ambiental, seja na própria UC ou fora dela. Tais mudanças representam ainda elementos igualmente importantes em estudos e trabalhos sobre evolução da paisagem e restauração ambiental, aspecto abordado neste trabalho.

A relação da Geografia, dentre outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, com as unidades de conservação, como instrumento de análise científica, é ao mesmo tempo recente e extremamente enriquecedora. Sobretudo se comparada às demandas técnico-científicas que vêm sendo discutidas com fundamentação principalmente biológica e ecológica, ainda carente de abordagens

inter e transdisciplinares. Esse envolvimento, observado nos últimos anos, é particularmente importante para o contexto brasileiro, em que a maioria dos problemas decorre dos conflitos entre unidades de conservação e populações humanas residentes em seu interior e/ou entorno, como já pontuado anteriormente.

Dentre as inúmeras possibilidades de análise dessa temática sob o ponto de vista geográfico, a despeito da questão territorial já abordada, destaca-se ainda o histórico de discussão e pesquisa em torno de métodos de análise da paisagem e mapeamento de informações, além dos demais conceitos interrelacionados ao significado de espaço geográfico, cerne dessa disciplina.

Nesse sentido, tal como ocorre com os processos de criação e planejamento de uma UC, Ajara (1993, p. 9) destaca que,

ao aproximar a noção de meio ambiente ao [...] conceito de espaço geográfico, estar-se-á não apenas superando as dicotomias, freqüentemente postas em análises ambientais, [...] como também atrelando à questão ambiental o dinamismo próprio ao contínuo movimento de criação/(re)criação de espaços.

Não obstante, parte-se ainda do pressuposto de que o ambiente é socialmente construído, pois aquilo que notamos e interpretamos no ambiente, os significados que lhe atribuímos vêm da nossa experiência direta e da nossa base cultural. Dessa forma, a constituição do espaço se dá através de normas sócio-culturais e significados simbólicos dentro da perspectiva da geografia social (BLAIKIE *apud* RÖPER, 1999), aspecto de suma relevância para a temática abordada por esta dissertação.

1.2. Metodologia

Em linhas gerais, este trabalho é o resultado de uma pesquisa predominantemente qualitativa, com diferentes concepções teóricas e métodos para coleta e análise dos dados voltados à consecução dos objetivos propostos. A

Figura 3 apresenta um fluxograma ilustrando os principais passos metodológicos adotados.

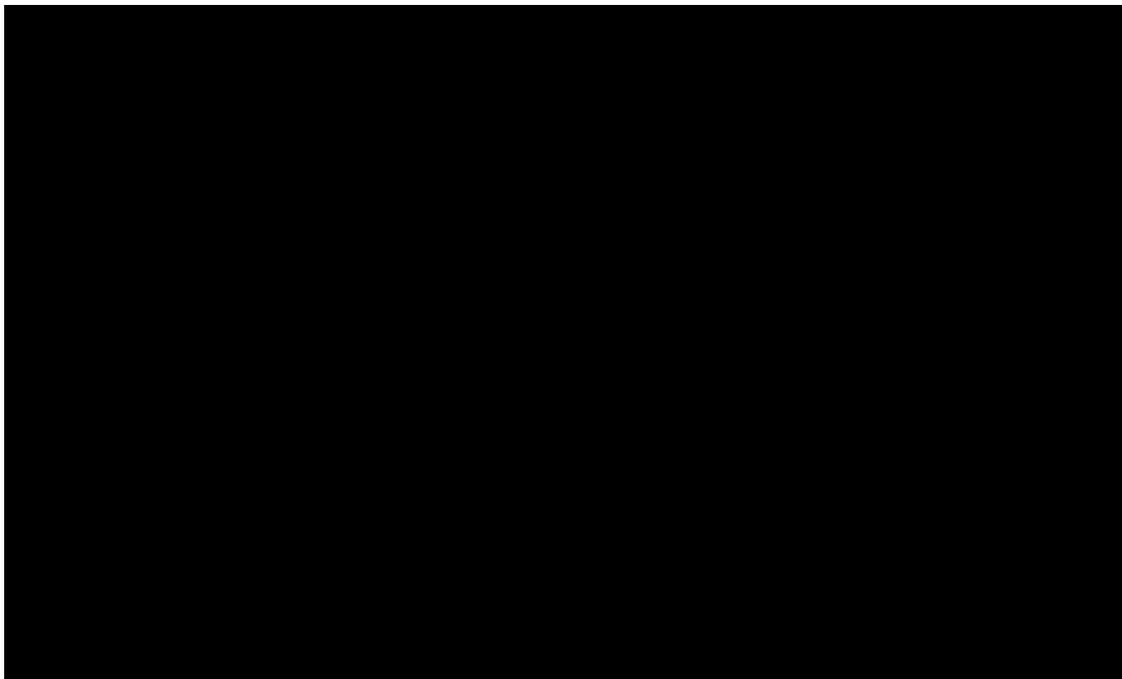


FIGURA 3 – Fluxograma dos passos metodológicos da pesquisa

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

A pesquisa teve como foco central descrever e analisar, e não propriamente mensurar, os processos de criação e planejamento do Parque e as transformações territoriais que ocorreram nas comunidades rurais do seu entorno. Envolveu fundamentalmente, portanto, trabalhar com um universo de significados, valores e atitudes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002).

Alguns dados quantitativos, no entanto, também foram levantados para complementar esse universo, buscando uma interação dinâmica que foi fruto da própria realidade analisada e construída durante o andamento da pesquisa.

Nesse sentido, compartilhando da visão de Thompson (1992, p.318), “mesmo [...] com base numa amostra representativa” a presente pesquisa se ateve às formas mais simples de análise, não se aventurando “[...] para além de porcentagens fáceis de compreender e padrões de alta correlação”.

1.2.1. Levantamento de atores e pesquisa documental

Dentro do presente trabalho, os atores sociais envolvidos podem ser subdivididos em dois grandes grupos. O primeiro deles corresponde às instituições públicas e privadas diretamente responsáveis pelos processos de criação e planejamento do Parque. Incluem-se nesse grupo tanto atores ligados aos instrumentos políticos e/ou de gerência quanto aqueles responsáveis por pesquisas, estudos e planos de caráter técnico-científico.

O segundo grupo engloba moradores e produtores das comunidades rurais da região da UC, e, dentre estes, os ex-proprietários das áreas atualmente inseridas em seus limites territoriais. Inclui também representantes de instituições públicas e da sociedade civil da esfera municipal de Concórdia, que tiveram atuação e representatividade durante os processos de criação e planejamento da UC.

Todos os atores pertencentes a esses dois grupos são considerados no presente trabalho como potencialmente **interessados**⁴ nos processos de criação e planejamento da UC, e parte representativa de ambos grupos foi contatada durante a pesquisa (Quadro 1).

QUADRO 1 – Atores identificados e contatados pela pesquisa

Ator	Identificados	Contatados
Antigos moradores da área atual do Parque	43	20
Moradores das comunidades rurais do entorno	54	12
Atores institucionais ligados à criação e planejamento da UC	10	05
Atores institucionais locais interessados na UC	08	02

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

O levantamento de atores pautou-se em duas fontes diferentes de informação. Uma delas constituiu registros escritos ligados aos processos de criação e planejamento da UC. Estes compreenderam, basicamente, documentos técnicos, atas e/ou listas de presença de reuniões de trabalho e instrumentos legais associados às atividades de:

⁴ Borrini-Feyerabend (1997) utiliza o termo “interessados” para designar todos os grupos direta ou indiretamente envolvidos ou afetados pelo manejo de uma Unidade de Conservação, sejam eles da esfera governamental ou não-governamental.

- a) licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Itá;
- b) levantamento e indenização das terras que formam hoje a área do Parque;
- c) consulta pública para criação e planejamento da UC;
- d) elaboração e re-adequação do Plano de Manejo.

A outra fonte de informação foi constituída pelos próprios atores institucionais e locais, identificados durante a análise dos registros escritos, a aplicação de questionários-piloto e a realização de entrevistas semi-estruturadas.

Nessa fase exploratória da pesquisa, a definição da amostragem e a coleta de dados constituíram etapas imbricadas. No que diz respeito à primeira, partiu-se do princípio de que amostragem suficiente de dados é aquela que possibilite “abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões” (MINAYO *apud* DESLANDES, 2002, p. 43).

Os atores institucionais foram identificados com base no registro de reuniões e encontros pretéritos, realizados durante a re-adequação do Plano de Manejo. Dentre esses, destaca-se a viagem de “Mobilização de Consulta Pública para Criação de Parque Estadual em Barra do Queimados”, de 28/08 a 01/09/2003, executada por equipe da empresa Socioambiental⁵ no município de Concórdia (memória dos contatos realizados no ANEXO 1).

Posteriormente foi realizada a “Consulta Pública visando à criação do Parque Estadual Fritz Plaumann”, na Casa da Cultura de Concórdia, em 17/09/2003, quando foi elaborada uma primeira “Lista de interessados em participar do Conselho Consultivo”⁶ da UC (ANEXO 2).

Ainda em 2003, no dia 2 de dezembro, em Concórdia, foi realizada a “Reunião de preparação para formação do Conselho Consultivo do Parque

⁵ Empresa de consultoria responsável pela elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica Barra do Queimados, reelaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann, elaboração e execução dos Planos de Incubação da Gestão, Implantação e Operação do Parque.

⁶ O SNUC (BRASIL, 2000) determina que toda UC disponha de um conselho consultivo ou deliberativo, presidido pelo chefe da Unidade e com participação paritária de representantes de órgãos públicos e da sociedade civil que estejam direta ou indiretamente relacionados ao manejo da UC.

Estadual Fritz Plaumann” (lista de presença no ANEXO 3) com a participação de representantes da FATMA. Por fim, para elaboração de uma lista preliminar do Conselho Consultivo do Parque para os Planos de Incubação da Gestão, Implantação e Operação, foram levadas em conta também as sugestões constantes no Plano de Manejo do Parque, aprovado em outubro de 2005

Outros atores institucionais foram identificados a partir da aplicação de um questionário (ANEXO 4, detalhado no próximo item) com profissionais já identificados como partícipes do processo de criação da UC.

Já em relação à identificação de atores locais, destaca-se o inventário das propriedades inseridas na região de entorno e na Zona de Amortecimento⁷ (esta e outras terminologias técnicas relacionadas às unidades de conservação serão abordadas no próximo capítulo), atividade realizada pelo pesquisador como parte do Plano de Incubação da Gestão do Parque. Esse produto se constituiu em uma base de informações para a presente pesquisa, não só pelo mapeamento de propriedades do entorno do Parque, mas também pelo levantamento de dados socioeconômicos e ambientais atualizados da área (parte deles utilizados na caracterização da área de estudo).

Utilizou-se nesse inventário um questionário-modelo, com perguntas objetivas de caráter quali-quantitativo, subdivididas em cinco campos: identificação e dados pessoais; uso e ocupação das terras; rebanhos; exploração vegetal; e, indicadores sociais e ambientais. O universo de atores incluiu 31 proprietários de Sede Brum, 17 de Linha Laudelino e 6 de Porto Brum. Destes, apenas cinco não são agricultores familiares, caracterizados aqui como sítiantes que adquiriram lotes de terra próximos ao lago para construção de sítios de lazer. Todos os demais desenvolvem atividades agrícolas, tendo na própria família ou em vizinhos da comunidade a base da mão-de-obra nas propriedades.

⁷ De acordo com o SNUC (BRASIL, 2000, p.11), zona de amortecimento (ZA) representa o “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. Geralmente sua definição é feita durante a elaboração do Plano de Manejo da UC, com base em critérios biofísicos, com destaque para a área da(s) bacia(s) hidrográficas que drena(m) para o interior da UC.

Ressalta-se ainda a importância do contato interpessoal efetuado durante o inventário supracitado. O contato serviu para realizar uma primeira divulgação dos propósitos do presente projeto de pesquisa, salientando-se sua distinção em relação ao Plano de Incubação da Gestão, como também para aplicar um questionário (ANEXO 5, detalhado no próximo item) com alguns desses moradores.

Os antigos moradores da área atualmente abrangida pelo Parque foram identificados tanto a partir do contato com os proprietários do entorno quanto através da pesquisa junto aos atores institucionais diretamente envolvidos com a criação e planejamento da UC. Com parte desses antigos moradores foi aplicado o mesmo questionário aplicado aos moradores do entorno, para fins de comparação acerca da percepção sobre o processo de criação da UC.

No que diz respeito à pesquisa documental e ao aprofundamento teórico, concomitante ao levantamento de atores, aplicação e análise dos questionários-piloto e elaboração, aplicação e análise das entrevistas semi-estruturadas, foram diversas as fontes de informação.

Além dos materiais identificados como resultado do andamento da pesquisa, destacam-se: o EIA/RIMA da UHE Itá; o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Barra do Queimados; o Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann; os anais dos Congressos Brasileiros de Unidades de Conservação (associando o presente estudo de caso ao contexto de outras UCs brasileiras estudadas); e demais materiais bibliográficos especificamente relacionados ao conceito de território e aos pressupostos metodológicos utilizados.

1.2.2. Questionários-piloto e entrevistas semi-estruturadas

Concomitantemente ao levantamento de atores e de informações preliminares anteriormente descrito, foram aplicados questionários-piloto e realizadas entrevistas semi-estruturadas para a coleta de dados mais aprofundados da pesquisa.

Segundo Chizzotti (1991), o questionário consiste em um conjunto de perguntas pré-elaboradas, dispostas de forma sistemática e seqüencial em itens para se obter dos informantes respostas sobre as quais sabem opinar. Ele pode ser fechado, e neste caso há para cada pergunta um número fixo de possíveis respostas, e aberto, quando há liberdade de formular uma resposta não-estruturada. Na presente pesquisa, os dois questionários elaborados para antigos e atuais moradores do interior e entorno do Parque eram abertos, enquanto o questionário direcionado a atores institucionais incluiu perguntas abertas e fechadas.

Os questionários-piloto foram aplicados com 9 antigos moradores da área do Parque, 12 atuais moradores das comunidades do entorno (de 12 propriedades distintas) e 5 atores institucionais (3 do órgão público estadual responsável pela UC, 1 do empreendedor responsável pela UHEI e 1 da empresa responsável pela elaboração do Plano de Manejo). Os questionários foram preenchidos pelos próprios atores na ausência do pesquisador, sendo entregues e recolhidos em períodos diferentes.

Cruz Neto (2002) destaca a entrevista como a forma mais usual no trabalho de campo do pesquisador dentro das ciências sociais, objetivando obter informes contidos na fala dos atores sociais. Em suas próprias palavras:

Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (CRUZ NETO, 2002, p. 57)

No caso da entrevista semi-estruturada, busca-se uma combinação entre incentivar o informante entrevistado a abordar livremente o tema e seguir algumas perguntas previamente formuladas, como um roteiro (CRUZ NETO, 2002).

O método aplicado para a coleta de dados nas entrevistas foi o diálogo informal com uso de micro-gravador e anotações complementares em diário de campo. O diálogo, no entanto, foi sempre que possível direcionado pelo “entrevistador”, segundo um eixo de pontos pré-estabelecidos, relacionados a critérios da história local ou pessoal e à averiguação da percepção e

conhecimento acerca dos processos de criação e planejamento do Parque e das transformações territoriais decorrentes nas comunidades rurais. Esse roteiro se encontra no Anexo 6.

Porém, o estabelecimento desses pontos não implicou uma rigidez estrutural durante o processo de diálogo, rigidez essa que resultaria na perda de riqueza na coleta de dados e em potenciais riscos para o nível de informalidade que se pretendia alcançar, tendo em vista a quantidade e diversidade de imprevisibilidades e variáveis – normalmente sem controle – inerentes aos estudos de campo qualitativos.

A transcrição das entrevistas foi feita de forma concomitante à tabulação dos dados, diretamente no computador, no programa Excell. A tabulação obedeceu às categorias de análise estabelecidas com base no eixo de pontos pré-estabelecidos:

- a) sobre a procedência e ocupação;
- b) sobre a propriedade e família;
- c) sobre a produção agrícola;
- d) sobre a(s) comunidade(s) rural(ais);
- e) sobre os recursos naturais;
- f) sobre o processo de indenização e transformação do território.

Ao final de cada entrevista transcrita e tabulada, os dados foram relidos cautelosamente, acompanhados, para comparação, da escuta das micro-gravações. Nesse sentido, Thompson (1992) salienta que o trabalho de reunião do material oral pode ser uma experiência tão valiosa quanto a da própria gravação.

Baseado em Thompson (1992), a análise dos dados coletados por meio de fontes orais e escritas buscou:

- a) considerar as opções quanto ao modo e à forma de apresentação;
- b) avaliar e testar as evidências inerentes aos dados e ao problema em questão;

- c) relacionar as evidências identificadas com modelos mais amplos e com os pressupostos teóricos existentes.

Em primeiro lugar, considerou-se pertinente a re-leitura do material ao longo do processo de pesquisa, e não somente ao final dele, de modo a possibilitar re-direcionamentos metodológicos tanto em relação aos aspectos de conteúdo quanto comportamentais do pesquisador diante das perguntas norteadoras. Isso também propiciou a escolha prévia de fragmentos do material para uma análise aprofundada ou complementar, ou até mesmo para servir de questões ilustrativas para a discussão.

[...] para tornar possível a generalização, temos que extrair a evidência sobre cada tema de uma série de entrevistas, remontando-as para enxergá-la de um novo ângulo, como que horizontalmente em vez de verticalmente; e, ao fazê-lo, atribuir-lhe um novo significado (THOMPSON, 2002, p. 302).

Com base em Thompson (2002), o material foi interpretado tanto nas leituras prévias ao longo do processo de coleta quanto ao final da mesma, considerando o contexto em que foi coletado, as possíveis formas de viés a que está sujeito e os métodos de avaliação então necessários.

1.2.3. Elaboração e análise de mapeamentos temáticos

Ainda dentro dos pressupostos metodológicos da presente pesquisa, assumiu grande importância a elaboração e análise de mapeamentos temáticos que auxiliaram na compreensão e representação gráfica das transformações territoriais decorrentes dos processos de criação e planejamento do Parque.

Para tanto, os procedimentos de elaboração e impressão foram realizados com o apoio dos geógrafos Leonardo Zanella e Renata Duzzioni, funcionários da empresa Socioambiental Consultores Associados, utilizando os programas ArcGIS 9.2 e Autocad 2000. Um deles consistiu na digitalização, mosaicagem, georreferenciamento e análise das ortofotocartas (ESTEIO, escala 1:10.000, ano do voo – 1987).

A sobreposição dos limites da UC nas ortofotocartas permitiu a visualização das propriedades indenizadas que formavam a área antes da criação do Parque. A posterior identificação dos proprietários foi realizada tanto através da consulta ao cadastro fundiário da UHEI, fornecido pela TRACTEBEL Energia, quanto por meio dos questionários com moradores locais do entorno.

O cadastro incluiu ainda os limites digitalizados das propriedades indenizadas, os quais foram plotados em diferentes mapas temáticos para análise das transformações territoriais. Dentre esses mapas, destacam-se o da base cartográfica e o de uso do solo e cobertura vegetal, ambos do Plano de Manejo, bem como o do mosaico das ortofotocartas e da imagem de satélite (Imagem *Quickbird* ortorretificada resolução espacial 0,60m, composição cor original).

Com base na análise das ortofotocartas foram priorizadas 26 das 47 propriedades pertencentes a 20 diferentes proprietários, cujos antigos limites se sobrepõem, parcial ou totalmente, aos atuais limites do Parque. Essa priorização obedeceu aos seguintes critérios:

- a) tamanho de área seca sobreposta aos limites do Parque;
- b) tamanho da propriedade;
- c) diversidade de tipos de cobertura do solo aparentemente observada na propriedade.

Apenas uma propriedade que se encaixava nos critérios estabelecidos – não contabilizada dentre as 26 selecionadas – deixou de ser analisada uma vez que o proprietário já é falecido e não foram encontrados familiares próximos que tivessem residido na propriedade.

Além das informações orais coletadas por meio da entrevista semi-estruturada, foram utilizadas duas técnicas complementares para análise do uso pretérito do território por esses 20 antigos moradores da área da UC.

Uma delas consistiu em desenhar uma linha do tempo com os acontecimentos mais marcantes na vida do entrevistado durante o tempo em que permaneceu na propriedade (da ocupação ao momento de indenização e/ou

relocação). A outra consistiu em identificar e desenhar esquemática e conjuntamente com o ex-proprietário o uso do solo da propriedade a partir da visualização da imagem ampliada e impressa em uma folha de papel A4, feita a partir de um recorte digital das ortofotocartas.

Também foram realizadas a coleta, digitalização e análise de algumas fotos das antigas propriedades, fornecidas pelos próprios ex-proprietários, auxiliando na compreensão das formas de uso e das transformações no uso do solo e da vegetação.

Outro procedimento metodológico incluiu a análise da base cartográfica e do mapeamento temático de vegetação e uso do solo constante no Plano de Manejo de 1999 (da então Estação Ecológica Barra do Queimados).

Com vistas a avaliar a evolução da paisagem no período 2000-2006, foi comparado o Mapa de Vegetação e Uso do Solo elaborado durante o Plano de Manejo da Estação Ecológica Barra do Queimados, em 2000, com um mapa elaborado a partir de imagens do satélite *Quickbird*, adquiridas da TRACTEBEL e cedidas ao Plano de Incubação da Gestão do Parque. Sobre este último foram sobrepostos os limites dos polígonos correspondentes às unidades homogêneas de cobertura vegetal e uso do solo do mapa de 2000 [não ilustrado em mapeamento temático da presente pesquisa], bem como foram percorridas e analisadas em campo algumas áreas que perpassavam cada uma das classes representadas por esses polígonos.

Essa evolução foi também subsidiada pelas informações coletadas por meio de entrevistas semi-estruturadas e das técnicas complementares aplicadas (linha do tempo e desenho do uso do solo) junto aos atores sociais da pesquisa, e posteriormente analisadas.

As diferentes formas de organização do território da UC propostas no planejamento tanto da Estação Ecológica Barra do Queimados quanto do Parque Estadual Fritz Plaumann, após a mudança da categoria de manejo, foram analisadas a partir dos mapas temáticos das respectivas versões do Plano de Manejo.

1.2.4. A dualidade pesquisador-profissional

Diante dos aspectos metodológicos apresentados, cabe destacar ainda o papel em que pesquisa e pesquisador se inserem em relação aos processos pretéritos e atuais ligados à UC.

Dentre esses, destaca-se a participação do pesquisador na re-adequação do Plano de Manejo, após mudança da categoria e do nome, em 2003 e 2004. Assim, parte dos processos analisados pela pesquisa foram vivenciados pelo pesquisador como profissional da equipe técnica da empresa de consultoria responsável pelos ajustes do documento supracitado.

Ressalta-se ainda a participação do pesquisador na elaboração e execução da estratégia de implementação da UC, de 2005 até agosto de 2008, incorporada nos chamados Planos de Incubação da Gestão, Implantação e Operação do Parque.

A presente pesquisa, desse modo, foi executada de forma concomitante à execução dos três Planos supracitados. Envolveu, portanto, aspectos positivos e negativos que estão atrelados aos resultados alcançados e discussões construídas no desenvolvimento de ambas as atribuições, pesquisa e trabalho.

2. CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIO

Neste capítulo serão apresentadas as ações de caráter técnico e/ou político, os instrumentos normativos, as formas de participação da sociedade civil e os principais objetivos dos processos de implementação das unidades de conservação no Brasil. Tais processos fizeram parte do histórico do Parque Estadual Fritz Plaumann, objeto da presente pesquisa, com destaque para a peculiaridade da sua criação e do seu planejamento. Discutem-se ainda os resultados desses processos nas transformações sobre um dado território, em diferentes escalas e sob diferentes circunstâncias, tal qual se analisou para o Parque em estudo. Dessa forma, são apresentados ainda neste capítulo os principais referenciais teóricos da pesquisa, ligados ao conceito de território e de identidade territorial, e sua relação com as transformações territoriais ligadas aos processos de implementação de UCs, subsidiando a posterior análise da realidade investigada.

2.1. Os processos de implementação das unidades de conservação

De acordo com Borrini-Feyerabend (1997), mesmo que a responsabilidade sobre uma unidade de conservação esteja designada a uma instituição específica, é fato que o seu manejo afeta vários grupos na sociedade. Segundo a autora, esses grupos incluem não só as comunidades que vivem dentro ou nas proximidades das UCs, como todas as pessoas que possuem conhecimentos, aptidões e aspirações ao seu manejo, além daquelas que reconhecem na unidade um valor cultural, religioso ou recreativo único. Sejam ou não representados por organismos governamentais ou não-governamentais, todos estes agentes são designados por Borrini-Feyerabend (1997) como potencialmente interessados no manejo de uma UC.

No entanto, segundo Cattaneo e Suertegaray (2003), o que vem acontecendo na grande maioria das vezes são processos de criação, planejamento e gestão de UCs realizados de forma tecnocrática. Não há, segundo os autores, participação das populações locais ou de parte da ampla gama dos agentes interessados, estes muitas vezes relegados a um segundo plano (CATTANEO; SUERTEGARAY, 2003).

É fato quase consensual que o histórico das unidades de conservação em países com rica diversidade biológica e cultural e alta desigualdade sócio-econômica, como o Brasil, tem revelado uma grande quantidade de conflitos, particularmente no âmbito do debate “populações e unidades de conservação” (HERMES-SILVA, 2003).

Em parte como consequência desse quadro, para Röper (1999) houve fortes tendências no sentido de estruturação institucional da área ambiental nas esferas dos governos estaduais e federal. Ao nível da sociedade civil, a autora verifica um constante aprofundamento e comprometimento de organizações não-governamentais nos trabalhos envolvendo UCs. Já em relação ao debate científico, destaca o interesse recente das ciências sociais pela temática, ocasionando o envolvimento de pesquisadores da área e a ampliação do debate para além das fundamentações puramente biológicas e ecológicas (RÖPER, 1999).

Frente a essas questões e ao tipo de análise desenvolvido no decorrer deste trabalho, assume grande importância a compreensão de que há diferentes ações político-institucionais e técnico-científicas, além de diversas formas de participação da sociedade civil e de instituições públicas, ligadas aos diferentes processos necessários para implementação das UCs. Esses processos podem ser separados em: **criação, planejamento, implantação e gestão**.

Propõe-se aqui que cada um desses processos, segundo a natureza das ações a eles inerentes, tenha a potencialidade de promover e envolver diferentes relações socioeconômicas e culturais sobre um dado espaço geográfico,

contribuindo de forma parcialmente distinta para a construção e reconstrução do(s) território(s) abrangido(s) e influenciado(s) por uma UC.

Nesse sentido, discutem-se a seguir algumas concepções e exemplos ligados a cada um desses processos em separado, subsidiando assim as análises que seguem sobre o(s) conceito(s) de território e identidade territorial dentro da temática “unidades de conservação”.

Primeiramente, destaca-se que os processos supracitados estão intimamente interligados e são fundamentais para o que é aqui compreendido como **implementação** de uma unidade de conservação. De acordo com Ferreira (s/d, p. 746), implementar significa “dar execução a [um plano, programa ou projeto]; levar à prática por meio de providências concretas”.

Na visão do pesquisador, portanto, uma UC só é implementada quando, após ter sido legalmente criada, é alvo de ao menos algum esforço de planejamento, no intuito de ter implantada a infraestrutura necessária para que se criem condições de existir minimamente alguma iniciativa de gestão sobre o espaço por ela abrangido e influenciado (sobretudo na atual concepção das zonas de amortecimento de unidades de conservação).

Sob esse ponto de vista, uma UC só se encontra implementada quando todos esses processos tenham sido minimamente cumpridos, seguindo, na grande maioria das vezes, esta seqüência de realização: criação ⇒ planejamento ⇒ implantação ⇒ gestão.

Porém, isso não implica afirmar que a transformação territorial se dá apenas a partir da implementação de uma UC. Ao contrário, cada um dos processos separados constituem-se, potencialmente, em diferentes indutores para que isso ocorra (e não somente o conjunto deles). O cenário das UCs brasileiras demonstra que freqüentemente tais processos não vêm sendo cumpridos por completo, mas mesmo assim geram diferentes tipos de transformação sob o enfoque territorial (como visto no decorrer deste capítulo).

Uma síntese das ações, instrumentos, formas de participação e objetivos de cada um dos processos de implementação das unidades de conservação pode ser visualizada na Figura 4, os quais são abordados em detalhe na seqüência.

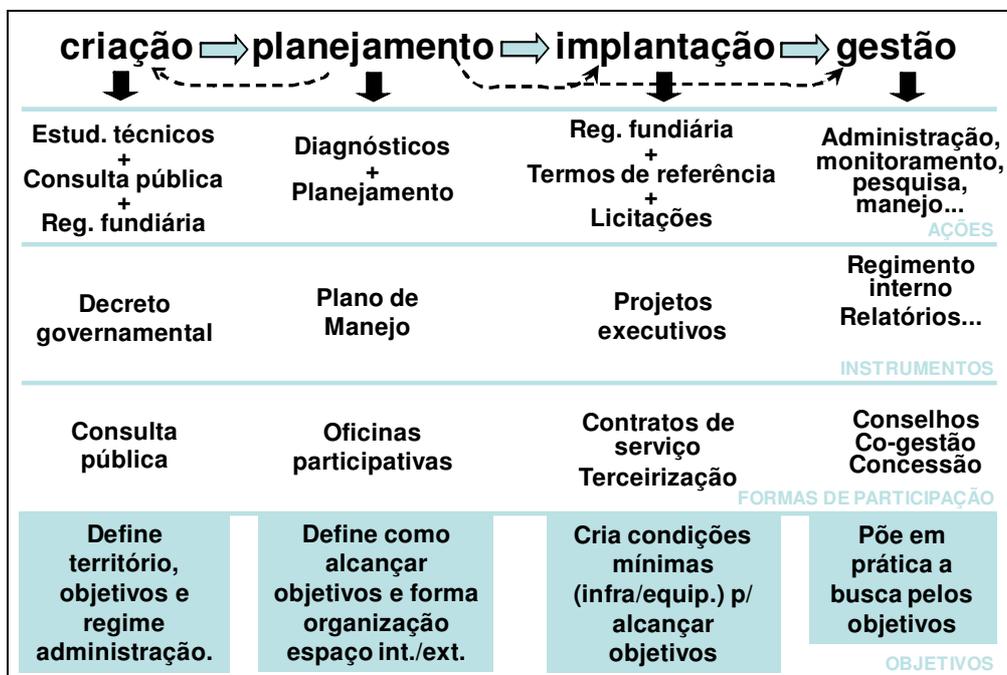


Figura 4 – Síntese dos diferentes processos de implementação das unidades de conservação

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

2.1.1. Criação

O processo de criação de Parques no Brasil foi iniciado em 1937, com o Parque Nacional de Itatiaia. Desde então, houve grandes mudanças não só neste que constitui o processo primordial para implementação de uma área protegida, como nos demais subseqüentes.

A principal base legal que incorpora atualmente toda a dinâmica de mudanças ocorridas se encontra representada pelas leis e decretos de regulamentação dos sistemas nacional e estaduais de unidades de conservação da natureza, os chamados SNUC e SEUCs.

As principais referências para criação de áreas naturais protegidas eram anteriormente representadas pela própria Constituição Federal, pelo Código Florestal Brasileiro⁸ e pelo Regulamento dos Parques Nacionais⁹. Havia ainda, no caso de algumas categorias de manejo, outras leis e decretos anteriores aos SNUC e SEUCs, estabelecendo normas, limitando atividades e/ou delegando atribuições e responsabilidades institucionais¹⁰.

Segundo o artigo 22 da lei do SNUC, a criação de uma unidade de conservação “deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade” (BRASIL, 2000, p.23). De forma complementar, a lei do SEUC/SC traz na redação do seu artigo 1º (vetado no caso do SNUC) que,

do ato de criação constarão os objetivos básicos, o memorial descritivo do perímetro indicando as coordenadas geográficas, o órgão, entidade ou pessoa jurídica responsável por sua administração e o prazo de aprovação do Plano de Manejo ou documento equivalente junto ao CONSEMA.

No âmbito de ambas as leis, há um artigo específico delegando ao Poder Público a responsabilidade e obrigatoriedade de fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas quando da etapa de consulta pública. Quanto a isso, o decreto de regulamentação do SNUC (Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002) deixa claro que,

a consulta pública para a criação de uma unidade de conservação tenha a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade. (BRASIL, 2002, p. 37)

Uma inovação diretamente ligada ao debate sobre populações e unidades de conservação vem também com o decreto de regulamentação do SNUC. Além da denominação, categoria de manejo, objetivos, limites, área e órgão responsável pela administração da UC, o artigo 2º do referido Decreto estabelece que o

⁸ Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, alterada pela Lei nº 7.083, de 18 de julho de 1989.

⁹ Portaria do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, aprovado pelo Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.

¹⁰ Dentre outras, destaca-se aqui a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

processo de criação deve também indicar a existência de populações tradicionais na área, bem como de atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional.

Todos esses procedimentos atualmente normatizados buscam, em parte, minimizar os conflitos socioambientais que vêm ocorrendo com a criação de UCs desde o século passado.

Instrumento geopolítico de controle do território, geo-econômico em função dos recursos naturais e objeto de disputas territoriais em função dos laços culturais e históricos que decorrem de sua ocupação, a criação de áreas protegidas [...] contribuiu significativamente para a formação do espaço territorial brasileiro, determinando em certa medida sua ocupação e uso segundo imperativos e lógicas particulares. (MEDEIROS, 2004)

É no processo de criação de uma UC que ocorre a definição de uma área ou território anteriormente inexistente, que passa a ter objetivos específicos de conservação e regime especial de administração para garantia do cumprimento de tais objetivos. Para Dourojeanni (2003), no ato de criação de uma UC tomam-se as principais decisões para o seu futuro, freqüentemente irreversíveis, embora sem muita análise ou conhecimento suficiente, impondo aos processos subseqüentes uma situação de “camisa-de-força” frente a obstáculos ou propostas de ação.

Usualmente, no Brasil, são os setores institucionais e técnico-científicos de ampla atuação na área ambiental, sobretudo ligados a organismos não-governamentais que, com base em levantamentos e pesquisas, motivam a criação de UCs. As justificativas apontadas pelos levantamentos e pesquisas são normalmente divulgadas e discutidas em congressos e encontros técnico-científicos ou diretamente junto a instituições governamentais, através das quais se levam a cabo os procedimentos burocráticos e legais necessários para sua efetiva criação.

O processo é oficializado de fato, posteriormente aos estudos técnicos e à consulta pública, com a redação e assinatura de decreto governamental em que consta, entre outros aspectos, o memorial descritivo da área da unidade de conservação.

A participação da sociedade civil e outras instituições públicas interessadas no processo de criação de uma UC ocorre quase que exclusivamente (quando ocorre!) através da consulta pública, procedimento que normalmente oportuniza mais o posicionamento favorável ou contrário à criação do que propriamente a definição de aspectos como localização, dimensão e limites da unidade a ser criada. Isso ocorre porque tais aspectos são normalmente baseados nos estudos técnico-científicos prévios, os quais definem os principais atributos biofísicos e a área necessária para sua “manutenção”, considerados pelas entidades responsáveis como as prioridades informacionais para a conservação da área. Normalmente são essas prioridades que se transformam posteriormente nos próprios objetivos de conservação da UC.

Disso resulta um dos problemas envolvendo a criação de UCs no cenário nacional: a baixa participação da sociedade civil, sobretudo das populações locais, e de instituições públicas, estas de forma menos expressiva.

No entanto esse não é, na visão do pesquisador e de muitos outros autores, o principal problema. A área das unidades de conservação a serem criadas, muitas vezes, ao menos em alguma escala, sobrepõe-se a terras particulares, comunais e devolutas. Esse fato não parece ser usualmente um critério prioritário para definição da localização, dimensão e limites – esse último talvez com maior peso que os demais – da UC, como também não há na atual legislação pertinente (SNUC e SEUC) normatização que obrigue o Estado a dispor de recursos financeiros necessários para a completa regularização fundiária da unidade a ser criada.

Desse modo, os problemas ligados à regularização fundiária, indenização e/ou relocação de moradores constituem de fato, junto com a proibição do acesso e da exploração de recursos, a principal gênese dos conflitos sociais ligados à criação de UCs (DIEGUES, 1994 e 2000).

Mesmo que o processo de criação seja finalizado a partir da assinatura do decreto governamental, os procedimentos de regularização fundiária não precisam

estar necessariamente concluídos, iniciando um conflito que pode se estender por todos os processos de implementação subseqüentes.

Outro aspecto que merece destaque como indutor do processo de criação de UCs são as medidas compensatórias de impactos ambientais gerados pela implantação ou ampliação de grandes obras ou empreendimentos. Esses empreendimentos incluem geralmente usinas hidrelétricas, linhas de transmissão elétricas, rodovias, portos marítimos ou fluviais, aeroportos, entre outros. É no processo de licenciamento de tais empreendimentos que medidas compensatórias para os impactos gerados são discutidas e negociadas, oportunizando a criação de unidades de conservação, além, eventualmente, dos processos subseqüentes de implementação. Como será visto no próximo capítulo, esse cenário é bastante marcante no quadro atual das unidades de conservação catarinenses.

De um modo geral, os estudos de impacto ambiental regulamentados por lei determinam a realização de medidas compensatórias àqueles impactos não passíveis de mitigação resultantes da implantação ou operação dos empreendimentos. Essas medidas devem ser proporcionais à magnitude dos impactos gerados e normalmente devem ser alocadas na própria área de influência dos empreendimentos (BRASIL, 2002). Assim, a emissão e/ou renovação das licenças de implantação e operação dos empreendimentos ficam condicionadas à realização da medida compensatória.

2.1.2. Planejamento

Mesmo cumpridos as exigências de estudos técnicos e consulta pública no processo de criação, esforços de planejamento adicionais e mais aprofundados são indispensáveis para a consecução dos objetivos de quaisquer unidades de conservação.

O significado do termo **planejamento** é, segundo Ferreira (s/d, p. 1097),

trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados. [...] Processo que leva ao estabelecimento de um conjunto coordenado de ações [pelo governo, pela direção de uma empresa, etc.] visando à consecução de determinados objetivos.

Santos (2004, p. 23) aborda o conceito e a(s) prática(s) de planejamento de forma bastante didática e ao mesmo tempo aprofundada. Para a autora, o planejamento pode ser encarado como uma forma de organização e ordenamento do espaço, ou ainda como um “meio sistemático de determinar o estágio em que você está, onde deseja chegar e qual o caminho para chegar lá”.

Podem-se resumir os diversos conceitos existentes, apresentados por vários planejadores, afirmando que o planejamento é

um processo contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistematizada das informações por meio de procedimentos e métodos para chegar a decisões ou a escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis. (SANTOS, 2004, p. 24)

A partir dessa breve abordagem, tem-se aqui uma importante questão a ser levantada para a análise proposta sobre os diferentes processos de implementação de uma UC. Ao contrário dos processos de criação e implantação (este último será visto posteriormente), o planejamento não constitui um processo pontual, mas contínuo e permanente ao longo da implementação de uma UC, configurando-se como principal subsídio a todos os demais, inclusive para a criação prévia (conforme ilustrado na Figura 4).

Didaticamente, no entanto, coloca-se o planejamento na seqüência de realização apresentada, como forma de seguir um raciocínio inerente aos procedimentos metodológicos usualmente ligados a UCs. Estes têm representado no planejamento os diferentes instrumentos condicionantes aos processos de implantação e gestão. O principal desses instrumentos é o chamado “plano de manejo” de uma unidade de conservação. Segundo o SNUC e o SEUC/SC, plano de manejo constitui um documento técnico que,

[...] com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, [...] estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”. (BRASIL, 2000)

Ambas as leis prevêm que as UCs devem dispor de um plano de manejo, a ser elaborado no prazo de até cinco anos após sua data de criação. Determinam ainda que a abrangência do plano deve englobar não só a área da UC como também de sua zona de amortecimento e dos corredores ecológicos¹¹, incluindo aí medidas para promover a integração desse plano com a vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000).

Assim, fica claro que a partir desse processo são traçadas as principais diretrizes ao processo de implementação de uma unidade ou, como veremos no próximo capítulo, à forma com que se dará a (re)configuração do território abrangido e influenciado pela mesma.

Segundo Dourojeanni (2003), o plano de manejo representa a matriz para implementação, manutenção e uso de uma UC, devendo basear-se na realidade atual para escolher as decisões estratégicas que melhor viabilizem o alcance de seus objetivos de conservação, em quaisquer categorias de manejo.

O plano de manejo não é o único – embora seja o principal – instrumento de planejamento adotado para unidades de conservação. Dentre os instrumentos institucionalmente previstos se encontram também o “plano de ação emergencial” (PAE) e o “plano de uso público”, este último de abrangência temática exclusiva para o planejamento de atividades de uso público (IBAMA, 2002).

Numa análise crítica de mais de 50 planos de manejo de UCs das esferas federal, estadual e municipal, Dourojeanni (2003), destaca que esse instrumento não é recente. Segundo o autor, em 1976 já existiam 55 planos elaborados na América Latina, sendo o primeiro concluído em 1962 no Parque Nacional Canaima (Venezuela). No Brasil, o primeiro foi elaborado em 1979 para o Parque Nacional de Brasília pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Em 2003, Dourojeanni

¹¹ Segundo o SNUC (BRASIL, 2000, p. 11), corredores ecológicos são “porções de ecossistemas [...] ligando unidades de conservação, que possibilitam o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais”.

(2003) destaca que existiam de 200 a 300 planos de manejo de UCs no Brasil, sob a responsabilidade das três esferas governamentais e ainda das particulares.

De forma concomitante à evolução dos conceitos e categorias constatada no histórico das UCs no Brasil, houve grandes avanços nas estratégias de planejamento adotadas, sobretudo a partir da década de 1990. Um marco referencial nesse sentido pode ser ilustrado pelo roteiro metodológico de planejamento proposto (e já revisado) pelo IBAMA (IBAMA, 1996; 2000).

Duas versões de roteiro metodológico foram elaboradas pelo IBAMA para UCs do grupo de proteção integral. A primeira delas, publicada em 1996, ainda fazia menção ao grupo de “unidades de conservação de uso indireto”, conceito substituído por “unidades de proteção integral” com a aprovação do SNUC. A segunda versão, que constitui uma revisão da primeira com importantes incorporações e aprimoramentos, foi publicada em 2002, no mesmo ano de aprovação do decreto de regulamentação do SNUC (IBAMA, 1996; 2002).

Os sete anos de experiência geraram correções e incorporações na primeira versão do roteiro, levando em consideração principalmente a inserção de novas metodologias, o ajuste ao SNUC e sua regulamentação (IBAMA, 2002).

As principais inovações podem ser, resumidamente, ilustradas pelo(a):

- a) tratamento da região da UC de forma integrada;
- b) inserção de elementos do planejamento estratégico;
- c) tratamento das atividades por área de atuação;
- d) processo gradativo para implementação do plano de manejo com prioridade para cinco anos, mas ajustando a estruturação das idéias a curto (anual), médio (cinco anos) e longo prazo (proposta geral, completa) (IBAMA, 2002).

As oficinas de planejamento participativo, os estudos de percepção socioambiental e os processos utilizados para a integração comunitária na zona de amortecimento representam os principais avanços atualmente adotados no planejamento das UCs, tanto no nível institucional quanto prático (MATOS *et al.*, 2004). São também as principais formas de participação da sociedade civil e das

instituições públicas no processo de planejamento. Na visão dos autores, entretanto, assumem grande relevância dentro dessas inovações alguns itens que prevêm abordagens participativas no processo de elaboração do plano de manejo. Ganha destaque, nesse sentido, uma avaliação estratégica pautada em fatores, internos e externos, identificados a partir de uma oficina de planejamento participativo (MATOS *et al.*, 2004; IBAMA, 2002).

Outra incorporação importante refere-se à análise da percepção das comunidades do entorno sobre a unidade, que pode representar uma abordagem fundamental para a compreensão das inter-relações dos indivíduos com o meio em que estão inseridos, seja no interior ou no entorno de uma UC. Em ambos os casos, salienta-se ainda a possível inclusão de uma abordagem integrada do entorno da Unidade, mesmo antes ou durante a definição da zona de amortecimento e dos aspectos a serem observados para sua normatização (MATOS *et al.*, 2004).

As inovações trazidas pelo novo roteiro de planejamento, ao mesmo tempo que oportunizaram novas formas de participação da sociedade civil e de órgãos públicos, além de novas abordagens de análise, também propiciaram um aumento de complexidade proporcional no escopo dos planos de manejo. Essa complexidade reflete uma tendência já verificada em outras áreas, quando da utilização de ferramentas de planejamento através da visualização de cenários pretéritos, atuais e futuros.

Muitos estudiosos da área da conservação já abordaram o uso do planejamento por cenários como uma forma de se explorar as incertezas que rodeiam as conseqüências futuras de uma decisão (ver o ensaio de PETERSON *et al.*, 2003). Não cabe aprofundar as discussões acerca do potencial dessa(s) ferramenta(s) para a conservação ambiental, mas sim destacar rapidamente um quadro observado hoje, como conseqüência da complexidade incorporada nos planejamentos de UCs, e que está intimamente ligada à visualização de cenários.

Trata-se do grande abismo que vem se verificando entre o planejamento de UCs para um cenário ideal e o planejamento para um cenário real, este último

inserido no quadro político e socioeconômico das instituições governamentais diretamente ligadas às UCs.

Nota-se, com os planos de manejo recentemente elaborados, que o planejamento proposto para as unidades pauta-se em um cenário ideal que apresenta pouca factibilidade perante o cenário real observado para sua efetiva execução (DOUROJEANNI, 2003). Isso é fundamentalmente relevante para os processos de implementação subseqüentes: a implantação e a gestão.

A grande questão que se coloca diante dessa constatação é como compatibilizar o processo de planejamento em função de ambos (ou de mais) cenários possíveis para a unidade de conservação. Enquanto o cenário ideal deve ser planejado como forma de otimizar o alcance dos objetivos de conservação, não se deve deixar de lado a fragilidade observada no quadro real das instituições governamentais responsáveis pela implementação da mesma ou, ainda acima disso, no quadro de instabilidade política e socioeconômica das esferas municipal, estadual e/ou nacional.

Revisando 50 planos de manejo, Dourojeanni (2003) identificou apenas 5 com qualidade suficiente para alcançar os objetivos das respectivas UCs. Dentre os diversos problemas identificados, o autor destaca:

- a) o excesso de erros descritivos, a desproporção entre as descrição (diagnóstico) e proposição (planejamento), além das extrapolações regionais no diagnóstico;
- b) a falta de informação e interpretação cartográfica;
- c) a falta de definição dos problemas atuais da UC nas longas descrições;
- d) os zoneamentos e programas de manejo baseados em ritos e não em necessidades reais da UC;
- e) o custo do manejo proposto (longe da realidade factível dos órgãos responsáveis);

- f) a falta de análise de sustentabilidade financeira (conhecidos os custos de implantação e manutenção, devem ser indicadas estratégias para atender as necessidades financeiras da UC);
- g) a falta de análise dos impactos socioeconômicos e ambientais no entorno da UC (que representaria o custo-benefício do manejo da mesma sobre a região em que se insere).

2.1.3. Implantação

O processo de implantação das UCs deve seguir diretamente o cenário estipulado pelos esforços de planejamento, mas dificilmente é realizado em função da grande dependência financeira e burocrática imposta pelas realidades político-institucionais ou mesmo socioeconômicas observadas, tal qual apontado por Dourojeanni (2003).

Entende-se o processo de implantação como a instalação ou aquisição de infra-estruturas e equipamentos, previstos ou não no planejamento da UC. No que diz respeito a transformações territoriais, entre os processos de implementação este é talvez o de menor significância. Exceto em situações onde o processo de implantação incluir recursos financeiros destinados à regularização fundiária da UC, não levada a cabo durante sua criação.

Cabe ressaltar, no entanto, dois aspectos inerentes ao processo de implantação das unidades de conservação. O primeiro deles está ligado à possibilidade atualmente existente, de terceirização de serviços e estruturas no interior das UCs, o que constitui uma das principais aberturas para participação da sociedade civil no processo. Nesse caso, a construção ou ampliação de benfeitorias, no entanto, estão condicionadas à autorização da instituição responsável (BRASIL, 2002).

O segundo aspecto que merece destaque é o que vem sendo recentemente proposto para implantação de estruturas da UC fora de seus limites territoriais e,

eventualmente, fora dos limites da zona de amortecimento. Trata-se do que tem sido concebido como centros temáticos, que buscam, através de parcerias com outras instituições públicas e privadas, receber e informar a comunidade sobre a unidade de conservação, além de direcionar e otimizar as atividades de uso público, algumas delas até mesmo realizadas fora da UC, em áreas particulares e por operadoras de serviço privadas.

2.1.4. Gestão

Cabe agora abordar o processo de gestão das unidades de conservação. Este constitui, na visão do pesquisador, a principal demanda e o processo mais incipiente hoje na implementação das UCs (junto, e por consequência, da própria implantação).

Por outro lado, reflete a vanguarda dos processos em relação à possível viabilidade e sustentabilidade das unidades e às oportunidades de participação da sociedade civil. Apresenta-se, por isso, com grande potencial para reverter o quadro de conflitos decorrentes dos processos anteriores.

A gestão refere-se, de forma geral, ao “ato de gerir, gerência, administração” (FERREIRA, s/d, p. 685). No caso das unidades de conservação, esse processo é usualmente centralizado pela instituição pública responsável, que nomeia um chefe para ocupar o cargo e executar, na medida do possível, as ações previstas no processo de planejamento, normalmente descritas no plano de manejo ou instrumento equivalente, quando existente.

Tais ações não ficam restritas somente à área da UC mas, respondendo à abrangência do próprio planejamento, podem ser estendidas à zona de amortecimento, aos corredores ecológicos e até a instituições potencialmente parceiras da unidade.

No contexto brasileiro, obstáculos para a efetividade desse processo incluem principalmente a falta de recursos humanos capacitados, as dificuldades

burocrático-administrativas das instituições públicas responsáveis e a pouca agilidade no acesso e aplicação de recursos, quando existentes. Soma-se a isso o precário quadro usualmente encontrado nas UCs em decorrência dos processos anteriores, ilustrado sobretudo pelos conflitos existentes com as comunidades locais, impondo ainda maior dificuldade, quando não impossibilitando ou desviando os esforços de administração e execução das ações planejadas (DOUROJEANNI, 2003).

Aspecto que denota a grande complexidade inerente à gestão diz respeito à execução de ações sobre as zonas de amortecimento e corredores ecológicos, onde áreas de domínio privado podem, por força de lei, estarem sujeitas a normas e restrições impostas pelos órgãos públicos responsáveis pela UC (BRASIL, 2002).

No entanto, a lei do SNUC estabelece alguns mecanismos de participação da sociedade civil para o processo de gestão das unidades de conservação, dentre os quais se destacam os conselhos (consultivos ou deliberativos) e a gestão compartilhada com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's).

Os conselhos podem ser entendidos como mecanismos de gestão descentralizada e participativa, sendo previstos dois tipos na lei do SNUC, um com caráter deliberativo, para reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, e outro consultivo, para as unidades de proteção integral e demais categorias de manejo do grupo de uso sustentável (BRASIL, 2000). Para Costa (2006), o caráter consultivo dos conselhos previstos para as UCs de proteção integral é resultado da intenção de resguardar o poder decisório ao órgão ambiental responsável.

O conselho é um fórum de discussão que congrega o órgão gestor da UC e outras instituições públicas e privadas potencialmente envolvidas e/ou relacionadas com a sua gestão. É presidido pelo chefe da unidade e tem por objetivos centralizar as discussões e subsidiar e descentralizar a tomada de decisão relativa à UC, colaborando nas ações de planejamento e participando da

execução. Eles devem ser realmente representativos de todos os setores da sociedade envolvidos com a sua gestão e deve ser observada a paridade, sempre que possível, de representação entre órgãos governamentais e sociedade civil organizada (COSTA, 2006).

A gestão compartilhada, ou co-gestão, inclui-se dentre as formas participativas de gestão de unidades de conservação, mas difere de outros modelos participativos na medida em que estabelece uma divisão de responsabilidades entre os atores e confere autoridade à entidade da sociedade civil para atuar na gestão da UC (COSTA, 2006).

O SNUC, em seu artigo 30, dispõe que “as unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade”, mediante instrumento legal denominado Termo de Parceria, a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão (BRASIL, 2002, p. 25).

Maretti (2003) destaca que a co-gestão pode ser total ou parcial. Segundo o autor, na co-gestão total o parceiro privado se responsabiliza por todas as operações de manejo e administração previstas no plano de manejo da unidade, a serem realizadas sobre a totalidade da área da unidade de conservação, tendo o órgão público a função de supervisão do trabalho. Já na parcial, o parceiro privado se responsabiliza por apenas parte das atividades de manejo e administração, a serem realizadas sobre a totalidade ou parte da área da unidade de conservação, em termos de áreas ou programas de manejo.

2.2. Território e identidade territorial

Visto que os processos de criação, planejamento, implantação e gestão de UCs envolvem fundamentalmente, em diferentes escalas e ordens e sob diferentes circunstâncias, atividades ligadas à organização do espaço interno e externo aos seus limites, faz-se necessário discutir alguns conceitos e temas inter-relacionados, objeto de interesse para a Geografia, entre outras ciências.

Parte-se aqui da afirmação de Rodrigues (1993, p. 77), para quem o “objeto principal de análise da Geografia é a organização do espaço, isto é, a diversidade sócio-espacial dos territórios, (re)produzidos pelos homens em sociedade, na qual o meio físico é condição e também produto [...]”.

No que tange à organização de um espaço destinado à proteção da natureza, como no caso de uma UC, cabe destacar a afirmação de Neil Smith, citada por Rodrigues (1993, p. 77), de que “a menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza”.

De forma complementar, para Röper (1999), sob o ponto de vista geográfico, as unidades de conservação são entendidas como uma forma de institucionalização do espaço e uma expressão do seu controle político, baseado em determinadas leituras sociais da natureza.

Como foi visto em relação à priorização de áreas para o processo de criação de UCs, essas leituras partem de bases fundamentalmente biológicas e ecológicas. Pautam-se, portanto, principalmente em critérios técnicos, como a existência e distribuição de ecossistemas insatisfatoriamente protegidos, de espécies endêmicas, raras e/ou ameaçadas de extinção e áreas necessárias à formação de corredores ecológicos (BRASIL, 2000; 2002).

Com base na ecologia política, Röper (1999) ainda ressalta que, para a visão das UCs, deve-se partir do entendimento da natureza como algo socialmente construído, citando Blaikie (1995) para quem aquilo que notamos, interpretamos e a que atribuímos significado no ambiente vem da nossa experiência direta e nossa base cultural.

Cabe ainda retomar o próprio conceito de UC previsto no SNUC, que a define como um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, [...] legalmente instituído pelo Poder Público, [...] sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, p. 9).

Dentro da Geografia, e ao longo de sua história, diversos autores têm discutido diferentes aspectos ligados ao território, seja em função das diferentes linhas de trabalho ou mesmo das concepções teórico-metodológicas assumidas. Essas leituras podem perpassar aspectos econômicos, políticos e sócio-culturais ou mesmo um entrelaçamento entre todos esses (BORDO *et al.*, 2006).

O desenvolvimento do conceito, no entanto, não ficou circunscrito somente às ciências humanas. Dentro das ciências naturais, o território constituiu também um conceito-chave, sobretudo dentro da ecologia, no estudo sobre o comportamento animal (etologia). Ricklefs (1993), um dos expoentes da ecologia, encara o território como uma área defendida por um ou mais indivíduos contra a invasão de outros da mesma ou de outra espécie. O autor, no entanto, destaca que esse território pode ser “transitório ou mais ou menos permanente, dependendo da estabilidade dos recursos e de quanto são necessários para os indivíduos” (RICKLEFS, 1993, p. 188).

A territorialidade, para o autor, seria a própria situação na qual os indivíduos defendem espaços exclusivos (RICKLEFS, 1993). Aqui, da mesma forma que nas concepções ligadas à Geografia (como será visto a seguir), são intrínsecas ao conceito relações e questões ligadas ao poder. Mais tarde voltaremos a discutir brevemente esse conceito em relação à temática “unidades de conservação”, sobretudo em função dos processos de implementação abordados anteriormente. Isto porque os objetivos de conservação de uma UC também podem estar diretamente ligados à área mínima de vida necessária (e defendida, sob o ponto de vista ecológico!) por uma determinada espécie animal ou vegetal ameaçada de extinção.

Sob o ponto de vista geográfico, bastante pertinente aos propósitos da presente pesquisa, uma importante questão colocada por diversos autores diz respeito à diferença a ser observada entre território e outros conceitos básicos como espaço e lugar. Raffestin (1993, p. 43), um dos autores de destaque a abordar o conceito de território, ressalta também que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação

conduzida por um ator sintagmático [ator que realiza um programa] em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator territorializa o espaço.

Nesse sentido, o território constituiria um espaço onde determinado sujeito projetou um trabalho cuja produção, fruto de energia ou informação, revela relações marcadas pelo poder. Sua concepção de território possui fundamentalmente uma ênfase político-administrativa, com limites e fronteiras delimitadas a partir de uma ordem jurídica e política, ou melhor, remetendo claramente o conceito para a idéia de nação ou território nacional (RAFFESTIN, 1993).

Essa idéia se encontra amplamente difundida na concepção popular, sob influência direta da mídia, ou mesmo em outras áreas acadêmicas não diretamente ligadas ao conceito. Revela, entre outras coisas, uma forte associação à idéia de soberania e defesa do território nacional e, por conseqüência, à figura do Estado.

Embora também defendendo uma íntima relação entre poder e o conceito de território, Souza (2005) considera necessário dissociá-lo da figura do Estado e não reduzi-lo à escala do território nacional. Nas palavras do autor:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p.ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2005, p. 81)

Essa forte associação é, em grande parte, conseqüência da apropriação e desenvolvimento do termo dentro da Geografia Política, que teve no alemão Friedrich Ratzel um de seus grandes pioneiros (SOUZA, 2005). Para Ratzel, de um modo geral, a territorialidade é tão vinculada aos atributos do solo de uma pátria ou nação que mesmo o termo usualmente utilizado pelo autor refere-se a *solo* (*Boden*) e não *território* (*Territorium*) de um determinado Estado (SOUZA, 2005).

Segundo Souza (2005), para a tradicional Geografia Política o território seria a identidade do espaço concreto em si com seus atributos naturais e socialmente construídos, muitas vezes sem a própria distinção necessária entre os termos espaço e território. Nesse sentido, para o autor, a identidade sócio-cultural das pessoas com o espaço concreto e com o poder controlador desse espaço refletia rigidez da noção de território, normalmente remetendo-se à figura do Estado-Nação e/ou ao território nacional, ainda que seus limites não fossem eternamente imutáveis, pois as fronteiras podiam muito bem ser alteradas.

Souza (2005, p. 87), em contraponto à visão anterior, apresenta o território como palco de relações sociais projetadas no espaço, e não o próprio espaço concreto como substrato, cujas características ainda remetem à possibilidade de “formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido [...]”.

Rogério Haesbaert (*apud* BORDO *et al.*, 2006) aborda didaticamente o território sob três vertentes básicas:

- a) jurídico-política, como espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder, especialmente de caráter estatal;
- b) cultural, ao dar prioridade à dimensão simbólica resultante da apropriação do espaço através do imaginário e/ou da identidade social;
- c) econômica, como produto espacial da disputa entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Compreende-se aqui que existem diferentes conceitos de território, muitos dos quais abordando de forma mais enfática as relações sociais projetadas sobre o espaço geográfico. Importante deixar claro, portanto, que a abordagem aqui exposta não exauriu todas as possibilidades de análise do conceito, mas apresenta e discute sobretudo aquelas vistas como mais pertinentes para a realidade investigada, ou seja, as unidades de conservação, cujas abordagens e discussões conceituais ainda estão em construção.

Fica bastante evidente, na concepção dos diversos autores, a relação entre território e poder. Isso torna ainda mais relevante a apropriação do conceito para a análise dos processos de implementação das unidades de conservação.

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando fronteiras políticas. (ANDRADE *apud* BORDO *et al.*, 2006, p. 5)

Sob essa ótica, ganha destaque a visão defendida por Souza (2005, p. 78), para quem o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O autor ainda diferencia claramente as noções de poder e violência, citando Hannah Arendt, cuja colocação deixa bastante clara não só a diferença como a oposição entre ambos os conceitos, basicamente por seu caráter político-instrumental. Enquanto o poder é investido em alguém por um certo número de pessoas, que o legitimam, a violência é usada para expressar o vigor próprio, “que designa uma qualidade inerente a uma pessoa ou objeto e que independe de sua manifestação em relação a outras pessoas ou objetos” (SOUZA, 2005, p. 80).

De acordo com Souza (2005), as características geo-ecológicas e os recursos naturais de uma determinada área, o que é produzido e por quem em um certo espaço, ou ainda quais são as ligações afetivas e de identidade entre um grupo e seu espaço, são aspectos de fundamental importância para a compreensão da gênese de um território. Assim como também o seriam para subsidiar a própria criação de um novo território, a exemplo dos estudos técnicos necessários para a criação de uma unidade de conservação. O autor, no entanto, coloca como perguntas mais relevantes, sob o ponto de vista territorial, quem domina ou influencia quem num determinado espaço, e como isso acontece.

Em relação às transformações territoriais decorrentes dos diferentes processos de implementação de UCs, surgem questões igualmente relevantes neste sentido:

- a) como se dá a criação do território de uma UC sobre terras particulares ou comunais?
- b) como se dão as relações de poder nesse processo de re-construção do território?
- c) e nos processos subseqüentes de planejamento, implantação e gestão?

Cabe ainda acrescentar a esta breve abordagem conceitual um tema intimamente relacionado com os processos de implementação de UCs: a identidade territorial. Para Cattaneo e Suertegaray (2003), a identidade territorial é uma apropriação simbólica e também concreta do espaço por aquelas pessoas que nele (dele) vivem, dando a idéia de pertencimento a um determinado lugar. Os autores citam ainda Haesbaert, para quem

[...] toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (HAESBAERT *apud* CATTANEO; SUERTEGARAY, 2003, p. 2498)

Significado que se confunde com o conceito de territorialidade que, para Souza (2005), remete a algo abstrato: relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. E, inevitavelmente associada à temática das unidades de conservação, ainda remete a outro conceito amplamente debatido por autores como Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert: a desterritorialização, aqui entendida como processo de perda, concreta e também simbólica, do território por aqueles que o ocupavam.

Para Haesbaert (2005), o processo de desterritorialização deve ser entendido ampliando-se a noção de território para além da dominação política, incorporando a ela uma apropriação simbólico-cultural, da mesma forma que para o conceito de identidade territorial. Assim, o autor destaca a necessidade de reportar-se à desterritorialização tendo clareza de uma imbricação de duas dimensões, uma política e mais concreta e outra cultural e mais simbólica, ainda que se possa privilegiar cada uma delas de forma distinta (HAESBAERT, 2005).

2.3. Unidades de conservação e território – uma breve correlação

Buscando associar o instrumental teórico abordado ao problema em estudo, alguns apontamentos se fazem válidos no intuito de analisarmos a (re)construção territorial sob a ótica dos diferentes processos de implementação das unidades de conservação.

É no processo de **criação** de uma UC que ocorre a definição de uma área (ou território, anteriormente inexistente!) que passa a ter objetivos específicos de conservação e regime especial de administração para garantia do cumprimento de tais objetivos. Essa definição se dá através da manifestação do poder estatal sobre um determinado espaço geográfico. Há, nesse sentido, uma apropriação dos territórios das escalas municipal e local pelo poder público estadual ou federal, conforme a esfera governamental envolvida, quando decreta a criação da UC, gerando tensão nas territorialidades existentes, com contradições de poder.

Esse processo, de um modo geral, pode ocasionar transformações sobre o espaço e sobre as relações existentes entre as pessoas e tal espaço. É evidente, nesse sentido, a manifestação de ações ligadas ao conceito de perda da identidade territorial das famílias indenizadas e/ou relocadas, no caso das UCs de proteção integral.

A falta de regularização fundiária, e a concepção de algumas categorias de manejo do grupo de uso sustentável (onde é permitido propriedade particular), por outro lado, geram contradições de apropriação do espaço por meio da superposição de diferentes instâncias de poder concebidas (e dominadas) por diferentes atores, de natureza pública e privada.

No entanto, há no processo de criação a possibilidade de relativização do poder estatal através da definição de localização, dimensão e limites da UC subsidiada pelas consultas públicas, possibilidade aparentemente ainda incipiente na prática.

Além disso, o conceito ecológico de território tem relação estreita com o processo de criação, visto que os objetivos de conservação de uma UC costumam estar ligados à área mínima de vida necessária a (e defendida por, sob o ponto de vista ecológico) uma determinada espécie animal rara e/ou ameaçada de extinção.

É no processo de **planejamento** que se definem as formas de organização do espaço interno e externo a uma UC e ainda como se manifestarão as relações sociais de diferentes grupos sobre esses espaços. Especificamente em relação ao espaço externo, no caso das zonas de amortecimento e corredores ecológicos, há o estabelecimento de normas para as atividades desenvolvidas sobre terras particulares, no sentido de mitigar impactos que afetem a UC. Definem-se assim, ainda que no campo teórico, relações de poder entre duas formas distintas de apropriação do espaço, uma pública e outra privada, ainda que esta última esteja submetida à normatização pelo Poder Público.

O planejamento é o processo que, na prática, mais avançou no sentido de relativizar a expressão do poder estatal sobre a organização do espaço interno e externo a uma UC, oferecendo na elaboração do plano de manejo, diversas possibilidades de participação da sociedade civil.

A complexidade observada por essa evolução, no entanto, implicou uma diminuição significativa do potencial de factibilidade dos processos subseqüentes. Principalmente pelo distanciamento observado em relação ao contexto econômico e político dos territórios municipal, estadual ou federal, sobretudo em relação aos órgãos diretamente envolvidos com as UCs.

É no processo de **implantação** que se criam condições mínimas de infraestrutura e equipamentos para se pôr em prática as formas de organização do espaço interno e externo a uma UC, conforme usualmente definido no processo de planejamento. A própria implantação, por outro lado, representa uma manifestação de poder sobre o território concreto (e também do abstrato) do espaço abrangido e influenciado pela UC, este último no caso das estruturas alocadas fora de seus limites. Em alguns casos, espera-se que a esse processo

caiba a destinação de recursos para a resolução da principal gênese de conflitos ligados à implementação de UCs: a regularização fundiária.

Há ainda a possibilidade de estreitamento das relações entre as UCs e as comunidades vizinhas a partir do processo de implantação, em função do estímulo a serviços de apoio ao uso público, seja por conta do fluxo turístico gerado principalmente em função dos atrativos implantados na UC (centro de visitantes, trilhas estruturadas, etc.), seja através dos chamados centros temáticos nas próprias comunidades, servindo de estrutura direta de apoio geralmente articulada pela UC.

No processo de **gestão** são manifestadas as principais relações de poder institucional sobre a organização do espaço interno e externo a uma UC. Contraponto legalmente previsto, mas incipiente na prática, fica por conta das formas de participação da sociedade civil e demais instituições públicas na gestão das unidades, seja pela co-gestão com OSCIP's, concessão de serviços de uso público ou pelos conselhos consultivos e deliberativos.

As transformações territoriais decorrentes do processo de implementação das unidades dependem, fundamentalmente, da eficiência do processo de gestão, que se configura atualmente na principal demanda e lacuna. Ao mesmo tempo, representa o processo chave para a consolidação dos obstáculos enfrentados pelos processos anteriores, seja reforçando-os, a exemplo das ações incompletas de regularização fundiária, seja mitigando-os, a exemplo da identificação e “valorização” da identidade territorial dos grupos sociais frente aos programas de manejo das UCs.

Segundo Karen Karam¹² (comunicação pessoal, em 29/02/2008), o processo de gestão propicia a reterritorialização do espaço, ou seja uma construção social que inclui o espaço da UC no tecido social de um dado território.

¹² Karen Karam é antropóloga e foi membro da banca de avaliação desta dissertação.

3. O TERRITÓRIO DE ESTUDO

Como forma de subsidiar a análise das transformações territoriais ligadas aos processos de criação e planejamento do Parque, à luz das abordagens e referenciais teóricos expostos no capítulo anterior, são apresentadas a seguir algumas características do território em questão, sob diferentes escalas e enfoques. Primeiramente, parte-se do território catarinense sob o enfoque quantitativo e qualitativo das unidades de conservação, com especial destaque para aquelas sob responsabilidade do poder público estadual, dentre as quais se insere o objeto deste estudo. A seguir, apresentam-se aspectos socioeconômicos e histórico-culturais da região Oeste e do Alto Uruguai Catarinenses, do município de Concórdia e das comunidades rurais do entorno da Unidade de Conservação. A caracterização do Parque propriamente dito, perpassando sua localização e abrangência, seu histórico de implementação e alguns aspectos biofísicos de sua área são apresentados ao final do capítulo.

3.1. Unidades de conservação no território catarinense

Em Santa Catarina, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), instituído pela Lei nº 11.986, representa hoje a principal base legal sobre o assunto. Até o presente momento, no entanto, seu processo de regulamentação se encontra em tramitação, restando a avaliação do decreto pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) e posterior assinatura pelo governador do estado.

Segundo o SEUC (SANTA CATARINA, 2001), cabe à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) executar as ações da política estadual de meio ambiente, implantando o Sistema juntamente com os demais órgãos ambientais municipais.

Embora o território catarinense englobe uma quantidade e diversidade considerável de unidades de conservação ligadas às esferas municipal, estadual, federal, e ainda particulares (Fig. 5)¹³, cabe à FATMA a responsabilidade pela administração de 10 UCs estaduais. Todas essas UCs pertencem ao grupo de proteção integral, sendo 7 da categoria Parque e 3 da categoria Reserva Biológica (Quadro 2).

QUADRO 2 – Unidades de Conservação Estaduais de Santa Catarina

Unidade de Conservação	Data de criação	Nº Decreto	Área (ha)	Municípios que abrange	Formações vegetais
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	1975	1.260 e 2.335	87.405	Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes	Campo de Altitude, F. Ombrófila Densa, F. Ombrófila Mista, Manguezal, F. Nebular, Restinga, F. de Planície Quaternária
Reserva Biológica Estadual do Sassafrás	1977	2.221	5.522	Doutor Pedrinho e Benedito Novo	F. Ombrófila Densa
Reserva Biológica Estadual da Canela Preta	1980	11.232 e 4.840	1.899	Botuverá e Nova Trento	F. Ombrófila Densa
Parque Estadual da Serra Furada	1980	11.233	1.329	Orleans e Grão-Pará	F. Ombrófila Densa
Reserva Biológica Estadual do Aguai	1983	19.635	7.672	Meleiro, Siderópolis e Nova Veneza	F. Ombrófila Densa, Campo de Altitude
Parque Estadual Fritz Plaumann	2003	797	740	Concórdia	Floresta Estacional Decidual
Parque Estadual das Araucárias	2003	293	612	São Domingos e Galvão	F. Ombrófila Mista
Parque Estadual Rio Canoas	2004	1.871	1.200	Campos Novos	F. Ombrófila Mista
Parque Estadual do Acaraí	2005	3.517	6.667	São Francisco do Sul	Restinga, Manguezal
Parque Estadual do Rio Vermelho	2007	308	1.532	Florianópolis	Restinga

Fonte: Adaptado pelo autor de FATMA (1999)

¹³ Mapa desatualizado em relação à criação de UCs das três esferas governamentais após 2006.

FIGURA 5 – Mapa das unidades de conservação do estado de Santa Catarina

Em estudo recente Vill (2006)¹⁴ destaca que as UCs estaduais cobriam uma área de aproximadamente 113.046 ha., representando cerca de 1,18% da área total de Santa Catarina (aproximadamente 95.985 km²) (SCHÄFFER; PROCHNOW, 2002). Segundo Vill (2006), esse número sobe para 431.774 ha., representando cerca de 4,4% do território estadual, se consideradas todas as unidades de conservação das três esferas. Com a criação do Parque Estadual do Rio Vermelho, a área coberta pelas UCs estaduais sobe para 114.578 ha.

Embora com uma área de cobertura aparentemente significativa, as UCs estaduais não protegem proporcionalmente todas as formações vegetais de SC. Schäffer e Prochnow (2002) destacam ainda que a maior parte dos remanescentes florestais do estado se encontram em propriedades privadas, inclusive em pequenas propriedades. Além disso, salvo o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, o restante das UCs catarinenses possui representados no máximo duas formações vegetais¹⁵. Somente na última década a FATMA passou a criar unidades de conservação para proteger formações vegetais específicas, como a Floresta do Rio Uruguai (Floresta Estacional Decidual) e a Floresta de Araucárias (Floresta Ombrófila Mista). No entanto, a área abrangida com a criação de UCs estaduais se dá numa escala pouco significativa em relação à área com formações florestais existentes em Santa Catarina, e de forma ainda menos relevante se considerarmos proporcionalmente a evolução histórica dessas formações florestais (Quadro 3, Figura 6 e Figura 7).

QUADRO 3 – Evolução histórica das formações florestais em Santa Catarina

Ano	Área (ha)	% cobertura florestal
1500	7.768.440	81,50 % *
1912	7.498.690	78,67 %
1959	2.859.550	30,00 %
1985	1.831.950	19,14 %
1990	1.729.160	18,03 %
1995	1.662.000	17,46 %

* Outros 18,5 % representavam ecossistemas associados à Mata Atlântica, como manguezais, restingas e campos de altitude

Fonte: SCHÄFFER, PROCHNOW (2002)

¹⁴ O trabalho de Vill (2006) não incorpora a recente criação do Parque Estadual do Rio Vermelho, em Florianópolis, através do Decreto nº 308 de 24 de maio de 2007.

¹⁵ Santa Catarina possui seis formações vegetais: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual, Campos de Altitude, Restinga e Manguezais (SOCIOAMBIENTAL, 2001). Quatro dessas podem ser consideradas formações florestais.

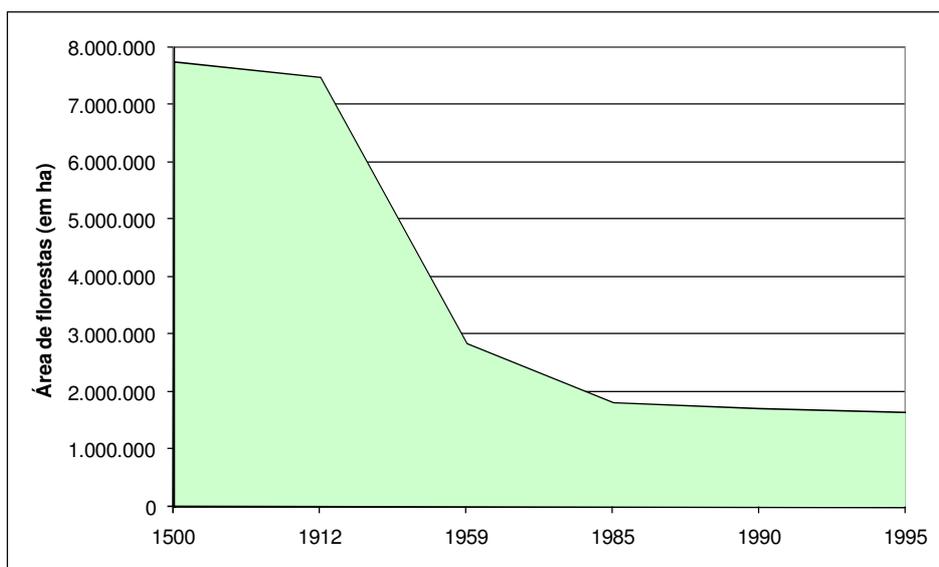


FIGURA 6 – Evolução histórica das formações florestais em Santa Catarina

Fonte: SCHÄFFER; PROCHNOW (2002)

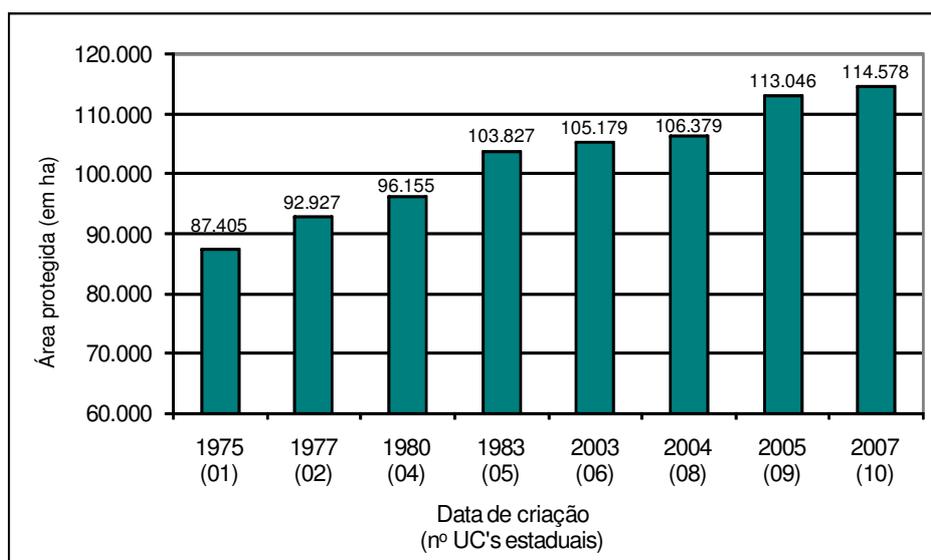


FIGURA 7 – Evolução histórica da área coberta por UCs estaduais em Santa Catarina

Fonte: Adaptado pelo autor de FATMA (1999)

A cobertura de área protegida por UCs estaduais é muito pouco significativa em relação à diminuição de florestas nativas verificada no estado de Santa Catarina, conforme ilustrado pelos gráficos acima.

Além disso, os processos de implementação das UCs estaduais perpassam diferentes níveis de efetividade, incluindo desde UCs meramente criadas “no

papel”, com pouco ou nenhum esforço de planejamento e gestão, até UCs com todos os processos minimamente cumpridos, como é o caso do Parque Estadual Fritz Plaumann.

Vill (2006) afirma em seu trabalho que nenhuma UC estadual possui Plano de Manejo. No entanto, conforme pode ser verificado na figura esquemática com a situação atual das UCs estaduais, baseada em entrevista informal junto aos funcionários da Diretoria de Proteção de Ecossistemas (DPEC) da FATMA (Fig. 8), a realidade dos processos de implementação é bastante diversa.

	Ano criação	Situação fundiária	Plano de Manejo	Infra-estrutura	Iniciativas de gestão
Parque da Serra do Tabuleiro	1975	⊘	⊘	😊	😊
Parque da Serra Furada	1980	⊘	⊘	⊘	⊘
Reserva Biológica do Aguaí	1983	😊	⊘	⊘	😊
Reserva Biológica do Sassafrás	1977	😊	⊘	😊	😊
Reserva Biológica Canela Preta	1980	😊	⊘	⊘	⊘
Parque Fritz Plaumann	2003	😊	😊	😊	😊
Parque das Araucárias	2003	😊	😊	😊	😊
Parque Rio Canoas	2004	😊	😊	⊘	⊘
Parque Acaraí	2005	⊘	⊘	⊘	😊
Parque do Rio Vermelho	2007	😊	⊘	⊘	😊

FIGURA 8 – Situação das unidades de conservação estaduais de Santa Catarina em 2006. 😊 Situação efetivada; ⊘ Situação não efetivada

Fonte: HERMES-SILVA (2008), com base em entrevista informal junto aos funcionários da DPEC/FATMA

Fica bastante evidente a diversidade encontrada diante da regularização fundiária (aspecto principal no processo de criação), dos esforços de planejamento (sendo o plano de manejo instrumento de referência no processo), da infraestrutura e iniciativas de gestão existentes.

Se, por um lado, a regularização fundiária não parece configurar o problema central das UCs em SC (apenas três das dez não se encontram regularizadas),

por outro lado, a grande maioria carece de ações e instrumentos de planejamento, sobretudo incorporados em um plano de manejo.

Já em relação às iniciativas de gestão, merece destaque o Parque Estadual Fritz Plaumann que, no âmbito do Plano de Incubação da Gestão, atualmente em andamento, criou o primeiro Conselho Consultivo de uma UC estadual, em outubro de 2006. Além disso, como resultado desse Plano, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), composta por atores locais, para a administração do uso público da Unidade, em setembro de 2007.

Recentemente, a Diretoria de Proteção de Ecossistemas da FATMA (responsável pelas unidades de conservação) criou as chamadas “Unidades de Gestão” para cerca de sete UCs estaduais¹⁶. Essas unidades de gestão compreendem equipes técnicas com funcionários responsáveis pelas UCs, incluindo um chefe para cada unidade. Todos os funcionários dessas unidades de gestão, no entanto, estão lotados em Florianópolis e dependem para levar a cabo iniciativas *in loco* de campanhas de campo, geralmente limitadas pela própria política institucional.

Já os processos de implantação são bastante incipientes para as UCs estaduais, considerando-se aqui a disponibilidade de infra-estrutura e equipamentos mínimos ou adequados para iniciativas de gestão, existentes somente em quatro das dez UCs. Isso se torna ainda mais evidente frente aos objetivos das categorias de manejo das UCs (Parque e Reserva Biológica), considerando que o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e pesquisa científica, objetivo comum a ambas as categorias, demanda condições mínimas de infra-estrutura e equipamentos.

A criação de UCs através de medidas compensatórias é também bastante representativa no atual quadro de áreas naturais protegidas de Santa Catarina.

¹⁶ Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Parque Estadual das Araucárias, Parque Estadual Fritz Plaumann, Parque Estadual do Acaraí, Reserva Biológica do Aguai, Parque Estadual do Rio Vermelho e Parque Estadual da Serra Furada.

Isso se deve principalmente ao grande estímulo governamental para aproveitamento hidrelétrico, observado a partir da última década.

Além do Parque Estadual Fritz Plaumann, área de estudo do presente trabalho (ver capítulo 3 mais adiante), outras duas UCs estaduais foram criadas como medida compensatória de usinas hidrelétricas. O Parque Estadual das Araucárias, nos municípios de São Domingos e Galvão, foi criado em 2003 como medida compensatória pela formação do reservatório do Aproveitamento Hidrelétrico Quebra-Queixo. O Parque Estadual Rio Canoas, no município de Campos Novos, foi criado em 2004 através da medida compensatória da UHE Campos Novos. Já o Parque Estadual do Acaraí, localizado no município de São Francisco do Sul, foi criado em 2005 por meio do licenciamento de uma unidade da empresa de metalurgia Vega do Sul S/A.

De uma forma geral, a disponibilização de recursos provenientes da compensação ambiental tem propiciado maior garantia para os processos de implementação das UCs. O Parque Estadual do Acaraí, apesar do que aparece ilustrado na Figura 8, já se encontra em processo de contratação de propostas para elaboração do Plano de Manejo e regularização fundiária. Também o Parque Estadual Rio Canoas e o Parque Estadual das Araucárias, após recente aprovação dos seus respectivos Planos Manejo, deverão ter seus processos de implantação iniciados durante os próximos anos.

Por outro lado, diversas iniciativas envolvendo órgãos públicos e instituições de financiamento, principalmente internacionais, estão em negociação e/ou prestes a serem iniciadas. Destacam-se o Projeto “Conservação da Biodiversidade e Reabilitação de Ecossistemas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro”, submetido ao *Global Environmental Facilities* (GEF), agência do Banco Mundial para o Meio Ambiente, pela FATMA; e o Programa de Proteção da Mata Atlântica para o Estado de Santa Catarina, com recursos do banco alemão KfW, que prevê a elaboração de planos de manejo dos Parques da Serra do Tabuleiro, do Acaraí e da Serra Furada, e das Reservas Biológicas do Aguai, da Canela Preta e do Sassafrás.

3.2. O Oeste e o Alto Uruguai Catarinense

Como apontado anteriormente, o território do Estado de Santa Catarina é permeado por diferenças significativas entre as regiões que o compõem. Diferenças que têm também como pano de fundo configurações socioeconômicas e culturais. Segundo Mior (2003), estas são o reflexo da distinção entre os recursos naturais, as formas de ocupação do território e da paisagem e a evolução histórica de cada região. Dentro dessa diversidade se encontra a região Oeste Catarinense (Fig. 9), atualmente diferenciada das demais, dentre outros aspectos, pela forte concentração e especialização da indústria agroalimentar (MIOR, 2003).

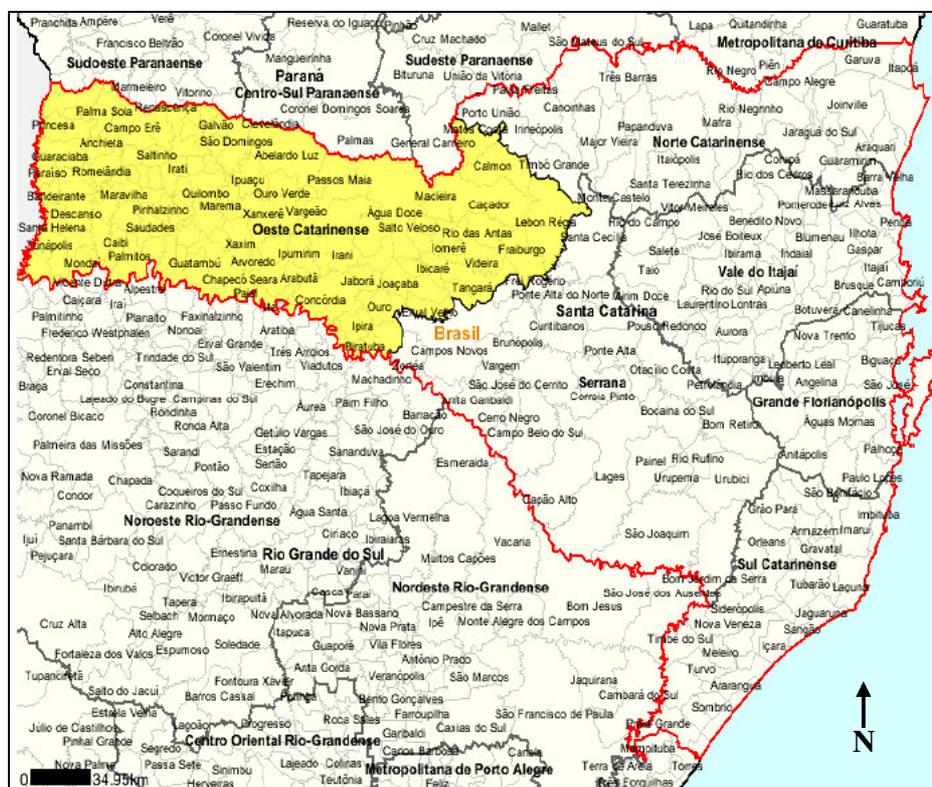


FIGURA 9 – Localização e abrangência da região Oeste Catarinense

Fonte: Adaptado pelo autor de MIOR (2003)

De acordo com Mior (2003), dentre as divergências existentes na interpretação das transformações recentes por que passa o Oeste Catarinense, encontra-se consenso na relevância do histórico de interação entre as

agroindústrias e a agricultura familiar¹⁷. O autor cita Wilkinson que, em diversos artigos, tem argumentado que a reprodução da agricultura familiar até os dias atuais se daria em função de constituir ela “a estrutura social que mais converge com esquema técnico produtivo e econômico das estruturas agroindustriais” (MIOR, 2003, p. 70).

A importância dessa interação não é, entretanto, restrita ao cenário socioeconômico e cultural observado hoje. Como será visto na caracterização do território de estudo e ao longo da discussão dos resultados da presente pesquisa, é fator crucial também para o delineamento das características biofísicas da paisagem atual. Sobretudo em relação à problemática de qualidade ambiental por que passa o meio rural do Oeste de Santa Catarina (ver GUIVANT, 1998; MARCHESAN, 2003).

Os números apresentados por Mior (2003) para caracterização da região Oeste Catarinense ilustram bem a importância da agroindústria. Cerca de 50% da população economicamente ativa trabalham no setor agropecuário, sendo parte significativa ligada à atividade agroindustrial. Aproximadamente 88 mil estabelecimentos rurais, sendo mais de 90% de natureza familiar¹⁸ e com menos de 50 hectares, são responsáveis por mais de 50% do valor bruto da produção agrícola estadual (MIOR, 2003.).

Insere-se ainda nesse contexto a região designada por Alto Uruguai Catarinense, compreendendo diversos municípios que, atualmente integrados em associações intermunicipais, ocupam o alto curso do rio Uruguai, dentro do estado de Santa Catarina.

Esses municípios vêm se organizando em diversas associações e consórcios como resultado do planejamento integrado de bacias hidrográficas e/ou em função de estarem sob influência direta da UHEI. Essa organização visa

¹⁷ Concorde-se aqui com Lamarche (1993, p. 15), ao assumir o risco de uma definição “imprecisa” mas “não-restritiva”, permitindo delimitar a agricultura familiar como um esquema de análise que “[...] corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família”.

¹⁸ Dados de 1995/96.

principalmente à integração administrativa, econômica, social e o desenvolvimento político-administrativo através de um planejamento microrregional.

Fazem parte dos municípios organizados no Alto Uruguai Catarinense os de Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina.

Já em relação às associações, destacam-se a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC) – e, dentro desta, o Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense (Consórcio Lambari) – e a Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem de Itá (AMULBI).

3.3. O município de Concórdia

Dentre os municípios que compõem a região do Oeste e do Alto Uruguai Catarinenses, ganha destaque para o presente trabalho o município de Concórdia, que engloba toda a área do Parque Estadual Fritz Plaumann. Sobre as características histórico-culturais, sócio-econômicas e biofísicas de Concórdia, portanto, cabe um breve aprofundamento.

A história do município de Concórdia reflete, segundo Ferreira (1992), o contexto do processo de ocupação de todo Oeste Catarinense. Remonta, portanto, à penetração das primeiras populações pré-históricas no sul do Brasil, passando pela dinâmica territorial de diversos grupos indígenas e, mais recentemente, pelas diversas levas de migração e povoamento de descendentes europeus.

Antes da chegada das frentes de colonização de descendentes europeus, principalmente provenientes das colônias mais antigas do Rio Grande do Sul, toda

região era habitada por índios Kaigangs, Xoklengs e por “caboclos”¹⁹ (FERREIRA, 1992).

De acordo com o autor, a colonização definitiva da região foi fortemente impulsionada pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, iniciada em 1906, pela *Brazil Railway Company*. Esta ferrovia tinha o intuito de viabilizar o comércio do Rio Grande do Sul com o centro do país e também integrar o território brasileiro em função das divergências territoriais com a Argentina.

Segundo Ferreira (1992), a *Brazil Railway Company* recebeu, como complemento ao pagamento pela realização da obra, 15 km de cada lado da estrada de ferro, desde que fossem terras devolutas. Como a companhia tinha prazo estabelecido para que as terras fossem aproveitadas, a *Brazil Railway Company*, constituiu a *Brazil Development and Colonization Company*, com sede em Portland, nos Estados Unidos, a qual passou a assentar “colonos” nessas terras, expulsando os posseiros que ali se encontravam instalados.

Ferreira (1992) destaca ainda que, na região dos queimados, como era chamada a área do atual município de Concórdia, os primeiros colonos chegaram na segunda década do século XX. Segundo o autor:

Entre 1920 e 1925, Concórdia era sertão, com residências distantes umas das outras, a maioria de caboclos refugiados após a batalha do Irani que se agruparam em torno do caudilho José Fabrício das Neves que ali fixou residência em 1917, estabelecendo seu “quartel general”. (FERREIRA, 1992, p. 52)

Os “colonos” aqui chegados eram instalados em pequenas propriedades, variando entre 8 e 25 alqueires paulistas, formando assim um aglomerado mais denso das populações imigrantes. Começaram ocupando espaços no Vale do Rio do Peixe e às margens do rio Uruguai, em zonas próximas às estações ferroviárias, só posteriormente expandindo-se para outros pontos da colônia.

Assim, o município de Concórdia foi emancipado em 1935, a partir de um movimento capitaneado por diversas empresas de colonização. Dentre estas,

¹⁹ “Caboclos” é a designação dada por diversos historiadores locais para os mestiços de brancos, índios e negros que habitavam terras devolutas ou de fazendeiros da região e viviam da extração de erva-mate, da caça e de pequenas roças (FERRO, 2006).

destacam-se a Sociedade Territorial Mosele, Eberle Ahrons e Cia. e a Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia Ltda (CDA, 1999).

Essas empresas começaram a introduzir, a partir da década de 20 do século passado, colonos de origem italiana e alemã, principalmente provenientes das colônias “velhas” do Rio Grande do Sul. O processo se baseou no padrão de lotes coloniais, de pequeno porte, seguindo as condições topográficas do relevo, dispostos de modo a facilitar as comunicações e a circulação (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Para Ferro (2006, p. 72), a colonização definitiva e as bases do desenvolvimento de Concórdia têm como pano de fundo não só fatores de ordem cultural e moral característicos do colonizador, sobretudo “em relação ao trabalho e a honra ao compromisso assumido”, como também a existência de

outros fatores que influenciaram o desenvolvimento da agricultura na região, tais como: a presença da densa floresta rica em madeira de boa qualidade e de valor econômico; a fertilidade natural do solo; a relativa proximidade com a estrada de ferro, entre outros. (FERRO, 2006, p. 72)

Como colocado anteriormente, a influência mais marcante para o “desenvolvimento da agricultura foi a instalação da agroindústria para o beneficiamento do trigo e para o abate e industrialização de suínos que deu origem ao atual complexo agroindustrial Sadia [...]” (FERRO, 2006, p. 72).

Atualmente, com uma área de aproximadamente 1.196 km², Concórdia limita-se ao norte com os municípios de Ponte Serrada e Irani; ao sul com o estado do Rio Grande do Sul, através do rio Uruguai; a leste com os municípios de Jaborá, Presidente Castelo Branco, Ipira, Peritiba e Piratuba; e a oeste com os municípios de Ipumirim, Seara e Itá.

O município conta hoje com 5 distritos além do distrito-sede, a saber: Engenho Velho, Planalto, Presidente Kennedy, Santo Antonio e Tamanduá (CDA, 1999). Segundo dados da Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Concórdia (ASPLAN, 2007), são aproximadamente 55 comunidades rurais e 25 bairros na área urbana.

Sendo uma região de relevo fortemente dissecado, o município apresenta formas montanhosas e setores aplanados nos topos de divisores de água e patamares intermediários. Predominam, portanto, áreas fortemente onduladas a ondulas, com declividade variando entre 5° e 40° (média de 22 °) e desníveis topográficos chegando a aproximadamente 250 e 300 metros de gradiente (CDA, 1999).

Bastante ligado às formas do relevo, o tipo de solo predominante no município é originado da decomposição do basalto, apresentando-se muitas vezes pedregoso e cascalhento, bem como bastante suscetível à erosão superficial. Tais características, em áreas mais declivosas, impõem grande dificuldade para o manejo agropecuário, que se volta mais para os segmentos mais aplanados do relevo, como os patamares e topos de morros (CDA, 1999).

Apesar da forte tendência de expansão agrícola e do histórico de exploração madeireira, ainda ocorrem no município pequenos fragmentos de vegetação nativa, a exemplo dos encontrados no interior do Parque. Estes se distribuem principalmente em setores de elevada declividade, mas também entre as áreas de lavoura, seja pela regeneração ou “pousio”, formando capoeiras e outros estágios de regeneração (CDA, 1999).

Em relação às formações vegetais nativas, o município encontra-se numa área de transição originalmente coberta pela Floresta Ombrófila Mista, mais ao norte em altitudes mais elevadas, e pela Floresta Estacional Decidual, mais ao sul e principalmente na área de influência do rio Uruguai e seus tributários (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Com ampla rede hidrográfica, a área de Concórdia apresenta inúmeros rios formados por vales encaixados, sem planícies de inundação, cujas características predominantes incluem uma grande sinuosidade e a presença de corredeiras, saltos e canalões. Destacava-se dentre estes, antes do enchimento do reservatório da UHE Itá, o trecho conhecido por “Estreito do rio Uruguai” (CDA, 1999).

Quanto aos aspectos populacionais, de acordo com os dados censitários do IBGE²⁰, o crescimento demográfico do município evolui segundo o padrão ilustrado nas Figuras 10 e 11.

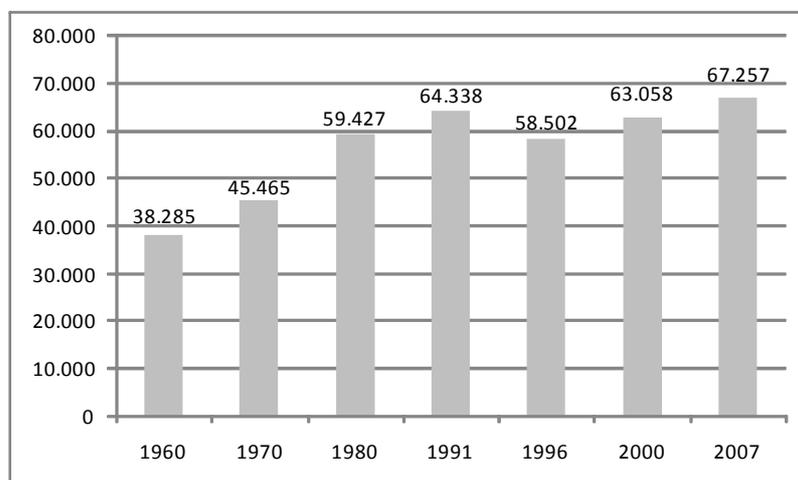


Figura 10 – Evolução da população total de Concórdia de 1960 a 2007

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007)

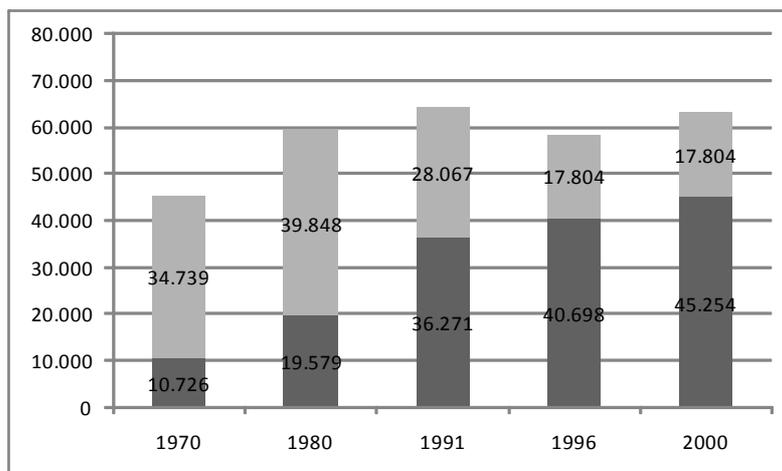


Figura 11 – Evolução da população urbana (barra inferior) e rural (barra superior) de Concórdia de 1970 a 2000

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 1996 e 2000)

Uma característica marcante é o significativo contingente migratório que afluiu para o município a partir da década de 70, conforme ilustrado pelos gráficos. Segundo dados do IBGE, a dinâmica populacional apresentou uma pequena

²⁰ Ilustra-se aqui a evolução populacional rural e urbana segundo os dados do IBGE, embora se reconheça, com base no trabalho de Veiga (2003), a necessidade de novas abordagens classificatórias sobre as tendências de urbanização no Brasil.

queda apenas na década de 90, voltando a crescer a partir de 2000, com destaque para o aumento proporcional da população urbana e queda da população rural.

A despeito dos dados censitários que demonstram forte crescimento da população urbana, grande parte da população ocupada dedica-se ao setor primário da economia. A presença de grandes grupos agroindustriais, nesse sentido, dinamiza não só a economia urbana municipal, agrupando grande parte dos postos de serviço, como também a economia rural (CDA, 1999).

Segundo o Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann (SOCIOAMBIENTAL, 2003) e a Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Concórdia (ASPLAN, 2007) (Fig. 12), o setor agropecuário representa a principal base econômica do município e ocupa a maior parte da população economicamente ativa, tanto no meio rural quanto urbano, em função das agroindústrias de aves e suínos.

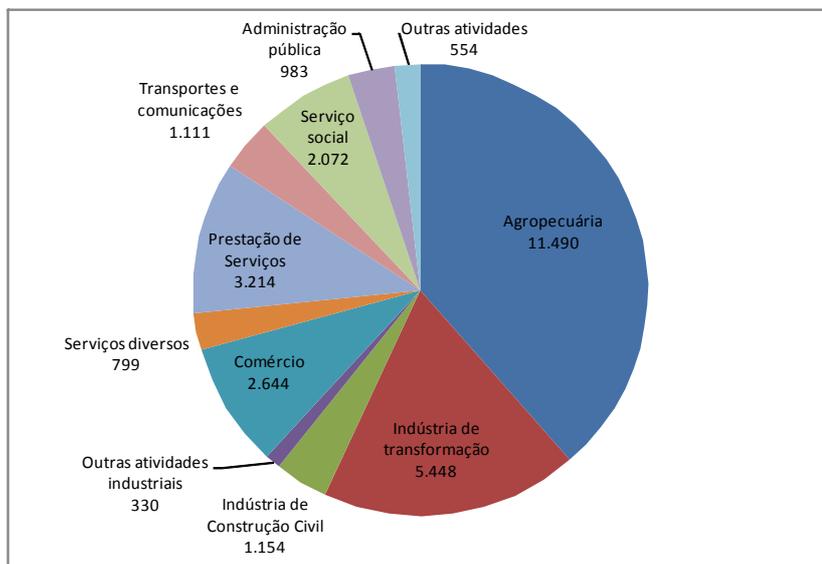


Figura 12 – Distribuição da população economicamente ativa de Concórdia por setores da economia (dados de 1998)

Fonte: ASPLAN (2007)

De acordo com os dados do Instituto CEPA (1999), o destaque da produção de aves e suínos de Santa Catarina no cenário nacional se dá principalmente em função das agroindústrias da região Oeste do estado. Concórdia, nesse cenário,

ocupava o primeiro lugar na produção de suínos e o segundo na população de aves no estado em 1999, com rebanhos de 258.757 suínos e 5.778.124 aves.

Intimamente ligado às atividades anteriormente mencionadas está a produção de milho, que é utilizado na composição da ração dos animais, além de ter seus excedentes comercializados, sendo que Concórdia ocupa a 2ª posição no estado em termos de produção do cereal (20.000 hectares plantados em 1999). (SOCIOAMBIENTAL, 2003, p. 90)

Outras culturas que ocupam destaque na produção agropecuária do município, em relação à área plantada, são respectivamente o feijão, a laranja e o arroz sequeiro (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Atualmente, Concórdia configura-se como um importante pólo regional do território catarinense, não só em função dos números da produção agroindustrial, como também por concentrar importantes instituições em sua estrutura político-administrativa e social. Dentre estas, ganham destaque: a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), que atende os mesmos municípios já destacados anteriormente do Alto Uruguai Catarinense; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), sediando o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPASA); a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia; a Universidade do Contestado (UnC – Campus Concórdia); e os Serviços Nacionais de Aprendizagem Comercial e Industrial (SENAC e SENAI).

3.4. A região de entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann

Anteriormente ao enchimento do reservatório da UHE Itá, e portanto antes da criação da UC, quatro comunidades rurais do município de Concórdia compunham o território atualmente abrangido, ainda que parcialmente, pelos limites do Parque e de sua Zona de Amortecimento. São elas: Sede Brum, Porto Brum, Linha Laudelino e Barra do Queimados.

Dessas quatro comunidades, apenas Barra do Queimados foi completamente inundada com o enchimento do reservatório. As demais, embora parcialmente inundadas, ainda se encontram socialmente organizadas, com infra-

estrutura básica incluindo igreja, cemitério, centro comunitário e, sobretudo, com pessoas que se identificam como moradores de tais comunidades.

No entanto, enquanto Sede Brum foi pouco afetada pelo reservatório, Linha Laudelino e Porto Brum sofreram drástica redução populacional durante o processo de indenização e relocação de famílias. Esses aspectos serão abordados adiante, como parte das transformações territoriais ligadas ao processo de criação da UC.

A noção de região de entorno de uma UC é empregada com freqüência em artigos e relatórios técnicos correlatos, mas não possui uma conceituação clara, de consenso geral.

Na linguagem cotidiana do senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. Ela pode assim ser empregada como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos a diversidade espacial. (GOMES, 2005, p. 53)

Em conformidade com a definição dada por Gomes (2005), a noção de região de entorno do Parque aparece aqui designada em relação à localização e extensão das comunidades rurais anteriormente citadas. Decorre deste fato, no entanto, que assim como para comunidades rurais, a região de entorno não designa um espaço com limites físicos claramente definidos.

A Zona de Amortecimento do Parque (ZA), por outro lado, apresenta um recorte espacial bem definido, principalmente com base em critérios biofísicos. Tais critérios, definidos pelo Plano de Manejo da UC, incluem o divisor de águas da bacia do Lajeado Cruzeiro e de parte da bacia do rio dos Queimados. Os demais limites foram definidos considerando-se uma faixa de 500 m de extensão a partir dos limites do Parque, abrangendo a área do reservatório até próximo da sua margem oposta, no estado do Rio Grande do Sul (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

Desse modo, a ZA do Parque sobrepõe-se apenas parcialmente à área das três comunidades rurais do entorno (ver com mais detalhes na Fig. 20, no próximo item deste capítulo).

Outro recorte espacial relacionado ao Parque, utilizado no Plano de Manejo, é o da chamada “área de influência” (Fig. 13), abrangendo os limites políticos do município de Concórdia, com destaque para a área da bacia do rio dos Queimados (SOCIOAMBIENTAL, 2001; 2003).

Embora atualmente não seja mais utilizado o conceito de área de influência, ele designa a área que exerce influência direta sobre a UC, considerando-se os municípios da micro-região e as microbacias onde a mesma está inserida, bem como outras áreas ou atores que interfiram na Unidade ou que sofram a interferência da Unidade (IBAMA, 1996).

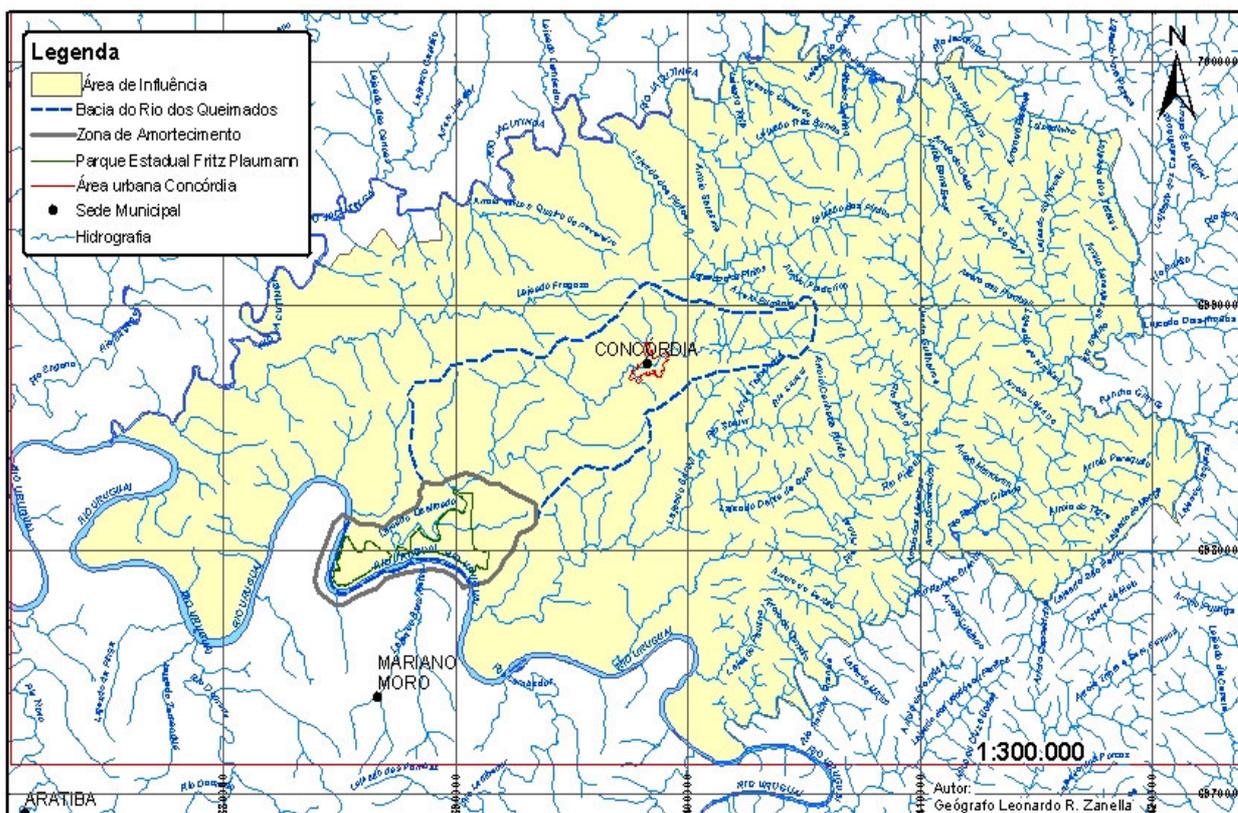


FIGURA 13 – Área de influência do Parque Estadual Fritz Plaumann
Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2003)

Segundo o diagnóstico socioeconômico realizado em 2000, durante a elaboração do Plano de Manejo da então Estação Ecológica Barra do Queimados, as três comunidades rurais da região de entorno são principalmente de origem cultural italiana e, de menor influência, alemã (SOCIOAMBIENTAL, 2001). São também encontradas algumas famílias de ascendência polonesa.

Em relação à infraestrutura, cabe apresentar resumidamente algumas características levantadas durante o diagnóstico supracitado.

Na área da educação, consta que todas as escolas municipais anteriormente existentes foram desativadas, sendo que apenas Sede Brum possui escola estadual de 1^a a 8^a séries, enquanto que as demais comunidades são servidas com transporte escolar.

A mesma situação ocorre na saúde, sendo Sede Brum a única das três comunidades do entorno do Parque com posto de atendimento. O abastecimento de água é feito por poços comunitários em Sede Brum e Linha Laudelino, sendo utilizadas fontes alternativas, como cachoeiras, poços individuais e fontes superficiais, por moradores de Porto Brum e parte dos moradores de Linha Laudelino (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

Na época do diagnóstico, constatou-se que o lixo era predominantemente queimado ou enterrado, não existindo coleta. Da mesma forma, as redes de esgoto eram apenas de solução individual, encontrando-se majoritariamente o recurso à fossa e, em bem menor escala, ao poço negro. Todos os moradores eram atendidos pela rede elétrica, existindo iluminação pública apenas em Sede Brum.

O atendimento domiciliar de telefonia era de cerca de 50% em Sede Brum e praticamente inexistente nas demais comunidades. Em relação ao sistema viário, todas as três comunidades eram interligadas por meio de estradas não pavimentadas (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

A principal atividade econômica das famílias da região de entorno do Parque é baseada na agropecuária. No entanto, já na época do diagnóstico se ressaltava o grande número de aposentados, aspecto também verificado atualmente. A principal cultura à época era a do milho, seguida pelo feijão, enquanto na pecuária ganhava destaque a avicultura, sendo menos expressiva a suinocultura e a criação de gado leiteiro. O sistema de integração com as grandes agroindústrias predomina nas criações de aves e suínos (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

Do quadro socioeconômico apresentado acima, houve algumas mudanças significativas constatadas pelos levantamentos feitos em 2006 no âmbito da execução do Plano de Incubação da Gestão.

Nesse momento foram inventariadas cinquenta e quatro propriedades situadas principalmente na ZA e na área das três comunidades situadas próximo de seus limites, totalizando uma população de 204 habitantes. De acordo com a ASPLAN (2007), a população atual destas três comunidades é de 395 habitantes.

Como foco do esquema de análise definido, considera-se atual este inventário ilustrativo da região de entorno do Parque ([aproximadamente 51% da população total), para o qual serão pontuados alguns aspectos que configuram essa paisagem “rural”.

Destaca-se, nesse sentido, a constatação em campo de um “intercâmbio” de mão-de-obra entre as propriedades, no sentido de suprir serviços nas atividades agrícolas, sobretudo em épocas de alta demanda, como no plantio e na colheita. Esse “intercâmbio” é realizado a partir de diferentes relações estabelecidas entre os exploradores, passando pela simples remuneração financeira, remuneração em produtos até a retribuição com mão-de-obra propriamente dita, caracterizando-se neste último caso como um mutirão.

O tamanho das terras varia de lotes com menos de 1 ha até pouco mais de 50 ha, podendo ser distribuídos nas seguintes faixas de tamanho (Fig. 14):

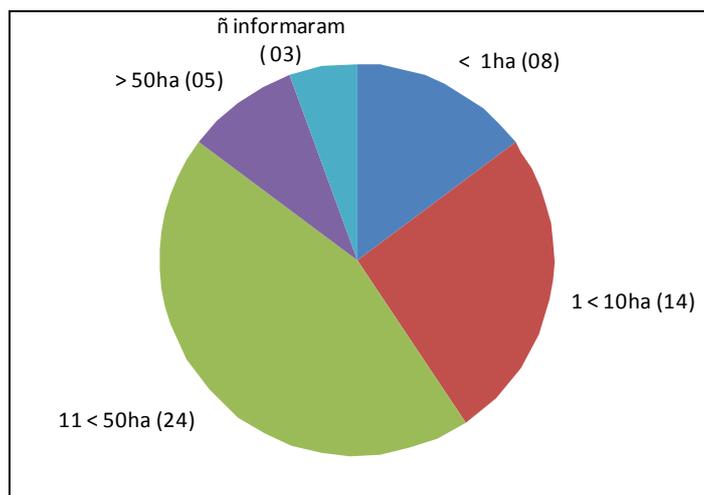


FIGURA 14 – Faixas de tamanho das propriedades inventariadas nas comunidades do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

As principais formas de uso das terras levantadas durante o inventário podem ser vistas (em hectares) no gráfico da Figura 15.

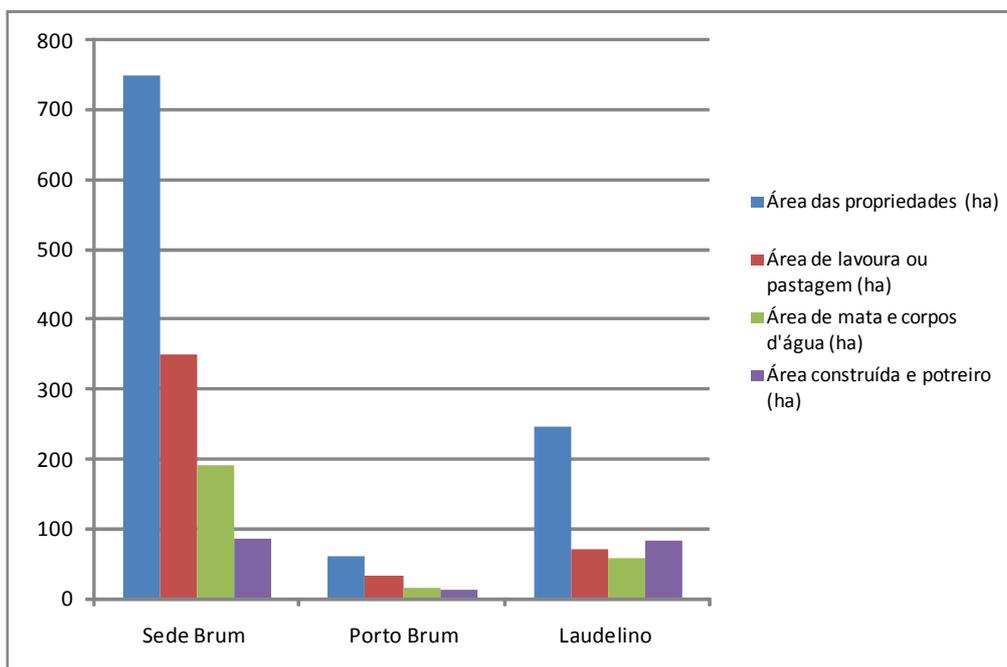


FIGURA 15 – Uso das terras nas propriedades rurais inventariadas nas comunidades do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

Refletindo as transformações impostas pelo enchimento do reservatório, Sede Brum é a que possui, das três comunidades, a maior área proporcional nos diferentes tipos de uso de terra.

A principal atividade agrícola continua sendo o cultivo de milho (Fig. 16), destacando-se, nos últimos seis anos, o crescimento da silvicultura, por iniciativa própria dos proprietários e/ou através do arrendamento de terras para terceiros.

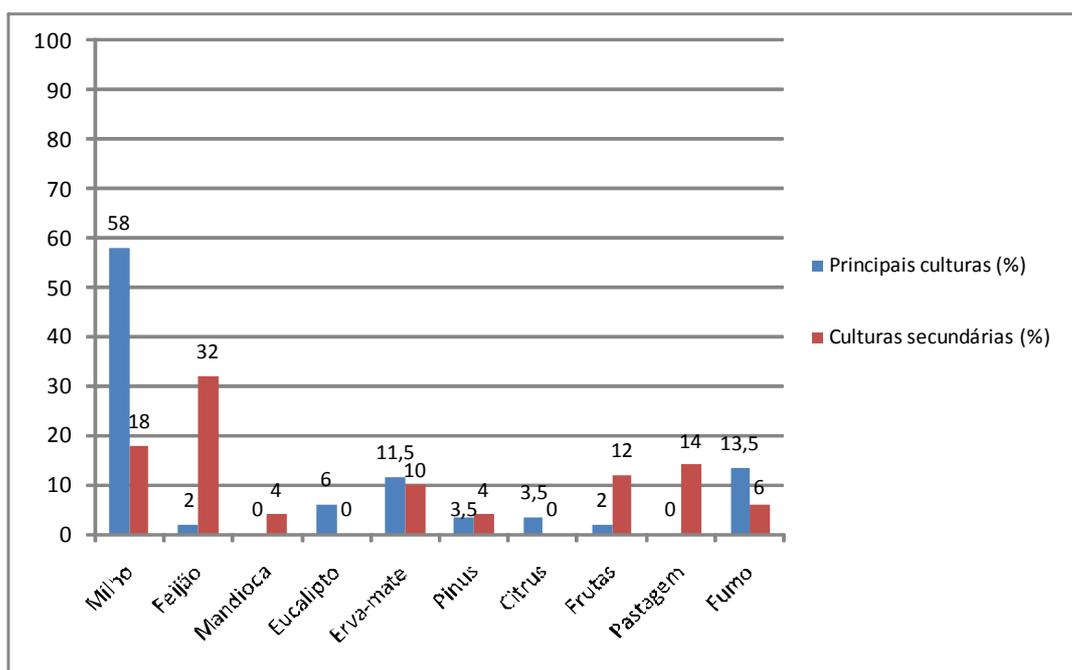


FIGURA 16 – Porcentagem de culturas agrícolas principais e secundárias das propriedades rurais inventariadas nas comunidades do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

Em todas as propriedades com produção agrícola, são praticadas diferentes atividades, cada qual com diferentes pesos de integração ao mercado e de subsistência, ilustrando a diversidade de situações apontada por Lamarche (1993) em explorações familiares.

Neste caso, insere-se a agricultura familiar como base da produção de toda região Oeste Catarinense, muito embora tenha a agricultura de subsistência fundamental relevância para manutenção da unidade familiar, conforme destacado por praticamente todos os agricultores contatados no entorno do Parque.

De grande importância para a renda familiar, na manutenção dessa unidade, aparecem as atividades não-agrícolas desenvolvidas e a aposentadoria recebida por membros das famílias dos agricultores, conforme ilustrado pelos gráficos da Figura 17. Os dados dos gráficos não incluem, no entanto, membros da família que não residem na comunidade, muito embora tenha sido destacada a participação eventual dessas pessoas na manutenção das propriedades.

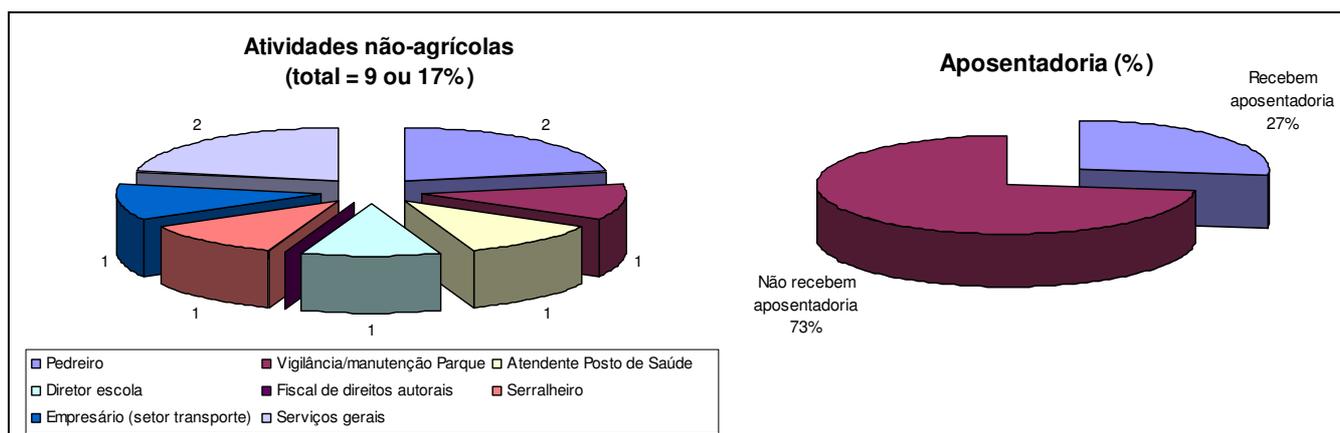


FIGURA 17 – Importância das atividades não-agrícolas e da aposentadoria entre as propriedades rurais inventariadas nas comunidades do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

A integração com agroindústrias, embora observada, não parece constituir aspecto marcante conforme destacado em 1999 pelo diagnóstico do Plano de Manejo, mesmo sem levantamento numérico na época (SOCIAMBIENTAL, 2001).

Os números da integração agroindustrial, dentro do universo de agricultores familiares contatados, incluem: 08 integrados com a Sadia; 04 com fumageiras; 02 com a Pamplona; e 01 com a Aurora. Como não há subsídios para uma base comparativa ao longo desses seis anos, fica aqui a dúvida se houve declínio nos números como resultado da crise que se tem observado nos modelos de integração agroindustrial a partir da década de 1990 (MIOR, 2003).

3.5. O Parque Estadual Fritz Plaumann

3.5.1. Localização, área e histórico

De acordo com o Plano de Manejo (SOCIOAMBIENTAL, 2003), o Parque encontra-se entre as coordenadas 27°16'18" e 27°18'57" de latitude Sul, 52°04'15" e 52°10'20" de longitude Oeste, junto à foz do rio dos Queimados, que tem sua nascente a montante da sede do município de Concórdia.

Com uma área total de 741,6 ha (1,6% da área do município de Concórdia), o Parque ocupa duas glebas de terra que foram separadas com o enchimento do reservatório da UHE Itá. Uma destas áreas é insular e possui aproximadamente 265 ha, enquanto a outra, com cerca de 476 ha, forma uma península compreendida entre as áreas alagadas dos rios Uruguai e dos Queimados (Figuras 18, 19, 20 e 21).



FIGURA 18 – Vista aérea da porção insular do Parque Estadual Fritz Plaumann (ano 2000)

Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2000)

FIGURA 19 - Base cartográfica do Parque



FIGURA 20 – Vista sul da porção não insular do Parque Estadual Fritz Plaumann ao longo do rio Uruguai (ano 2003)

Fonte: HERMES-SILVA



FIGURA 21 – Vista norte da porção não insular do Parque Estadual Fritz Plaumann, ao longo da foz do rio dos Queimados (ano 2003)

Fonte: HERMES-SILVA

O Parque Estadual Fritz Plaumann foi oficialmente criado através do Decreto Estadual nº 797, em 24 de setembro de 2003. O histórico dessa UC, no entanto, remonta a um processo mais longo e complexo, iniciado durante a década de 90 em função do licenciamento da UHEI, como já colocado anteriormente. Apresenta-se aqui um breve histórico que será abordado em detalhe no capítulo seguinte do trabalho, de forma inter-relacionada às transformações territoriais observadas durante o mesmo período.

Por se tratar de uma usina hidrelétrica situada na divisa territorial dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que tem como marco físico um trecho do leito do rio Uruguai, as medidas compensatórias resultantes dos impactos gerados também tiveram de ser alocadas em ambos os Estados.

Resulta disso que o processo de licenciamento ficou inicialmente sob responsabilidade institucional do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), envolvendo posteriormente os respectivos órgãos ambientais dos dois estados atingidos - Fundação de Meio Ambiente (FATMA), em SC, e Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luis Henrique Rössler (FEPAM), no RS.

Assim, com a finalidade de proteger áreas representativas dos ecossistemas naturais remanescentes e impactados pela UHEI, para criar unidades de conservação e atender o disposto na Resolução 10/87 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), foram feitos estudos para se identificar áreas potenciais para tal finalidade. Os órgãos estaduais, desse modo, tiveram grande participação justamente no processo de identificação e seleção de áreas, promovido pela Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil (ELETROSUL), empreendedor responsável pela obra na época. A Resolução CONAMA supracitada recomendava a criação de uma estação ecológica como forma de reparação dos danos em ecossistemas naturais causados por um empreendimento dessa natureza.

Em Santa Catarina, foi selecionada uma área localizada na Barra do Queimados, comunidade diretamente afetada pelo enchimento do reservatório da usina, no município de Concórdia. Como essa área ficava apenas em território catarinense, a FEPAM/RS solicitou um estudo da vegetação existente no Rio Grande do Sul com o objetivo de identificar áreas com potencial também naquele Estado (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Conforme o Plano de Manejo (SOCIOAMBIENTAL, 2003), na continuidade do processo de implantação da UC e para cumprir a solicitação da FEPAM/RS, a ELETROSUL elaborou estudos complementares em que foram levantados e mapeados os remanescentes de vegetação em bom estágio de regeneração natural, existente no território gaúcho. Em 1992, a ELETROSUL apresentou nova proposta à FEPAM e FATMA contendo três alternativas, das quais foi selecionada pela FEPAM aquela que, segundo os técnicos, melhor repunha as perdas dos ecossistemas no RS.

Numa série de reuniões com órgãos estaduais de Meio Ambiente, representantes das Superintendências Regionais do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), Departamento de Recursos Naturais Renováveis-DRNR/RS, Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA/RS e ELETROSUL, foram discutidos, entre outros temas, a categoria de manejo mais apropriada para o caso. (SOCIOAMBIENTAL, 2003., p. 10)

Com a publicação da Resolução CONAMA 02/96, surgiu a oportunidade de se rediscutir a categoria de manejo, uma vez que esta determinava a criação de unidades de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente mas não obrigatoriamente uma estação ecológica. Participaram novamente os órgãos estaduais de meio ambiente, as Superintendências Regionais do IBAMA e as universidades locais. O IBAMA repassou, de sua sede em Brasília para os órgãos estaduais, a definição da categoria de manejo, no caso Estação Ecológica Estadual em Santa Catarina e Parque Municipal no município de Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul.

Na continuidade do processo de licenciamento da UHEI, o IBAMA exigiu, no item 2.11 da Licença de Operação expedida em 1999, a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação.

Já a escolha do nome da UC em Santa Catarina, na época Estação Ecológica Barra do Queimados, fazia uma alusão direta à comunidade parcialmente abrangida pela área da Unidade e inundada pelo enchimento do reservatório, remontando a fatos históricos da Guerra do Contestado que ocorreram na região. Consta, segundo populares e a Enciclopédia Brasileira dos Municípios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *apud* Socioambiental (2000), que

[...] no tempo do caudilho Francisco das Neves, que mantinha seu quartel general, nas redondezas, [...] existia um velho caboclo, apelidado por "Tigre Velho", cujo nome indica um córrego afluente do Queimados [...], autor, segundo dizem, da queimada de diversos corpos, que ficaram abandonados após uma refrega entre os fanáticos. Quer nos parecer seja esta a versão mais acertada da origem do nome Queimados, ou ainda hoje Lajeado dos Queimados. (SOCIOAMBIENTAL, 2001, p. 11)

O Plano de Manejo da Estação Ecológica Barra do Queimados foi elaborado nos anos de 1999 e 2000 como parte da medida compensatória. A empresa de consultoria contratada foi a Socioambiental Consultores Associados,

que à época já indicou potenciais conflitos decorrentes da categoria de manejo definida em função das peculiaridades da área e do contexto da região em que se inseria.

A partir de meados de 2003, houve nova rodada de discussões em relação à categoria de manejo estabelecida para a Unidade. A alteração para categoria Parque Estadual foi então oficialmente proposta pelas instituições responsáveis, e posteriormente considerada a mais condizente com as expectativas da opinião pública da região.

A etapa de mobilização da sociedade para a consulta pública visando à criação do Parque Estadual em Barra do Queimados foi realizada entre 29/08 e 01/09 de 2003. Segundo a SOCIOAMBIENTAL (2003), identificaram-se, além do parecer favorável de diversos segmentos da sociedade para a mudança de categoria, algumas sugestões para o nome da mesma e a manifestação de interesse e disposição em apoiar oficialmente tanto o processo de adaptação quanto a implementação da Unidade.

Durante essa etapa de mobilização, confirmou-se ainda a data para discussão pública do processo de mudança da categoria (17/09/2003), quando se definiu a criação oficial do Parque Estadual Fritz Plaumann em substituição à Estação Ecológica Barra do Queimados. Assim, em 24 de setembro de 2003 foi assinado o decreto para criação do Parque Estadual Fritz Plaumann.

O nome atual da UC representou uma homenagem a um importante entomólogo e naturalista de SC, que sempre se preocupou com as alterações ambientais que vinham ocorrendo na região Oeste do Planalto Catarinense, onde se instalou e viveu a maior parte de sua vida.

Fritz Plaumann nasceu em Preusisch Eylau, na Alemanha, em 02 de maio de 1902, e veio ao Brasil ainda jovem, em 1924, devido à forte crise econômica desencadeada pela 1ª Guerra Mundial. No Brasil, fixou residência em Nova Teutônia, próximo ao município de Seara, onde começou a coletar insetos já no ano seguinte à sua chegada. A abrangência de sua área de coleta e estudo, inicialmente restrita às redondezas de Nova Teutônia, foi gradualmente sendo ampliada durante os quase setenta anos em que colecionou e estudou insetos, incluindo boa parte da região oeste de Santa Catarina, onde se insere o município

de Concórdia e o Parque, estendendo-se até a região norte do Rio Grande do Sul. (SOCIOAMBIENTAL, 2003, pp. 11)

A reelaboração do Plano de Manejo foi executada novamente pela empresa Socioambiental, ainda através de recursos da compensação ambiental, durante os anos de 2003 e 2004. Esse processo seguiu algumas das orientações constantes no novo Roteiro Metodológico de Planejamento de Unidades de Conservação de Proteção Integral (IBAMA, 2002), no sentido de facilitar a sua implementação pela futura gestão executiva do Parque.

No entanto, não houve na época atualização dos diagnósticos temáticos inclusos na versão antiga do Plano de Manejo. Realizaram-se apenas visitas expeditas a campo no intuito de analisar a área para efetuar o planejamento das atividades e ações de uso público agora previstas pela categoria de manejo “parque”, bem como articular potenciais parcerias institucionais para os processos subseqüentes de implementação.

Antes mesmo da aprovação do novo Plano de Manejo pela FATMA, houve uma discussão sobre a continuidade do processo de implementação da Unidade de Conservação, envolvendo principalmente as empresas responsáveis pela operação da UHEI e pela elaboração do Plano, Consórcio Itá / TRACTEBEL e Socioambiental, respectivamente.

Concomitantemente à finalização e aprovação do Plano de Manejo, diversas iniciativas promovidas pela FATMA, pelo empreendedor responsável pela Usina (Consórcio Itá, da qual a TRACTEBEL é sócio-majoritária) e pela Socioambiental impulsionaram a mobilização comunitária e a criação de uma estratégia para futura sustentabilidade da Unidade.

Tais iniciativas culminaram com a “Proposta para Aplicação de Investimentos Ambientais” no Parque, apresentada à FATMA em 2005, não mais configurando-a somente como medida compensatória do licenciamento da Usina. Foram inseridos nessa Proposta três eixos de ação sinérgicos e complementares para o alcance dos objetivos a que se propõem, estruturados basicamente nos seguintes planos: “Plano de Incubação da Gestão”, “Plano de Implantação” e “Plano de Operação do Parque”.

De uma forma geral, esses Planos buscam tornar o Parque referência em relações de integração positiva com seu entorno, alcançando efetividade e sustentabilidade num período de três anos²¹. Para tanto, a “Incubação da Gestão” previa ações para criação e estruturação de uma OSCIP capaz de gerir a integração das comunidades do entorno com a gestão do próprio Parque e tornar-se apta e autônoma ao longo de aproximadamente 26 meses a partir de outubro de 2005.

De forma concomitante, estavam previstas ações para implantar a infraestrutura e operar a Unidade de Conservação de forma a criar condições propícias para a “Incubação da Gestão”. Os Planos de Implantação e Operação, em consequência, refletem as principais ações gerenciais e áreas estratégicas previstas no planejamento do Plano de Manejo da UC, as quais representavam os insumos mínimos necessários para sua efetiva implementação.

A execução dos Planos supracitados foi iniciada em outubro de 2005 e teve como instituições participantes: a TRACTEBEL e o Consórcio Itá como contratantes dos serviços; a empresa Socioambiental como contratada e responsável técnica pela execução; e a FATMA como órgão público responsável pela UC, interveniente anuente e legitimador do processo. Por parte da empresa Socioambiental, destaca-se o presente pesquisador como “âncora” da execução da proposta no município de Concórdia.

3.5.2. Caracterização biofísica

Da mesma forma que para os dados socioeconômicos apresentados na caracterização das comunidades do entorno do Parque, o diagnóstico dos aspectos físicos e bióticos constante nos estudos técnicos do Plano de Manejo data de 1999 e 2000.

²¹ Visão estabelecida para o Parque no Plano de Manejo (SOCIOAMBIENTAL, 2003), a contar a partir do início de sua implementação.

Alguns desses aspectos estão sendo revisados e atualizados, a exemplo da cobertura do solo e vegetação. Outros, embora não estejam sendo atualizados, ainda representam aspectos ilustrativos das características biofísicas do Parque e se mostram elementos importantes para subsidiar a análise das transformações territoriais ligadas aos processos de criação e planejamento da UC.

A seguir encontram-se expostos alguns desses aspectos, com base no Plano de Manejo do Parque e outras fontes bibliográficas, complementados com considerações levantadas durante a execução da presente pesquisa.

3.5.2.1. Geologia, geomorfologia e pedologia

Assim como para todo município de Concórdia e região, a área do Parque se encontra totalmente inserida na área do afloramento da formação Serra Geral, sendo sua evolução geológica caracterizada por episódios de magmatismo, com sucessivos derrames de rochas efusivas básicas em posição horizontal e sub-horizontal (CNEC, 1987). Esses derrames têm espessuras variando de 20 a 40 metros em toda a área de influência da UHEI.

O intenso fraturamento decorrente dos processos de resfriamento e consolidação do magma promoveu e promove a decomposição e desagregação marcante da rocha. Como conseqüência, possibilitou maior intemperismo e erosão, controlando, portanto, a conformação topográfica e a drenagem, bem como a orientação das faces escarpadas dos patamares (visíveis em muitos locais de lavouras perenes) e alinhamentos dos vales (CNEC, 1987).

A formação geológica, desse modo, influenciou diretamente as formas de relevo (Fig. 22), que se apresenta em geral bem dissecado com formas aguçadas, correspondente ao padrão observado na Unidade Geomorfológica do Planalto Dissecado Rio Iguaçu, Rio Uruguai (CNEC, 1987.). Os vales, portanto, são profundos, e as encostas com declividade em geral forte, entre 22 e 30 graus, ao passo que a dissecção é muito forte, com entalhamento médio dos canais de 270 metros. Verifica-se no Parque, por exemplo, que

em sua gleba maior, as cotas altimétricas variam de aproximadamente 370 (nível da represa) a 547m (cume), apresentando desnível e um entalhamento máximo de 265 m em relação ao nível de base local [...]. Na gleba insular o cume está a 502m [...]. Os interflúvios nas duas glebas apresentam-se planos e convexados com domínio de setores com fraca suscetibilidade à erosão. (CNEC, 1987

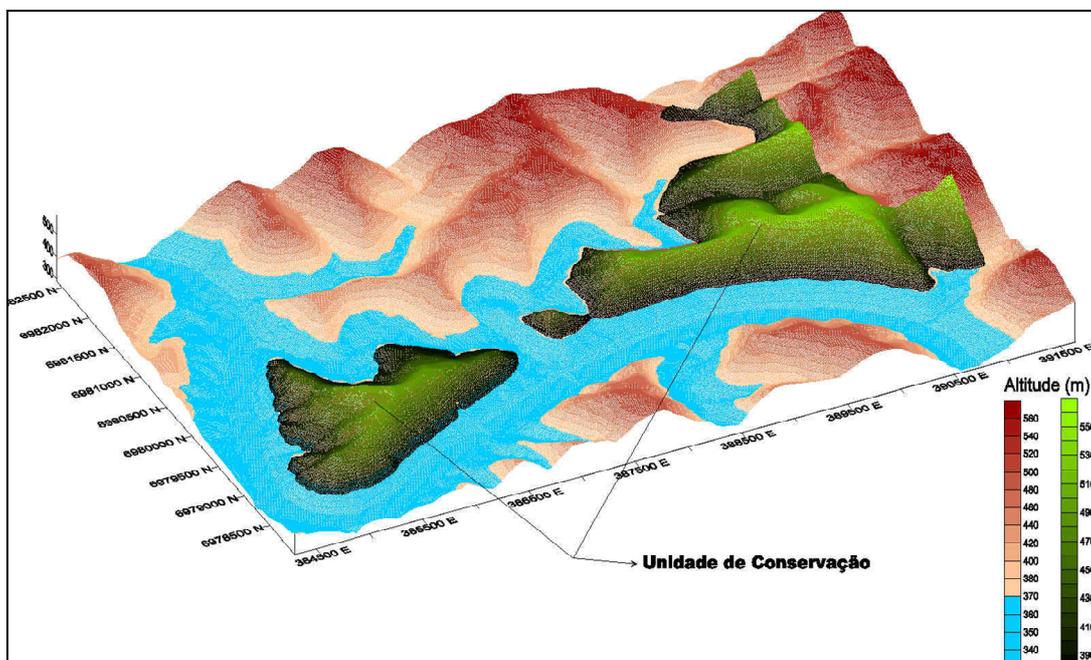


FIGURA 22 – Modelo numérico do terreno (MNT) do Parque Estadual Fritz Plaumann e seu entorno

Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2003)

A drenagem é condicionada pela estrutura geológica, sendo os vales em forma de “V” abertos e entalhados, provocando erosão fluvial em suas margens, com depósitos colúvio-aluviais bem representativos, como ao longo do Lajeado Cruzeiro (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

O solo do Parque é resultado de vários fatores integrados, tendo diversidade considerável em função do desenvolvimento das florestas da região (CNEC, 1987).

Em geral, foram diagnosticados preliminarmente os seguintes depósitos na área da UC:

- a) depósitos colúviais, com sedimentos de tamanhos variados formados por materiais provenientes das encostas mais altas por movimentos gravitacionais; e

- b) depósitos colúvio-aluviais, com sedimentos de diferentes tamanhos depositados principalmente por movimentos fluviais (CNEC, 1987).

Já dentre os tipos de solo, destacam-se:

- a) cambissolos, pouco desenvolvidos com baixo gradiente textural, em geral com o horizonte A assentado diretamente sobre o horizonte C ou a rocha inalterada;
- b) terra bruna intermediária para terra roxa, mais desenvolvidos, muito argilosos e com melhor aptidão agrícola; e
- c) solos litólicos, pouco desenvolvidos e rasos, com o horizonte A diretamente assentado sobre a rocha (CNEC, 1987).

As características dos depósitos distribuídos pela área da UC influenciaram tanto nas formas de uso do solo estabelecidas historicamente pelos antigos proprietários rurais quanto pelas características dos estágios sucessionais da vegetação nativa após o processo de indenização e relocação dos mesmos (criação da UC).

3.5.2.2. Recursos hídricos

O Parque está inserido na Região Hidrográfica RH 3 – Vale do Rio do Peixe, segundo o Diagnóstico Geral das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina, realizado à época pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM, 1997).

O regime hídrico da região em que o Parque se inclui foi caracterizado no Plano de Manejo com base em dados climatológicos da Estação de Itá²², coletas de campo para caracterização da hidrografia e qualidade de água e consulta em materiais bibliográficos (sobretudo o diagnóstico da SDM).

²² Segundo o Plano de Manejo, a Estação Meteorológica de Itá está localizada nas coordenadas 27° 18' S de Latitude e 52° 20' W de Longitude, com altitude de 387 m, e possui uma série de 18 anos de dados climatológicos.

O tipo climático, segundo classificação de *Thorntwaite*, é mesotérmico úmido com pouco ou nenhum déficit de água. A temperatura média anual é de 19,6° C, variando aproximadamente 10 ° C em média conforme a sazonalidade, subindo de agosto a janeiro e declinando de fevereiro a julho (SOCIOAMBIENTAL, 2003). Bastante comuns, as temperaturas mínimas absolutas abaixo de zero ocorrem entre os meses de maio e agosto (outono-inverno), época em que aumenta a probabilidade de ocorrência de geadas.

Inversamente ao comportamento anual da temperatura, a umidade relativa do ar possui valores máximos na estação de inverno e mínimos na estação de verão. Na estimativa total da evapotranspiração nota-se a influência do gradiente de umidade entre a atmosfera e a cobertura vegetal, tendo-se maiores perdas por evapotranspiração nos meses de outubro a março, onde estes valores apresentam-se acima da média mensal (79,31 mm/mês). (SOCIOAMBIENTAL, 2003, p. 49)

Intimamente ligado aos aspectos climáticos, o regime hidrológico dos cursos d'água da área do Parque e seu entorno é caracterizado por uma pequena variação sazonal. Não obstante, a precipitação média anual, de aproximadamente 1.735 mm, é relativamente bem distribuída ao longo do ano, sendo pouco mais elevada na primavera e verão do que no outono e inverno (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Os cursos d'água mais expressivos na área do Parque são os rios Uruguai e dos Queimados e os Lajeados Cruzeiro e dos Bugres. Assim como a grande maioria dos cursos d'água da região, apresentam fundo misto com inúmeros saltos e corredeiras em seus percursos até desaguiarem no reservatório da UHEI, no rio Uruguai.

O rio Uruguai percorre os limites sul e oeste das duas glebas do Parque e, com o alagamento gerado pela UHEI, separou-as, subindo aproximadamente entre 70 e 80 metros a partir do seu nível médio original (CNEC, 1989). Nascendo da confluência dos rios Canoas e Pelotas, o Uruguai tem aproximadamente 1.500 km de comprimento e uma bacia com cerca de 385.000 km², indo desaguar na bacia do Prata (SDM, 1997).

Com uma área de 142 km², o reservatório formado nesse trecho do rio Uruguai ocasionou inúmeras interferências tanto nos ecossistemas terrestres

quanto, e principalmente, aquáticos. (TRACTEBEL, 2001; CNEC, 1989). Dentre estes destacam-se as alterações no regime do rio e da qualidade da água a jusante da UHEI, e transformações ecológicas (ambiente lótico em lêntico) e eutrofização. Todas essas alterações representam aspectos importantes na compreensão das transformações territoriais, sob o ponto de vista didático, tanto para visitantes do Parque²³ quanto para pesquisadores e técnicos ligados à UC.

O rio dos Queimados, como colocado anteriormente, tem suas nascentes a montante da sede do município de Concórdia, na comunidade de Linha São José, percorrendo grande parte da área urbana através de trechos canalizados no sentido nordeste para sudoeste (ASPLAN, 2006). Sua bacia possui aproximadamente 87 km² de área e o seu curso principal 28 km de comprimento, cerca de 7,5 km dos quais dentro da área urbana do município. Seu curso principal alcança o extremo norte da porção não-insular do Parque, percorrendo seus limites por 2,6 km até encontrar o reservatório da UHEI. O comprimento do leito alagado pelo enchimento do reservatório, que desaguava na antiga calha do rio Uruguai, portanto, corresponde a cerca de 6 km.

Segundo informações da própria Prefeitura Municipal de Concórdia:

A necessidade de implantação da rede de esgoto cloacal é a cada dia mais evidente e possibilitará uma diminuição, em quase sua totalidade, da poluição do Rio dos Queimados e seus afluentes. Atualmente, os esgotos domiciliares, hospitalar e industriais, são em média, 90% lançados nas redes de águas pluviais, hoje existentes nos logradouros públicos, sem qualquer tratamento, que deságuam diretamente no rio. O lançamento por parte da população de lixos e entulhos nos leitos dos rios, tem muito colaborado para o transbordamento dos mesmos. (ASPLAN, 2006)

O Lajeado Cruzeiro também tem suas nascentes fora dos limites do Parque, na comunidade de Sede Brum. Seu curso principal possui aproximadamente 4,4 km de comprimento, dos quais 1,7 km percorrem o interior do Parque (LEÃO, 2007).

A bacia do Lajeado Cruzeiro, com uma área aproximada de 5,8 km², é a principal definidora dos limites da Zona de Amortecimento da UC, englobando a

²³ Além de ser tema central de uma das trilhas atualmente existente no Parque, esses aspectos são explorados através de uma maquete, localizada no Centro de Visitantes, que ilustra a paisagem da região do Parque e entorno e reproduz o enchimento do reservatório da UHEI nessa escala espacial.

sede da comunidade com lotes de terra, os espaços comunitários e diversas outras propriedades rurais (SOCIOAMBIENTAL, 2003). Segundo Leão (2007), a bacia possui 23 nascentes e 7 tributários de segunda ordem cujos comprimentos, somados ao do curso principal do Lajeado, ultrapassam 11 km.

Em pesquisa recente sobre as problemáticas ambientais dessa bacia, Leão (2007, p. 54) destaca que as áreas de preservação permanente se encontram “intensamente afetadas pela ocupação humana e diferentes atividades rurais”, com os principais trechos conservados dentro dos limites do Parque, “mesmo assim apresentando a contribuição negativa dos recursos hídricos a montante”. Além da existência de diversos tipos de uso e ocupação sobre as áreas de APP dos cursos d’água, o autor diagnosticou problemas como o despejo de resíduos sólidos, o escoamento superficial de dejetos animais e insumos químicos provenientes de lavouras.

O Lajeado dos Bugres tem suas nascentes no interior do Parque, drenando suas águas diretamente para o reservatório da UHEI. Embora não tenha sido estudado em detalhes, tanto a bacia quanto seu curso d’água principal possui dimensões menores que a do Lajeado Cruzeiro.

As questões relativas à qualidade da água dos recursos hídricos descritos acima é bastante diversa. Excetuando o Lajeado dos Bugres, todos os demais têm a qualidade da água comprometida por atividades humanas (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

O rio dos Queimados, embora não percorra o interior do Parque (somente seus limites), é o que envolve maior problemática, considerado extremamente poluído (Fig. 23), de acordo com a classificação do Plano de Manejo (SOCIOAMBIENTAL, 2003) e da SDM (1997). Dentre as fontes poluidoras, encontram-se atividades urbano-industriais, agropecuárias e agroindustriais, com diferentes tipos poluentes, incluindo efluentes orgânicos e tóxicos, coliformes fecais e agrotóxicos (SOCIOAMBIENTAL, 2003).



Figura 23 – Foz do rio dos Queimados, junto aos limites do Parque (à direita na foto)

Fonte: CARLOS GHENO (s/d)

Já o Lajeado Cruzeiro, como já destacado anteriormente, recebe principalmente efluentes de atividades agropecuárias (Fig. 24), tanto orgânicos quanto químicos, e provavelmente também de esgotos residenciais (SOCIOAMBIENTAL, 2003).



Figura 24 – Instalações para suínos com escoamento superficial de dejetos na APP do Lajeado Cruzeiro

Fonte: LEÃO (2007)

Durante o diagnóstico do Plano de Manejo, análises de água foram feitas em cinco pontos de amostragem, sendo dois no rio dos Queimados e três no Lajeado Cruzeiro. A exceção dos pontos de controle, representados por dois nascentes de tributários do Lajeado Cruzeiro, todos os demais pontos indicaram alterações de origem antrópica, sendo a água considerada, segundo a metodologia de classificação do Índice de Qualidade de Água - IQA (NSF, 1970), imprópria para tratamento no rio dos Queimados e aceitável (limite inferior) no lajeado Cruzeiro (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Interessante constatar, em uma nova análise realizada em agosto de 2007 somente para o Lajeado Cruzeiro e no mesmo ponto de coleta, utilizando a mesma metodologia, a água continua dentro da faixa de classificação aceitável para tratamento. No entanto, o índice encontrado nessa nova análise se encontra próximo do limite superior da classificação de aceitável do IQA (NSF, 1970), apresentando uma melhora pouco significativa.

3.5.2.3. Vegetação e fauna

A caracterização da vegetação e fauna da área do Parque corresponde a uma das principais demandas de atualização e refinamento, sobretudo para o manejo da própria UC.

De uma forma geral, ambos os aspectos se caracterizam em composição e diversidade em função de um ambiente já bastante alterado, tanto pelo histórico de uso das propriedades agrícolas existentes antes da criação do Parque quanto pelo próprio *status* de conservação da Floresta Estacional Decidual, numa escala temporal e espacial mais abrangente.

Como já colocado anteriormente, essa escala se estende sobre todo o Alto Uruguai Catarinense desde a chegada das primeiras levas de colonizadores descendentes de europeus. Perpassou, basicamente, os processos de exploração madeireira e expansão agropecuária sobre as florestas nativas que recobriam essa região.

Segundo o Mapa de Vegetação do Brasil (IBGE, 2004), toda área atual de distribuição da Floresta Estacional Decidual em Santa Catarina é classificada como “Vegetação Secundária e Áreas Agrícolas”.

A Floresta Estacional Decidual apresenta uma altura média de mais de 30 metros. Uma de suas características mais marcantes, expressa em seu nome, é a perda de folhas em grande parte (mais de 50%) das árvores dominantes do estrato florestal superior durante a estação fria e seca.

Essa formação florestal e a Floresta Ombrófila Densa têm algumas espécies em comum, como o cedro (*Cedrela fissilis*), mas o que caracteriza a primeira são espécies vegetais típicas, como o timbó (*Ateleia glazioviana*), o alecrim (*Holocalyx balansae*), a grápia (*Apuleia leiocarpa*), a canafístula (*Peltophorum dubium*) e o angico-vermelho (*Parapiptadenia rígida*). As três últimas são dominantes na paisagem, visíveis à distância por formarem copadas altas e vistosas no dossel da floresta (KLEIN, 1989; 1972).

A vegetação da área do Parque foi caracterizada em 1999 e 2000 através de um mapa temático (Fig. 25). Na caracterização da área do Parque, foram definidas sete classes de vegetação e uso do solo, com base no levantamento aerofotogramétrico da área do Parque e de uma faixa de 500 metros do seu entorno, bem como a partir de reconhecimentos de campo. Nenhuma área foi classificada Floresta Primária, sendo dominantes os estágios de Capoeirinha e Floresta Secundária, como pode ser observado no gráfico da Figura 26.

FIGURA 25 – Mapa de vegetação e uso do solo do Parque e de uma faixa de 500 metros do seu entorno

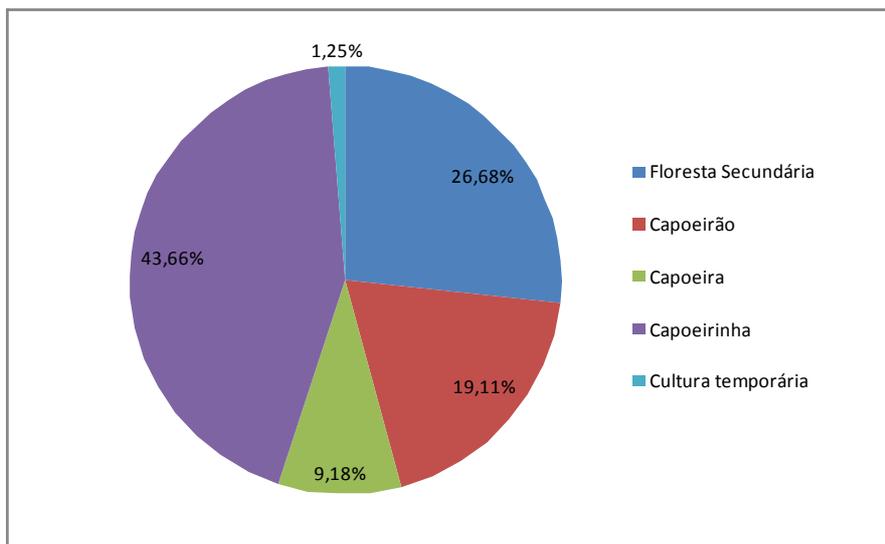


Figura 26 – Distribuição das classes de vegetação e uso do solo da área do Parque e de uma faixa de 500 metros do seu entorno, em 2000

Fonte: Adaptado pelo autor de SOCIOAMBIENTAL (2003)

A diversidade de classes diagnosticadas é reflexo direto da diversidade de tipos de uso do solo praticadas pelos antigos proprietários da área do Parque, aspecto que será abordado no próximo capítulo deste trabalho.

Dois fatos, no entanto, chamam a atenção em relação a esse levantamento pretérito. O primeiro deles é em relação à rápida restauração vegetal observada nos períodos compreendidos entre o início da década de 1990 e 2000 (entre o abandono das propriedades agrícolas e o diagnóstico do primeiro Plano de Manejo), e entre 2000 e 2007 (quando se observa que muitas áreas passam de estágios iniciais para mais avançados) (Fig. 27 e 28)²⁴.

²⁴ É difícil estabelecer uma comparação de distribuição das classes de vegetação e uso do solo, uma vez que a metodologia utilizada e a interpretação dos estágios sucessionais não podem ser reproduzidas, bem como os tipos de uso nas propriedades situadas na faixa de 500 metros do entorno (contabilizadas em 2000) podem ter variado significativamente. No entanto, percebe-se em campo uma rápida evolução das áreas com estágios sucessionais iniciais, o que provavelmente acarretaria mudanças na proporção dos estágios de capoeirinha e capoeira do interior do Parque.

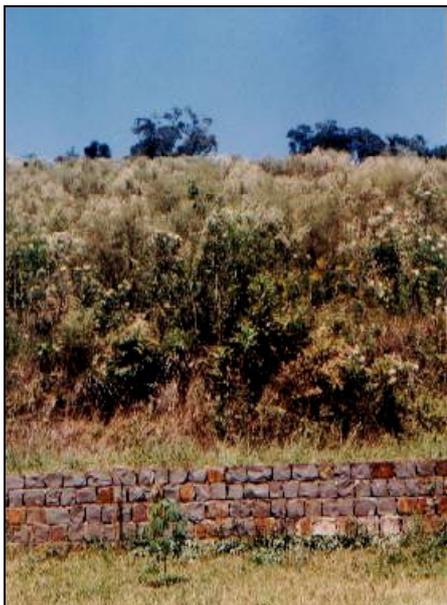


FIGURA 27 – Área com estágio de capoeirinha em 2000 (mês não especificado)

Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2003)



FIGURA 28 – Mesma área com estágio de capoeira em dezembro de 2007

Fonte: HERMES-SILVA (2007)

Tais transformações devem-se basicamente à alta resiliência do ambiente, em função da fertilidade dos solos e da própria existência de áreas em diferentes estágios sucessionais (fontes de propágulos), que também contribuem para o incremento das relações ecológicas (SIMINSKI, comunicação pessoal)²⁵. No entanto, como será visto no próximo capítulo deste trabalho, apesar desta característica geral, há uma diferença considerável na resiliência de diferentes áreas dentro do Parque, que correspondem aos estágios sucessionais da floresta, em função do histórico de uso dessas áreas em cada uma das antigas propriedades rurais (SIMINSKI, comunicação pessoal em fevereiro de 2007).

²⁵ O doutorando do Programa de Pós-graduação em Recursos Genéticos Vegetais da UFSC e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Florestas Tropicais (NPFT/UFSC), Alexandre Siminski, realizou inventários florestais na área do Parque e utilizou dados da presente dissertação, como parte de sua tese intitulada "A floresta do futuro: conhecimento, valorização e perspectivas de uso das formações florestais secundárias no estado de Santa Catarina" (em preparação).

O segundo fato diz respeito à não classificação de alguns remanescentes florestais do interior do Parque como Floresta Primária com corte seletivo, aspecto levantado recentemente por especialistas da área (REIS, comunicação pessoal)²⁶.

De uma forma geral, a fragmentação florestal é uma das grandes problemáticas ambientais do Parque, em função do obstáculo para a recuperação da fauna e flora nativas, obstáculo agravado pelo tamanho reduzido da área do Parque em relação à distribuição original dessa formação florestal.

No entanto, devido à existência de diferentes estágios sucessionais em sua cobertura vegetal (Fig. 16), a UC cria condições para importantes estudos de recuperação do ecossistema da Floresta Estacional Decidual, representados pelo conhecimento da sucessão espontânea e induzida em suas zonas de recuperação (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Além disso, segundo o Plano de Manejo, o Parque permite introduzir uma estratégia de conscientização ambiental por meio de atividades recreativas, educacionais e interpretativas, baseadas numa abordagem histórica da devastação da Floresta do Rio Uruguai, em paralelo ao processo de colonização da região. Isso deve ser concebido a partir da contextualização do Parque no tempo e no espaço geográfico e sócio-cultural (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Situação idêntica à da vegetação ocorre para a fauna. Esta, no entanto, foi caracterizada principalmente através de listas de ocorrência pautadas em levantamentos regionais (gerados a partir do cruzamento de bibliografias especializadas durante a elaboração do EIA/RIMA da UHEI) e visitas expeditas curtas de campo realizadas em 2000. Não correspondem de fato a um levantamento pormenorizado de espécies de ocorrência na área do Parque. Além disso, o diagnóstico abrangeu apenas dois grupos faunísticos, de aves e de mamíferos.

Em relação à mastofauna, as listas supracitadas indicam a ocorrência na região de nove ordens e 26 subfamílias, dado considerado superestimado

²⁶ Prof. Dr. Ademir Reis, do Laboratório de Ecologia Florestal da UFSC, em visita ao Parque Estadual Fritz Plaumann, classificou parte dos remanescentes florestais bem conservados do Parque como estágios de Floresta Primária com corte seletivo pretérito.

segundo o responsável pelo diagnóstico desse grupo faunístico no Plano de Manejo. Em primeiro lugar, porque seria uma biodiversidade mastofaunística de alta complexidade, se considerarmos que no estado de Santa Catarina ocorrem nove ordens e 34 subfamílias. Em segundo, porque as informações sobre fauna contidas no EIA/RIMA da UHEI, no a qual foi baseado o diagnóstico do Plano de Manejo, foram organizadas somente a partir de dados secundários, confrontando-se várias bibliografias que, complementadas, geraram uma lista demasiado estimada (SOCIOAMBIENTAL, 2003). Segundo o próprio zoólogo responsável pelo diagnóstico do Plano de Manejo,

[...] devido à realidade da cobertura vegetal da UC, onde grande parte dos ambientes naturais estão desaparecendo e/ou estão comprometidos, acreditamos que a maioria das espécies citadas nestes trabalhos de levantamento estejam extintas regionalmente. (SOCIOAMBIENTAL, 2003, p. 84)

Mesmo assim, tem-se verificado a ocorrência de muitas espécies de mamíferos de pequeno, médio e grande porte por meio de avistagens e vestígios indiretos (pegadas e fezes) nos últimos três anos. Dentre estas, a título ilustrativo, destaca-se a ocorrência do veado-mateiro (*Mazama americana*), do gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), do tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), do macaco-prego (*Cebus apella*), da irara (*Eira Barbara*), da lontra (*Lontra longicaudis*) e do ouriço-cacheiro (*Sphiggurus spp.*).

Em relação à avifauna, procedimento semelhante foi feito para a elaboração de uma lista das formas comuns nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A mesma consideração foi efetuada em relação à influência do *status* de conservação dos ambientes do Parque sobre a composição avifaunística, refletindo no declínio significativo e mesmo desaparecimento de algumas famílias (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

A destruição dos ambientes naturais da região, onde está inserida a Unidade de Conservação (UC), revelou-se o maior fator de impacto negativo na avifauna. Mas acredita-se que após a implantação da UC este quadro poderá ser reversível, uma vez que a diversidade da avifauna está intrinsecamente relacionada com complexidade da vegetação, que tenderá a se estabelecer. (SOCIOAMBIENTAL, 2003)

Considerando-se ainda que esse grupo corresponde a um importante bioindicador de qualidade ambiental, espécies típicas de ambientes florestais

foram pouco encontradas, como é o caso do surucuá (*Trogon surrucura*), tangará (*Chiroxiphia caudata*), o arapaçu-liso (*Dendrocincla turdina*) e o pica-pau-de-banda-branca (*Dryocopus lineatus*). A grande maioria dos registros confirmados por avistagem no diagnóstico de avifauna refere-se a espécies adaptadas a ambientes alterados, sejam formações florestais em recuperação ou resultantes de cortes seletivos, sejam formações arbustivas resultantes do abandono de lavouras temporárias.

Espécies aquáticas passaram a ocorrer com maior frequência a partir do enchimento do reservatório, a exemplo do frango d'água (*Galinula chloropus*), da marreca-pé-vermelho (*Amazonetta brasiliensis*) e do martim-pescador-grande (*Ceryle torquata*), de certa forma contribuindo para a diversificação da avifauna no Parque (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

No que diz respeito à fauna considerada extinta regionalmente, destacam-se dentre a mastofauna a onça-pintada (*Panthera onça*) e a anta (*Tapirus terrestris*) como espécies de grande porte encontradas originalmente no Alto Uruguai Catarinense. Há inúmeros registros fotográficos dessas espécies em livros que relatam a história da ocupação da região, sempre abatidas por caçadores. Já dentre as aves, ganham destaque a jacutinga (*Pipile jacutinga*) e o macuco (*Tinamus solitarius*) como representantes importantes das espécies cinegéticas brasileiras, já extintas no Parque e região em função da caça e diminuição das matas nativas.

A área do Parque continua sendo alvo de atividades ilegais como a caça de espécies nativas, tanto daquelas que constituem fonte protéica de alimento quanto das que representam conflitos com atividades produtivas dos agricultores da região (NICHELE, 2007). Esse fato constitui uma das principais problemáticas somadas relativas a conservação da fauna nativa existente, somado à falta de levantamentos sistemáticos da fauna de ocorrência na área da UC.

A despeito da carência de estudos e pesquisas sobre fauna no Parque, destacam-se os trabalhos de conclusão de curso realizados por acadêmicos da Universidade do Contestado (campus Concórdia), principalmente ligados ao grupo

de insetos e macro-invertebrados aquáticos (09 dos 12 trabalhos realizados). Apesar de o diagnóstico do Plano de Manejo não ter incluídos tais grupos, é de grande relevância o interesse de pesquisa demonstrado pela principal universidade local. Isso porque o Parque situa-se em área de coleta do entomólogo naturalista Fritz Plaumann (1902 – 1994), fato que deu nome ao Parque, guardando assim um importante aspecto histórico-científico (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

4. AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO A PARTIR DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN

A partir do exposto nos capítulos anteriores, apresenta-se neste capítulo a análise e discussão dos resultados da pesquisa.

Inicialmente ilustra-se de forma sintética a interrelação dos processos de criação e planejamento da UC com as vertentes de transformação do território, identificadas durante a sistematização e análise dos dados. Posteriormente ao esquema de análise, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa propriamente ditos, na ordem cronológica dos aspectos investigados ao longo dos dois principais processos de transformação do território. O primeiro é marcado pela transição de pequenas propriedades rurais para a Estação Ecológica Barra do Queimados, e o segundo, da Estação Ecológica Barra do Queimados para o Parque Estadual Fritz Plaumann. As transformações territoriais desencadeadas pela UHEI permeiam ambos os processos.

4.1. Esquema de análise das transformações do território

A interrelação dos processos de criação e planejamento do Parque com as vertentes de transformação do território (Fig. 29) se deu, num primeiro momento, na escala do território abrangido pelos limites da UC e, num segundo, também no território influenciado por ela, neste caso em relação às comunidades rurais parcialmente inseridas nos limites da Zona de Amortecimento da UC.

A distinção em dois momentos de “transformação”, exposta na Figura 29, cumpre um papel didático e ilustrativo. Nesse sentido, destaca-se primeiramente que as transformações territoriais abordadas pelo presente trabalho não correspondem necessariamente a dois processos estanques, um de criação e outro de planejamento da UC. Esses processos se fundem em um processo maior

e estão fortemente imbricados. Em segundo lugar, tal separação também não resulta somente pelo fato de o território em análise perpassar três identidades²⁷ distintas (propriedades rurais – Estação Ecológica Barra do Queimados – Parque Estadual Fritz Plaumann), e, portanto, duas “transformações”.

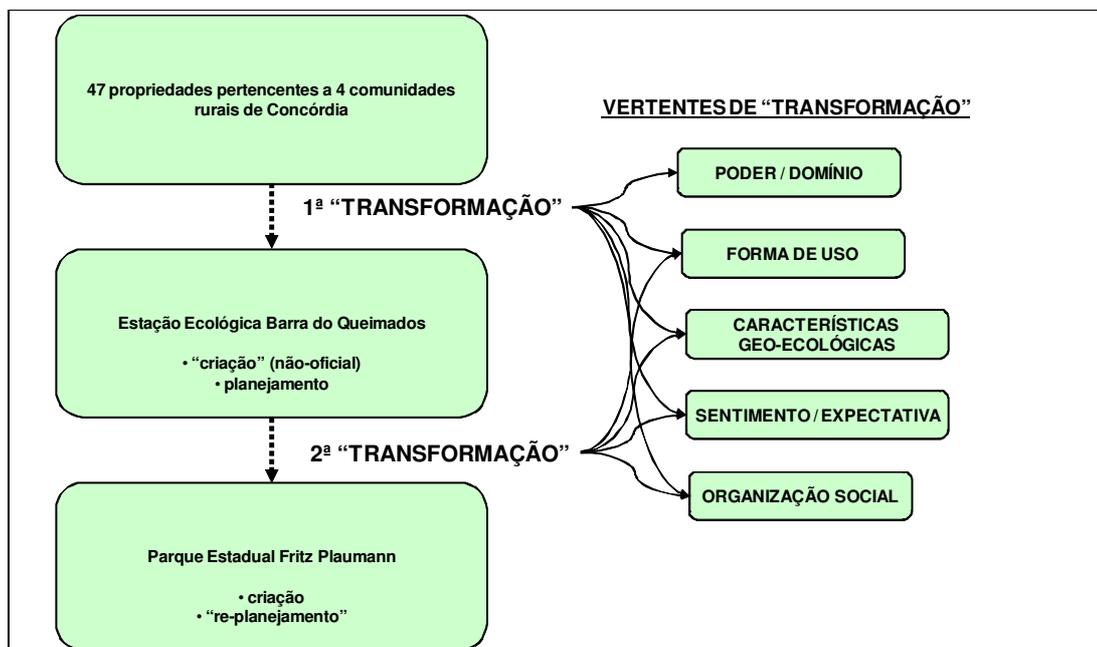


FIGURA 29 – Esquema das transformações territoriais ligadas aos processos de criação e planejamento da UC

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

As transformações territoriais ligadas aos processos de criação e planejamento da UC se inserem em um processo de transformação mais amplo, já em andamento, relacionado à instalação da UHEI. Por isso, o período de análise inicia-se muito antes da criação da UC, durante a ocupação e uso do território pelos ex-proprietários de sua área atual.

Cabe tal distinção em função das diferentes vertentes de transformação territorial decorrentes dos processos de criação e planejamento da UC, que se manifestaram de forma distinta ao longo do tempo, mesmo que com maior ou menor vínculo em relação às transformações em curso, impostas pela UHEI. Tais transformações podem ser mais facilmente compreendidas por esse prisma,

²⁷ Tanto no sentido de território como identidade do espaço concreto em si com seus atributos naturais e socialmente construídos, quanto espaço “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2006, p.78).

apesar de a exposição, análise e discussão dos resultados estarem sempre contextualizadas de maneira a se interrelacionar ambos os processos a todas essas vertentes de transformação.

Tal qual exposto por Souza (2006), as características geo-ecológicas e os recursos naturais de uma determinada área, o que é produzido e por quem em um certo espaço, ou ainda quais são as ligações afetivas e de identidade entre um grupo e seu espaço, são aspectos de fundamental importância para a compreensão da gênese (ou transformação) de um território. Para o autor, no entanto, como já destacado anteriormente, a questão mais importante nesta compreensão é identificar quem domina ou influencia num determinado espaço, e como isso se ocorre.

Nessa perspectiva, as vertentes de transformação apontadas anteriormente compreendem os aspectos que mais se destacaram nos dados levantados pela pesquisa, praticamente ao longo de todo histórico analisado. Estes aspectos aglutinam-se, portanto, em:

- a) poder ou domínio sobre o território;
- b) formas de uso do território;
- c) características geo-ecológicas do território;
- d) sentimento e/ou expectativa dos atores sobre o território;
- e) articulação e organização desses atores.

De todas as vertentes apresentadas neste esquema de análise, a vertente de poder ou domínio sobre o território foi a única que sofreu transformação somente durante o processo de “criação” da Estação Ecológica Barra do Queimados. Isso porque, na mudança para Parque Estadual Fritz Plaumann, quando houve de fato a criação oficial da UC através de decreto, a FATMA continuou como instituição responsável, e a área, de domínio público.

Ainda assim, a riqueza de situações impostas a essa única transformação perpassa a mudança nos papéis institucionais tanto do empreendedor responsável pela UHEI, e conseqüentemente pela indenização das terras, quanto do órgão

ambiental licenciador e participe da definição da área e categoria de manejo. Este e outros aspectos são ilustrados no Quadro 4, bem como analisados e discutidos nos próximos itens deste capítulo.

Já as formas de organização e uso do território se modificaram consideravelmente durante os processos de criação e planejamento da UC, sobretudo no que se refere ao processo de indenização das propriedades rurais para a “criação” da Estação Ecológica.

Como resultado das formas de uso e das próprias particularidades ambientais da região, as características geoecológicas da área também se modificaram, principalmente em função do processo de evolução da cobertura vegetal.

A dinâmica de participação e organização de atores e instituições, locais ou não, ao longo dos processos de criação e planejamento da UC, como já colocado anteriormente, foi também bastante visível. Exemplo dessa dinâmica, ilustrado no Quadro 4 e discutido mais adiante neste capítulo, é o aumento efetivo da participação da sociedade civil após a elaboração do Plano de Manejo da UC, e de forma ainda mais evidente, a partir do início de sua execução, em 2006.

Diretamente ligados a esses aspectos, há por parte de atores locais diferentes sentimentos em relação ao território e expectativas em relação às transformações em curso, resultantes da criação e planejamento da Estação Ecológica Barra do Queimados ou da sua transformação em Parque Estadual Fritz Plaumann.

QUADRO 4 – Matriz de relação do histórico da UC com atores envolvidos, abrangência espacial, ações institucionais e/ou técnicas e documentos de referência

4.2. Das propriedades rurais à Estação Ecológica Barra do Queimados

Como colocado anteriormente, quatro comunidades formavam originalmente, antes do enchimento do reservatório, a região onde a UC está hoje inserida: Sede Brum, Porto Brum, Barra do Queimados e Linha Laudelino.

Essas comunidades passaram por transformações territoriais significativas em função da construção da UHEI e, de forma concomitante, da “criação” da Estação Ecológica Barra do Queimados.

Na área de abrangência dessas comunidades, foram diretamente atingidas pelo enchimento do reservatório (que subiu, aproximadamente de 70 a 80 metros²⁸) mais de 80 propriedades. Destas, 44 tinham seus limites sobrepostos aos limites posteriormente definidos para a Estação Ecológica Barra do Queimados, ainda que com grandes diferenças de área sobreposta. Somam-se a essas 44 propriedades três que não foram atingidas pelo reservatório mas tinham também seus limites sobrepostos à atual área da UC, cuja indenização, portanto, se deu exclusivamente em função da criação da Estação²⁹.

Dentre essas 47 propriedades, cujos limites se incluem em menor ou maior grau à área atual da UC, foram selecionadas 26 propriedades, conforme os critérios descritos nas considerações metodológicas³⁰, pertencentes a 20 proprietários diferentes (Fig. 30). As 26 propriedades distribuem-se de forma distinta entre as quatro comunidades rurais existentes à época, conforme o gráfico da Figura 31.

²⁸ Segundo a ficha técnica da UHEI (http://www.consorcioita.com.br/ficha_tecnica.html), os níveis d'água podem variar de 364 m (mínimo operacional) a 375,7m (máximo *maximorum*), tendo como nível máximo normal 370 m.

²⁹ O processo de indenização ocorreu de forma distinta para os proprietários entrevistados, sendo os diferentes padrões identificados abordados mais adiante em função de constituírem aspecto fundamental para as transformações territoriais analisadas pelo presente trabalho.

³⁰ Tamanho de área seca sobreposta aos limites do Parque; tamanho da propriedade; e diversidade de tipos de cobertura do solo aparentemente observada na propriedade, através das ortofotocartas.

FIGURA 30 – Mapa das ortofotocartas com os limites das antigas propriedades sobrepostas aos limites atuais da UC e os ex-proprietários entrevistados

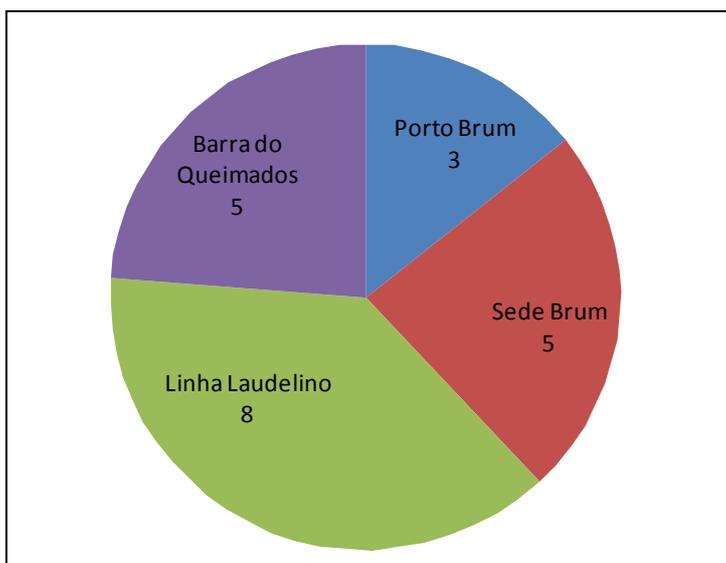


FIGURA 31 – Distribuição das propriedades selecionadas entre as quatro comunidades rurais existentes antes da criação da UC

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

Considera-se, assim, que o universo de propriedades selecionadas (cerca de 55% do total cujas áreas se sobrepõem à atual área da UC) é ilustrativo do padrão analisado para a região, em relação às transformações territoriais ligadas aos processos de criação da Estação.

O processo de ocupação do território e uso histórico pelos ex-proprietários, bem como sua relocação na criação da UC, configuram aspectos fundamentais ao longo dessas transformações.

4.1.1. Ocupação do território e uso do solo pelos ex-proprietários rurais

A ocupação e o uso do solo pelos ex-proprietários rurais não constituem aspectos diretamente ligados às transformações territoriais observadas a partir dos processos de criação e planejamento da UC. No entanto, são considerados aqui como subsídios importantes para a compreensão dessas transformações, pois configuram-se como a gênese do território para o período em análise.

Segundo Ferro (2006), a ocupação de Concórdia por “colonos” vindos do Rio Grande do Sul reproduziu o modo de vida e sistema produtivo colonial, fortemente caracterizado por fatores sócio-culturais e ambientais. Os ex-proprietários da área da UC, em sua maior parte, representam gerações posteriores aos responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura colonial da região, conforme o autor. Mesmo assim, a ocupação do território e o uso do solo verificado na escala temporal e espacial da presente pesquisa refletem muitos dos elementos apontados pelo autor.

Dos 20 ex-proprietários entrevistados, 14 (cerca de 70%) são procedentes do Rio Grande do Sul (Fig. 32), tendo a maioria vindo a partir da década 50 com os familiares, dando início à ocupação na atual área da UC.

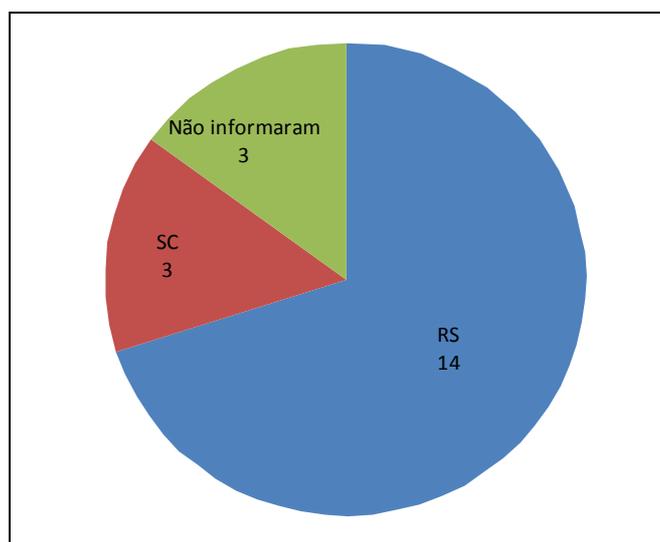


FIGURA 32 – Procedência dos ex-proprietários entrevistados

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

O período de ocupação das propriedades selecionadas, com base na linha do tempo elaborada durante as entrevistas, está relacionado à compra formal ou transmissão de geração para geração através de escritura. A escritura, portanto, foi base de referência para a indenização realizada pelos responsáveis da UHEI e, conseqüentemente, para a presente pesquisa.

A maior parte dos ex-proprietários entrevistados passou a ocupar a propriedade a partir das décadas de 50 e 60 (Fig. 33).

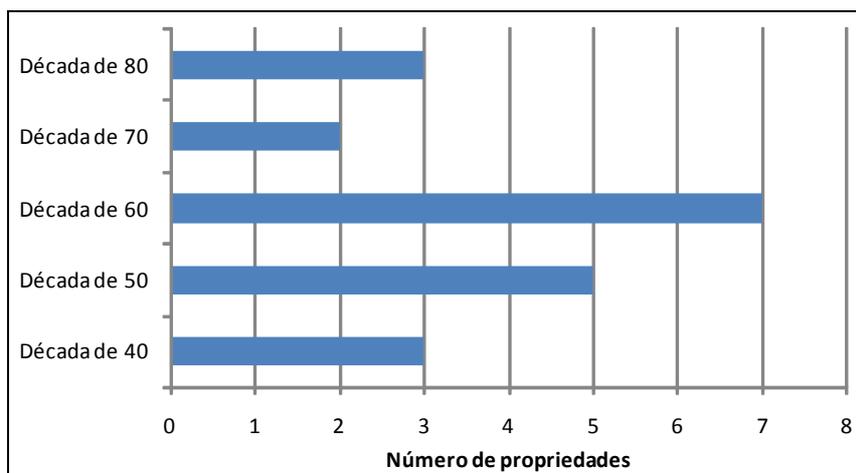


FIGURA 33 – Década de ocupação do território pelos ex-proprietários entrevistados

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

O número de propriedades passadas de pai para filho entre os entrevistados (cerca 45%) representa um aspecto marcante na agricultura familiar desta e de outras regiões, apontado por muitos autores como uma das muitas características da sucessão hereditária, neste caso relacionada à transmissão do patrimônio (CARNEIRO *apud* FERRO, 2006).

Os resultados encontrados na presente pesquisa podem ser considerados baixos em comparação aos apresentados por Ferro (2006), de 83%, ou por Silvestro (1995, *apud* FERRO, 2006), de 80%. No entanto, parte das propriedades selecionadas pelo presente estudo que foram “transmitidas hereditariamente” já se encontravam com tamanho reduzido, aspecto que restringe a subdivisão e transmissão hereditária do patrimônio sob pena de inviabilização econômica.

[...] A nossa terra foi o seguinte, veio pra cima o meu nono, comprou essas duas colônias de terra ali, daí veio pra cima as duas família, o meu pai e a minha mãe, e o meu tio e minha tia; então o meu pai viveu 30 dias lá e faleceu, ele veio meio machucado do Rio Grande numa perna e entrou o tétano e faleceu. Então a minha mãe não quis ficar mais aqui no meio do mato, que era puro mato lá embaixo, e quis voltar pra Bento Gonçalves com os meus tios, então ficou seis anos lá e depois eu vim pra cá com 6 anos [...], daí sempre ficamos residindo lá [...].

[..] O nono, ele passou pra nós a terra, né, então ficamos morando junto [...].

O tamanho das propriedades levantado durante as entrevistas (Fig. 34), a partir da elaboração do mapa falado de uso do solo, variou muito pouco em

comparação ao tamanho especificado no cadastro da TRACTEBEL. Apenas cinco entrevistados não souberam precisar o tamanho das propriedades. Isto pode indicar, por um lado, o forte apego à terra, também apontado por outros autores (ver FERRO, 2006), e por outro, o marcante processo de relocação e/ou indenização dos proprietários, analisado no próximo item do trabalho (quando as áreas foram valoradas e negociadas, dentre outros aspectos, em função da área).

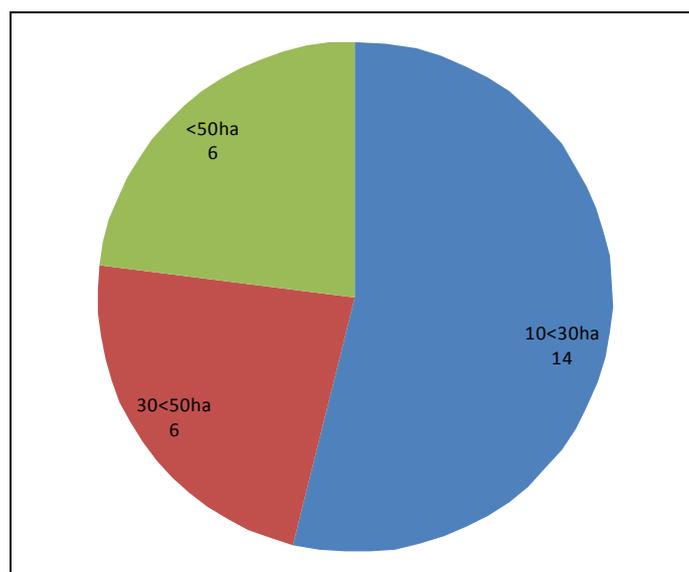


FIGURA 34 – Faixas de tamanho das propriedades selecionadas

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

Outro fato que reforça o desenvolvimento do sistema produtivo colonial verificado na região é a evidência do “destoque” de madeira em diversas das propriedades analisadas (Fig. 35), sobretudo no período inicial de ocupação do território, tanto para exploração de espécies florestais de alto valor econômico e/ou potencial de construção, outrora abundantes na região, quanto para ampliação das áreas de lavouras.

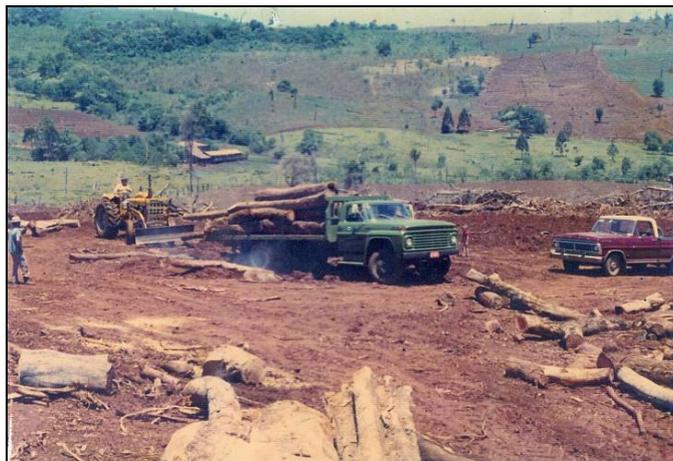


FIGURA 35 – Destoque de mata em 1967 numa das propriedades analisadas

Fonte: ACERVO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN

Cerca de 50% dos entrevistados relataram ter realizado o destoque de áreas de mata nativa em pelo menos algum momento durante a ocupação da propriedade. Esse percentual corresponde principalmente aos ex-proprietários que ocuparam a região nas décadas de 40 e 50 e tiveram suas propriedades herdadas de familiares.

Se a presença da mata representava inicialmente uma dificuldade, uma vez que se fazia necessária sua retirada para dar lugar às culturas temporárias, por outro lado, se constituía no material necessário à construção das casas e instalações para os animais, bem como uma possibilidade de rendimentos financeiros para fazer frente aos compromissos de manutenção da família e/ou pagamento das terras adquiridas. (FERRO, 2006, p. 73)

Os relatos abaixo ilustram a importância e dimensão da prática durante o processo de ocupação do território em estudo.

[...] Eu vim no ano 41, a cavalo, já conhecia Laudelino, [...] e gostei do lugar, mato, era plano, tu olhava por cima do mato e era tudo parelho assim o mato. Eu digo: aqui um dia eu vou destocar, porque já se falava em destocação de terra. [...] e vim aí e comprei uma colônia e meia de terra, puro mato [...] não se vendia, quem ajudou a destocar foi o Toni Lorenzetti e o Vasco Furlan, eles tinha trator, então eles levavam pra, não sei, uma caminhonada por dia de tora levava pra fora, cortar pra fazer tábuas pra eles, mas não se vendia, não se achava de vender [...].

[...] Tirava madeira quando que eu fui morar lá, né, precisava de madeira grossa pra fazer as construções [...].

[...] No mato, sim, tinha grápia, angico, cabreúva, cedro, canela, tinha muita madeira. Aquele mato não foi destocado, tá ainda lá, tá virgem,

virgem esses matos, eu destoquei uns pedaços... Mas lá ao redor de casa foi feito o destoque [...].

[...] essa área que é na reserva lá no fundo, teve que fazer ela, teve que destocar, até na época existia financiamento do banco pra destoque, eu consegui comprar a trilhadeira com o destoque na época [...].

[...] Essa mata foi tirada alguma árvore, pra construção, pra fazer alguma coisa, tu vê que era tudo construção de madeira. Foi tirado pra plantar, tu derrubava, porque na época, todo ano eu dizia: vou derrubar um pedaço daquele mato pra fazer uma roça nova, aumentar a área pra plantar... Porque quando o pai veio ali, era mato, eles entraram com carroça de boi, nem carro ia, puro mato, [...] mas pra quem queria produzir tinha que derrubar árvores, ia fazer o quê [...].

Conforme evidenciado nos relatos, a madeira, apesar de constituir moeda de troca, era pouco comercializada na região em função da falta de equipamentos para retirada e serrarias próximas. Com o passar do tempo, no entanto, parte do processamento local das madeiras começou a ser realizado em uma serraria instalada na comunidade de Barra do Queimados.

A partir da década de 80, duas das maiores propriedades analisadas foram compradas por uma indústria madeireira de Ipumirim/SC, especificamente para o corte e beneficiamento de espécies nativas. De acordo com a entrevista realizada com o responsável pelas atividades da empresa na época, apenas em uma das propriedades foi feita a exploração da área antes do enchimento do reservatório. Nessa mesma propriedade foram plantados cerca de 30 mil pés de erva-mate, os quais não chegaram a produzir em função do processo de indenização. A empresa também comprou madeira de muitos dos ex-proprietários entrevistados que eram vizinhos das duas propriedades compradas.

[...] Primeiro foi comprada uma, depois a outra, primeiro foi aquela de baixo [Barra do Queimados]. Nós compramos essa terra por causa do mato, sabe, nós tínhamos interesse no mato. A grápia, o cedro, a cabreúva e canelas. [...] Na época, não se fazia assim, era no olho, hoje se faz levantamento do mato, né, antigamente não, pagava o mato e pronto. [...] Nós deixamos a madeira mais bonita de pé, pra amanhã, né, e agora já foi, não pode mais mexer em mato nenhum [...].

À exceção das duas propriedades citadas, o histórico de uso das demais evidencia um crescente vínculo da produção agrícola aos mercados, ao longo das décadas de ocupação do território. A evolução nos tipos de produção acompanha as mudanças apontadas por Ferro (2006) e Mior (2003), sobretudo frente ao

surgimento e crescimento da agroindústria e do sistema de integração com a agricultura familiar, com destaque para o grupo Sadia, no município de Concórdia.

Nas áreas desbravadas, aproveitando a fertilidade natural do solo, eram introduzidas culturas para a alimentação da família e dos animais, bem como para o mercado, tais como feijão, mandioca, batata, fumo, entre outras. No entanto, destacaram-se desde cedo como atividades agrícolas expressivas a produção do trigo, do milho e a criação de suínos. (FERRO, 2006, p.74)

Durante o período inicial de ocupação das propriedades analisadas, as principais culturas agrícolas eram o trigo, a soja, o milho e o feijão, sendo os trechos mais planos dos terrenos mais valorizados e intensamente utilizados (Fig. 36). Com o passar do tempo, iniciou-se neles o uso de maquinários, ainda que em pequena escala. As máquinas eram compradas em sociedade e/ou alugadas entre familiares e proprietários vizinhos, conforme relatado pelos entrevistados.

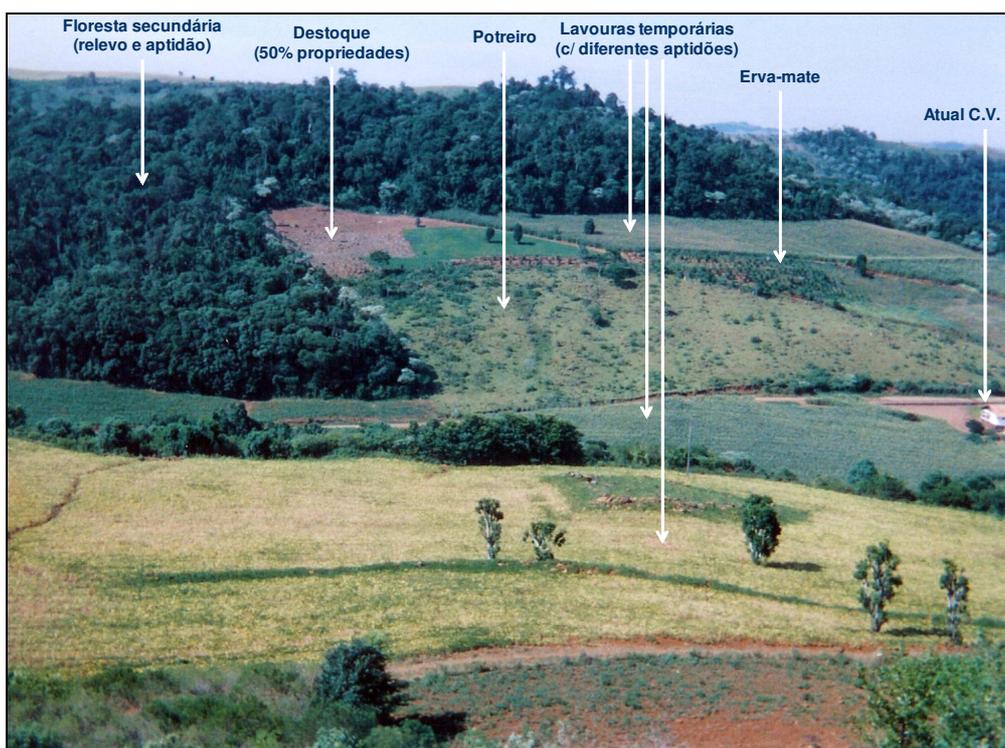


FIGURA 36 – Tipos de uso do solo em duas antigas propriedades do Parque, na área adjacente ao atual Centro de Visitantes

Fonte: LEVANTAMENTO ORTOGONAL DE MARÇO DE 1999 (CONSÓRCIO ITÁ)

A diversificação de culturas também foi evidenciada nos relatos, principalmente através dos cultivos de erva-mate e diferentes tipos de frutas, mesmo que com caráter maior de subsistência.

[...] A gente plantava milho, feijão, mandioca. Trigo também plantava. [...] Aqui onde era chato, aqui em cima, eu tinha destocado tudo, era tudo terra de trator. [...] A gente plantava de tudo um pouco. Nós, uma vez, não comprava nada, plantava tudo. Sabe o que se comprava: querosene, sal, açúcar, acho que comprava uns 5 kg por ano, que era aquele amarelo [...]. A carne matava um terneiro e deixava no congelador, senão a mãe matava uma galinha, deixava pra fora da janela, de noite comia aquilo lá [...].

[...] De tudo um pouquinho, milho, feijão, soja. Ah, no começo, o que se trabalhava de soja, tudo no braço [...].

[...] Erva-mate, fruta era mais pro consumo, não existia comércio naquela época, a não ser feijão, milho, soja e suínos, praticamente [...].

Quanto à criação de animais, além da pecuária de bovinos e ovinos, o desenvolvimento da criação de suínos e aves ficou evidente nas entrevistas.

[...] Em 82, quando nós compramos ali, nós, no caso, já tínhamos integração de suínos com a SADIA né. Eu acredito que a integração da SADIA entrou por ali no 75, 76, por ali [...].

[...] E se voltasse a época nós tudo ia, sabe por quê? Eu produzia um saco de soja, mas eu sabia o que eu ia ganhar na minha propriedade, quando ia matar um porco recebia que eu ia pagar antes do porco sair da minha propriedade, mas depois que entrou a integração, começaram aquela história, parceria e não sei o que, tu não sabia mais quanto tu ia ganhar, porque tu não era mais dono de nada, e na época não [...].

[...] Eu acho que na época que tinha força, né, tinha mão-de-obra, porque a soja sempre consorciada exigia muita mão-de-obra, né. Eu acho que era uma fonte de renda na época porque não existia muito esse negócio de integração e depois que começou a entrar e integração de suínos, né, senão criavam por conta e vendiam, vendiam pra SADIA e outros compradores que vinham ali. E aí apareceu, conseguia se vender soja, dava algum dinheiro, e tinha a possibilidade de consorciar com o milho, aí se plantava mais como uma renda mesmo [...].

Segundo Ferreira (1992), a criação oficial do grupo Sadia, na década de 40, a partir do controle acionário do industrial Atílio Fontana, deu início a uma nova fase da história do município de Concórdia – fase que encerrou o sistema de produção colonial implantado pelos colonizadores vindos do Rio Grande do Sul (FERRO, 2006).

[...] Quando ele começou era meio só, né, aí depois, mais no decorrer do tempo, veio a integração e ele se integrou com a SADIA. Daí começamos com suínos. [...] A integração do pai começou com cinco criadeiras, e aí depois, quando construímos o aviário, pra ser avicultor, aí foi pra 15, que é isso que tu tá vendo aqui, essa granja aqui, de 100 por 12. [...] A média dos integrados naquela época era 20 criadeiras, 30, porque era ciclo completo, não era parceria ou parceiro pra criar só leitão ou só engordar.

O que se produzia de milho se consumia na propriedade, pra engorda os porcos, pra engordar o gado, pra manter [...].

De acordo com Ferro (2006, p. 78), a “produção de trigo e a criação de suínos não foram atividades introduzidas a partir de uma oportunidade de mercado”, mas práticas que acompanharam desde o princípio o sistema produtivo colonial.

Outro aspecto marcante frente ao uso do solo nas propriedades analisadas corresponde à concentração de potreiros nas margens do rio Uruguai, em 100% daquelas situadas ao longo do curso d’água (12 propriedades). Evidenciado pelo desenho esquemático dos tipos de uso junto aos ex-proprietários, os potreiros correspondiam aproximadamente a uma faixa variável de 30 a 50 metros de largura. Principalmente voltada para a pecuária de bovinos, mas também de ovinos (Fig. 37), tal fato pode estar ligado às primeiras restrições legais impostas pelo chamado “terreno de marinha” (Decreto-Lei nº 2.490/40 e Decreto-Lei nº 3.438/41) e pelas “florestas protetoras” previstas no Código Florestal Brasileiro (Decreto nº 23.793/34), para o caso das margens do rio Uruguai.



FIGURA 37 – Potreiro para criação de ovinos às margens do rio Uruguai em uma antiga propriedade da atual porção insular da UC

Fonte: ACERVO DO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN

Nesse sentido, enquanto a instalação de benfeitorias e/ou o desenvolvimento de lavouras representavam usos de fácil comprovação frente a essas restrições, a manutenção de potreiros representava uma forma de tornar essas áreas produtivas sem comprometer os proprietários. Além disso, parte

dessas faixas estavam sujeitas às cheias do rio Uruguai, aspecto que também comprometia, em parte, um uso agrícola mais intensivo.

Há de se considerar ainda a configuração do território das quatro comunidades em relação à organização social e aos laços comunitários destacados pelos entrevistados. Esses aspectos não só apresentam-se como importantes características do território em análise como sofreram profundas transformações a partir do processo de instalação da UHEI e, de forma paralela, da “criação” da Estação Ecológica Barra do Queimados.

Dentre os entrevistados, grande destaque foi dado para a organização social e as relações intra-comunitárias na Linha Laudelino e na Barra do Queimados. Ao passo que a primeira dispunha de grande infra-estrutura e número de propriedades, a segunda era uma comunidade pequena e bastante dependente de Sede Brum. Da mesma forma, os ex-proprietários de Porto Brum também mantinham fortes relações sociais, mas dependiam de Sede Brum ou de Concórdia para abastecimento.

[...] Tinha fábrica de óleo sassafrás, tinha serraria, coisa boa, tinha sapataria, dois salões de baile, um casa de comércio, tinha jogo de bolão, alfaiataria, campo de futebol, truco. [...] Sede Brum era assim, coisa melhor que Concórdia no começo [...].

[...] Porque eu era prefeito lá em Ladeulino né, era considerado né, porque era uma comunidade que todo final de semana enchia de gente o clube, né, jogando baralho, jogando futebol...Acabou, né [...].

[...] Lá era vizinho um do outro, que nem uma família, [...] quando era sábado de meio dia, sábado de tarde, ia lá pra sociedade. De manhã nós íamos na igreja, à tarde voltava lá de novo pra jogar baralho. Então não tinha, era divertido lá [...].

[..] Ali se chamava Porto Brum, é claro que depois de formou uma comunidade [...] formou-se a comunidade de Barra do Queimados [...]. Quem começou a construir, que levantou a primeira igreja, que era de madeira, foi o meu pai, foi mais a família Rebonatto, família Duss, Testolin... Logo depois chegaram outros também [...].

Todas as quatro comunidades possuíam Associações de Moradores, de Pais e Professores e da Paróquia; eram, portanto, dotadas de igreja e escola. Observa-se ainda que essas associações não eram formadas apenas por moradores da própria comunidade. Conforme relato dos entrevistados, também se

associavam moradores de comunidades vizinhas em função de laços de identidade interpessoal.

4.1.2. Processo de indenização e relocação dos ex-proprietários rurais

O processo de indenização e relocação dos ex-proprietários representou, de acordo com o relato dos entrevistados, uma das transformações mais marcantes do território estudado.

Embora estreitamente relacionada à criação da Estação Ecológica Barra do Queimados, tal transformação remete principalmente ao histórico de aproveitamento do potencial hidrelétrico desse trecho do rio Uruguai pela ELETROSUL. Com o conhecimento desse fato pelos ex-proprietários rurais, deu-se início a essa transformação.

Boeira (2006), analisando a dinâmica territorial decorrente da implantação da UHE Barra Grande³¹, destaca três momentos distintos sob o ponto de vista das dimensões temporais e das transformações ocorridas. O primeiro deles corresponde justamente ao período compreendido entre o conhecimento público da intenção de aproveitamento hidrelétrico e o início dos estudos de viabilidade para construção do empreendimento (de 1960 a 1995). Segundo a autora, é nesse período que se identifica quem são “os atores sociais que constroem o tecido social do território rural” (BOEIRA, 2006, p. 70).

Em relação ao território estudado, as transformações desencadeadas apenas pelo conhecimento público da intenção de instalação da UHEI incluíram a reorganização do uso do solo nas propriedades, da articulação dos atores e das relações intra e intercomunitárias. Dentre os principais motivadores de tais mudanças estão a desinformação e as especulações e incertezas ligadas ao “modo de vida” dos agricultores familiares atingidos. Isso fica bastante claro nos

³¹ A UHE Barra Grande, cuja construção foi iniciada em 2000, ocupa parte do leito do rio Pelotas, em uma área formada por quatro municípios do Rio Grande do Sul – Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus – e cinco de Santa Catarina – Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages.

relatos reproduzidos abaixo, principalmente em relação ao processo produtivo e à organização social durante o período que antecedeu à efetivação das indenizações.

[...] A notícia da usina foi no ano 60, por ai assim. Passavam aqueles helicóptero pelo rio Uruguai, e eles sentavam pra cá, sentavam pra lá, e eu ficava pensando o que que vão fazer nisso aqui. Depois veio a notícia que era pra pesquisar uma barragem né. [...] Nós soubemos pelo sindicato, né. Eles vieram fazer uma reunião lá, ó vai sair uma usina aí, saí, não sai, e briga e coisa. [...] O que mais marcou foram esses quinze anos de penúria, digo eu, ali esperando que indeniza, não indeniza, que a gente não sabia se tinha que construir mais ou parar. Em 81, daí chamaram da usina. Eles falaram assim: “ó gente, não percam tempo de fazer alguma coisa, que nós vamos pagar tudo. Pode ser até um moeirão de uma cerca, qualquer coisa, não deixem de fazer, porque nós vamos pagar”. E pagaram, né, não estamos arrependidos, porque pagaram bem Por isso que eu não deixei de investir né, investi em muita coisa, mas teve gente que não investiu em nada, porque o sindicato falava uma coisa, a ELETROSUL falava outra [...].

[...] Mas aquela usina, quando nós viemos morar embaixo já tinha gente falando, porque isso já tinham projetado, acho, faz mais de cem anos. Quando nós viemos morar lá já tavam falando, o pessoal assim falava: ali vai sair a barragem. Vieram falar oficialmente quando começaram a indenizar. Antes um falava, outro falava, mas certeza não se tinha nenhuma, né. O sindicato fala, fala, mas no fim, tu vai compreender o que, fala um coisa, tu fala outra e assim vai indo. [...] Xi, aqueles aviãozinhos, aquilo passava, mas tu ia saber pra que eles tavam pesquisando? Aquilo lá, todo dia passava aqueles aviãozinhos, ali eles aprontaram o mapa, né. Eles sabiam quem ia indenizar, eles sabiam mais do que nós, morador velho, onde que passavam os marcos, divisa das propriedades, só pelos altos [...].

Embora não tenha sido encontrado consenso nas entrevistas sobre o período inicial de conhecimento público acerca da intenção de instalação da UHEI, ficou evidente entre a maioria dos entrevistados que havia especulações desde a década de 60 e 70. Também se destacou, entre a maioria deles, que a notícia oficial veio a partir do início da década de 80, principalmente através do rádio, do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do “boca-a-boca” entre os moradores.

[...] Falavam, falavam e nunca vinham, acho que demorou uns 15 anos. Vinha um, tu pedia uma coisa, ele dizia “eu não sou desse setor”, vinha outro, tu pedia, “eu não sou desse setor”. Olha, eu vou te falar a verdade, não tinha um que te falava a verdade. Tu pedia, é pra pintar meu chiqueiro lá? Ninguém te dizia, “é de outro setor”. Só te enrolava, só te enrolava. Só que depois, no fim, um homem disse que era pra construir sim, [...] mas nós íamos construir e nós tínhamos que vender, e a gente não sabia se iam pagar, era ruim pra nós, o que passou de nós sem dormir... Onde é que nós vamos toda essa gente aqui?!?. (...) Eu me

lembro que acho que foi 81 que escutei a primeira vez no rádio, e depois iam comentando e comentando, só que ninguém aparecia [...].

[...] Oficialmente foi em 82, por aí, daí começou o comentário de que realmente ia sair e começaram os trabalhos, a ELETROSUL montou um escritório aqui, que era aqui em frente à rodoviária e depois foi mudado pra Itá [...].

De fato, a concessão da UHEI, para fins de aproveitamento da energia elétrica, foi outorgada pelo presidente da república à ELETROSUL em 1983, através do Decreto nº 88.015 (CNEC, 1989). Antes disso, o estudo de caracterização hidro-energética da bacia do rio Uruguai para construção de usinas hidrelétricas, incluindo a UHEI, foi realizado pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul (ENERSUL) entre 1966 e 1969 (CNEC, 1989). Esse estudo foi revisado pela ELETROSUL entre 1977 e 1979, incluindo aspectos socioeconômicos, físico-territoriais e ecológicos envolvidos na construção das usinas.

A participação e o papel dos atores institucionais nas transformações decorridas durante o mesmo período assumiram também grande importância para o presente trabalho. Analisando os atores partícipes segundo o critério de interesse e forma de ação, Boeira (2006) diferenciou três grupos no território da UHE Barra Grande: iniciativa privada, instituições governamentais e político-administrativas e entidades não governamentais da sociedade civil organizada (ligadas aos interesses da população atingida).

No caso da UHEI, essa subdivisão é também válida, como mostram as entrevistas e a pesquisa documental. Chama atenção ainda o fato de a principal responsável pela geração de energia da usina na época, instituição mais citada entre os entrevistados, ter se modificado durante o período de análise. A ELETROSUL³², que acompanhava os trabalhos desde os primeiros estudos de viabilidade, sofreu uma cisão, da qual se formou a GERASUL, em 1997. A GERASUL, por sua vez, foi privatizada em 1998 e comprada pelo grupo belga TRACTEBEL Energia S.A. (mais tarde comprada pelo grupo SUEZ). Antes disso,

³² A ELETROSUL, criada em 23 de dezembro de 1968, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, (www.eletrosul.gov.br).

em 1995, a licitação para escolha do consórcio parceiro da ELETROSUL é homologada e o Consórcio Itá passa a ser formado em sociedade com as empresas do grupo Itasa. Tais mudanças foram destacadas apenas por dois entrevistados como mais um fator de incertezas em relação às mudanças em curso, embora elas tenham ocorrido após a maioria das indenizações ter se concretizado (ver mais à frente).

Inclui-se ainda, no grupo da iniciativa privada, a empresa responsável pelos estudos ligados ao processo de licenciamento da UHEI, o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. (CNEC), e a empresa responsável pelos levantamentos e negociações para fins de indenização, Engenharia Socioambiental (ECSA). Essas empresas, no entanto, não foram citadas por nenhum dos entrevistados.

Em relação às instituições governamentais, destacou-se nesse período a participação do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA na esfera federal. Desses, apenas o IBAMA foi citado pelos entrevistados. Na esfera estadual, a FATMA e a FEPAM participaram somente durante as tratativas de criação da UC (discutido no próximo item). Na esfera municipal, a prefeitura de Concórdia foi, segundo os dados levantados e relato dos entrevistados, a única instituição com participação significativa.

As entidades não governamentais foram, ao lado da ELETROSUL, os atores institucionais mais citados pelos entrevistados. Dentro desse grupo, destacam-se o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Concórdia e o Comitê Regional dos Atingidos por Barragem (CRAB), que durante o período de análise deu origem ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), de âmbito nacional. Outras associações citadas pelos ex-proprietários foram a “igreja” e as associações de moradores das respectivas comunidades. Em relação à instituição “igreja”, não foi possível comprovar se se tratava das associações locais de cada comunidade ou da Comissão Pastoral da Terra (CPT), participe no caso da UHE Barra Grande (BOEIRA, 2006), uma vez que esta última não foi encontrada em

documentos e as citações dos entrevistados referem-se a “igreja” e/ou os “padres”.

Todas as instituições desse grupo destacaram-se com papel de intermediação nas negociações de indenização e relocação. Como enfatizado por Boeira (*op cit.*), colocavam-se como defensoras dos direitos dos atingidos, embora esse papel não tenha sido consensuado entre os ex-proprietários entrevistados, muitas vezes citando-os como promotores de mais dúvidas e incertezas.

[...] O sindicato foi o que mais fez comentário, que mais brigava contra a própria usina [...].

[...] Os padres também não queriam que saísse a barragem. Também eram contra. O sindicato também era contra [...].

[...] Ah, sempre se metia algum (sindicato), mas não foi muito [...] em termos de cotação de preços, daí sim, [...] existia uma comissão que era a CRAB, eu acho, que era unida pelas barragem, que tinha uma comissão [...] mas não era aquele negócio fanático de hoje, que fazem greve e tal, deu uns rolinhos na época porque faltava muita informação, né, e era informação muitas vezes mentirosa na época, a ELETROSUL [...] não fornecia os dados, depois que começou a entrar outras empresas, daí esclarecia mais, porque não tinha porque chegar e não esclarecer [...].

[...] mas aí o sindicato encabeçava essa liderança, pra um movimento contra as barragens, [...] e em Marcelino Ramos veio um pessoal da Itaipu, da barragem lá, e fizeram um escambau, disseram que morreu gente lá, que a água veio chegando e os caras tiveram que pegar a roupa e ir embora, que não foram indenizados, [...] uma terror mesmo, que a barragem só ia trazer coisa ruim. Isso sem desmerecer o trabalho do sindicato, mas o sindicato trabalhou sempre com essa tese: não, não à barragem. E foi uma coisa que confundiu mais ainda muitas pessoas [...].

Deve-se levar em consideração ainda que o processo de indenização e relocação dos ex-proprietários ocorreu de forma distinta entre os entrevistados. Essa distinção está ligada principalmente às características topográficas do relevo e de localização das propriedades, as quais podem ser agrupadas em:

- a) propriedades que ficaram situadas na porção insular da área atual da UC e/ou que tiveram a maior parte de sua área comprometida pelo enchimento do reservatório;
- b) propriedades que tiveram uma pequena parte de sua área comprometida pelo enchimento do reservatório;

c) propriedades que não foram afetadas pelo enchimento do reservatório.

Essa subdivisão ficou clara a partir da análise das entrevistas e evidencia dois aspectos importantes para o presente trabalho. Por um lado, enquanto a maioria das propriedades foi indenizada somente em função do enchimento do reservatório da UHEI, a minoria delas o foi em função da destinação da área para criação da UC ou ainda em função de ambas, e neste último caso passando duas vezes pelo processo. Por outro lado, o próprio conhecimento dos ex-proprietários sobre a destinação da área ou dos objetivos no novo território em formação também se diferencia em decorrência dessa subdivisão.

[...] Ninguém falou que ia virar uma reserva. Na época ninguém sabia o que ia sair, na verdade, mas todo mundo já calculava que ia sair uma reserva. Daí virou a ilha e eles largaram uns bichinhos lá [...].

[...] Essa parte ecológica veio depois, em 93, 94. [...] Que daí eu tinha me fixado ali, eu tinha construído minha residência, tinha construído um chiqueiro, e daí veio a notícia que eles iam indenizar o resto, pra construir o parque. Eu ia ficar lá, porque eles tinham me indenizado só sete alqueires de terra. Dava pra viver, né [...].

[...] Primeiro eu morava mais pra baixo, que a ELETROSUL me indenizou sete alqueires antes né. Daí a gente se tocou fazer uma mudança pra cima, depois dos sete anos que eu tava morando aqui, então [...] eles me indenizaram toda a terra [...] tem 20 alqueires fora, 40 hectares que tá fora [...].

[...] Quando vieram indenizar a parte de cima, o cara falou que tinham projeto de fazer uma área ecológica, na segunda vez que eles vieram [...].

Enquadram-se na primeira situação citada os ex-proprietários de Linha Laudelino, cujas propriedades ficaram em sua maior parte submersas com o enchimento do reservatório ou tiveram a parte não afetada por ele situada na porção insular da atual área da UC. Dentre estes, a grande maioria desconhecia a destinação da área para criação de uma unidade de conservação.

Já todos os ex-proprietários das comunidades de Barra do Queimados e Porto Brum tiveram apenas parte da área de suas propriedades alagadas. No entanto, enquanto os de Barra do Queimados tiveram os principais acessos comprometidos com o alagamento da foz do rio dos Queimados e do rio Uruguai, os de Porto Brum, em sua maioria, não tiveram suas propriedades comprometidas em relação a acessos e/ou áreas produtivas. Estes, no entanto, foram indenizados

duas vezes, a primeira em função do enchimento do reservatório e a segunda para regularização fundiária na criação da UC.

Em relação aos ex-proprietários de Sede Brum, metade teve uma pequena área da propriedade alagada, ao passo que a outra metade não foi afetada pelo reservatório. Todos estes, entretanto, foram indenizados de uma única vez, tendo conhecimento pleno da destinação da área para criação da UC.

A saída dos ex-proprietários entrevistados ocorreu entre os anos de 1991 e 1998, não apresentando um padrão diferente conforme a comunidade, tamanho de propriedade ou qualquer outro aspecto levantado pela pesquisa. O enchimento do reservatório foi iniciado em 1999 com o lacre do último túnel, que em pouco tempo passou a alagar uma área de 141 km² (TRACTEBEL, 2001).

A perda do território, impulsionada pelo processo de indenização e relocação, representou um impacto marcante para todos os ex-proprietários entrevistados. Além da perda de um território concreto ou do poder sobre ele (no sentido utilizado por SOUZA, 2005), representado pelo patrimônio familiar, da terra às benfeitorias, os laços de identidade (ou apropriação simbólica) com o território foram também perdidos. Essa perda, no sentido da identidade territorial abordada por Cattaneo e Suertegaray (2003), é tão ou mais significativa que a do território concreto e seu patrimônio material, ao mesmo tempo que não é considerada na valoração territorial para fins de indenização. Ficaram evidentes, entre os entrevistados, não só o impacto dessa perda como também as dificuldades para re-iniciar e reproduzir o modo de vida em um território novo e por vezes desconhecido.

[...] Ah, eu me lembro sempre da minha propriedade, que vivemos lá 50 anos, não é fácil pra esquecer. [...] A manhã que nós saímos de lá foi o seguinte: veio o caminhão, carregamos a mudança, [...] o caminhão veio pra frente e nós ficamos pra trás, eu e a mulher, mas quando saímos fora pra vim, choramos os dois. Eu senti, senti. [...] Parecia que o mundo era só Sede Brum, outro lugar não tinha. Agora, viver 50 anos num lugar, não é fácil sair, tu acostuma. Agora, esquecer de lá, eu sempre me lembro, sempre me lembro [...].

[...] De tudo, das minhas criações, da minha roça, das minhas miudezas, o que a gente tinha lá eu não esqueço, eu chego a sonhar [...].

[...] Porque na verdade a terra ali era muito favorável, a gente comenta que se fosse montar de novo Laudelino, pelas pessoas, pelo que a gente convivia, pela convivência, a gente até gostaria de voltar. [...] Agora, fica aquela saudade das raízes, né [...].

Destaque-se aqui que, dentre as famílias que residiam nas 47 propriedades, apenas uma permaneceu na região de entorno da UC, embora mudando de comunidade (de Porto Brum para Sede Brum).

Por outro lado, quando questionados se estavam satisfeitos com o processo de indenização e relocação, 11 entrevistados responderam que sim enquanto somente três responderam que não (os demais não se manifestaram). Todos foram unânimes em afirmar que o processo poderia ter sido realizado de uma forma mais positiva. Dentre os aspectos que deveriam ter sido melhor trabalhado, ganham destaque entre os entrevistados o processo de comunicação e informação durante todo o período transcorrido (desde o conhecimento público do empreendimento) e a assistência específica tanto para levantamento de propriedades quanto para aplicação dos recursos financeiros.

[...] Então faltou só pegar, e esclarecer pros proprietários: “olha, esse dinheiro que você tá ganhando aqui, é uma vida inteira que tu trabalhou, não vai poder começar a comprar carro, comprar isso, comprar aquilo, tem que formar outra propriedade, ou comprar um terreno lá na cidade e começar tudo”. [...] Essa parte aqui [...] não ia custar nada pra empresa. Só que eles tinham que montar uma regra, um sistema: “eu vou ganhar 500 mil reais, tu pensa que [...] é dinheiro que tu ganhou hoje ou de quando, é a vida inteira do pai e da mãe, da família. Daí veio aquele monte de dinheiro, [...] que nunca se tinha numa vez só, e aí o que teve de gente que [...] ganhou dinheiro, em cima dos atingidos, pode ter certeza. [...]daí era de manhã, era de meio dia, era de noite, não parava, era gente, só vendedor chegando [...].

O impacto de redução populacional, por sua vez, gerou profundas transformações sobre a organização social das comunidades em questão. Como já colocado anteriormente, essas transformações foram marcantes nas comunidades de Barra do Queimados (que deixou de existir), Porto Brum e Linha Laudelino, gerando conseqüências que perduram até hoje. As conseqüências incluem a diminuição de força política em reivindicações ao poder público, a inviabilização de arrecadação financeira e a reprodução sócio-cultural através de festividades locais, bem como a própria diminuição de opções recreativas representadas por laços e atividades tradicionais e comunitárias.

[...] Na época que eu tava na diretoria, nós éramos 58 sócios na comunidade. A gente tava comentando aqui, tem 19 sócios contra uma comunidade de 58 sócio, claro que dá diferença de uma comunidade pra outra, era grande [...]

[...] Sabe quantos sócios tem? Oito sócios. Era pra ter festa aqui dia 19, mas nem vamos fazer festa aqui, porque nem dá pra fazer, porque não tem ninguém. [...] Tinha 74 sócios na Associação de Moradores de Porto Brum [...]

4.3. Estação Ecológica Barra do Queimados: a criação “não oficial” e o planejamento “precipitado”

Como colocado no item anterior, o processo de indenização e relocação dos ex-proprietários está mais atrelado à instalação da UHEI do que propriamente à criação da UC. Além disso, ficou evidente, a partir dos dados levantados, que esse processo ocorreu de forma distinta entre os ex-proprietários das comunidades que formavam o território em análise. Essa distinção também se refletiu no conhecimento e percepção desses atores sobre a destinação da área para criação da UC e, portanto, do novo território em formação.

Cabe também destacar que a formação desse novo território, denominado temporariamente de Estação Ecológica Barra do Queimados, é aqui compreendida de fato como o processo de criação da UC. Embora não oficializado através de um decreto estadual, pré-requisito legal (Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981) previsto antes mesmo da criação dos sistemas nacional e estadual de unidades de conservação (SNUC e SEUC), esse processo incluiu a definição de seus limites e de sua nova identidade. Identidade esta representada pela escolha tanto do nome quanto da categoria de manejo, que por sua vez impõe restrições e possibilidades de uso.

Tais aspectos resultaram em um processo subsequente de planejamento, cujo produto está sistematizado no Plano de Manejo da Estação Ecológica Barra do Queimados. Esse Plano, contratado à época pela GERASUL, foi executado pela Empresa de Consultoria Socioambiental, e apresentado ao IBAMA e à FATMA como parte do cumprimento das obrigações de compensação ambiental

impostas pelo licenciamento da UHEI (SOCIOAMBIENTAL, 2001). No entanto, esse Plano de Manejo não foi oficialmente aprovado por Portaria da FATMA em função da mudança de categoria e de nome propostos.

De um modo geral, a definição da área do território, do poder sobre o mesmo (no sentido apresentado por SOUZA, 2006) e da sua forma de uso não teve participação significativa dos atores locais. Essa constatação ficou evidente tanto a partir das entrevistas com os ex-proprietários quanto através da análise dos questionários aplicados junto aos atuais moradores do entorno da UC e representantes de instituições partícipes no processo.

Para um dos representantes institucionais do órgão responsável pela UC “criada”, além do contexto legal não ter favorecido a participação de atores locais e institucionais, a identidade do território, no caso da categoria de manejo escolhida, não era condizente com suas características geocológicas.

[...] O cenário de licenciamento da época não favoreceu a discussão pública ou mesmo no âmbito dos setores responsáveis pela conservação. Não vigoravam as leis dos sistemas de unidades de conservação federal e estadual, assim como estes setores foram surpreendidos com a destinação de uma área sem as características de conservação esperadas para uma UC de proteção integral. Este é o aspecto mais marcante para mim [...].

A participação dos atores no processo e a definição da forma de uso do novo território em formação representam os aspectos mais importantes analisado em relação às transformações territoriais desse período. Como ponto de partida para as análises que seguem, destaca-se o relato abaixo, reproduzido das entrevistas:

[...] Pelas informações de que disponho [...], o IBAMA como instituição licenciadora e a FATMA, que através da equipe técnica do licenciamento, pronunciou-se favoravelmente ao aproveitamento da área contígua ao reservatório, já em parte indenizada para a formação do mesmo. Ou seja, o empreendedor sugeriu a área, o IBAMA e a FATMA acataram a proposta para a criação da Estação Ecológica, que deveria inicialmente ser vinculada à esfera federal. Mais uma vez, pelas informações de que disponho: a equipe do setor de planejamento e criação de UCs do IBAMA refutou a área como inadequada para criação de uma estação ecológica federal, em razão das dimensões e grau de conservação, tendo o setor de licenciamento repassado ao estado de Santa Catarina a criação da UC no âmbito estadual [...].

De acordo com a pesquisa documental e demais questionários aplicados com atores institucionais, a escolha da categoria de manejo atendeu a uma exigência legal da Resolução nº 10/87 do CONAMA que, em seu Art 1º, estabelece:

Para fazer face à reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, o licenciamento de obras de grande porte, assim considerado pelo órgão licenciador com fundamento no RIMA, terá sempre como um dos seus pré-requisitos a implantação de uma Estação Ecológica pela entidade ou empresa responsável pelo empreendimento, preferencialmente junto à área.

Essa definição ocorreu em 1994, de forma concomitante ao processo de indenização e relocação dos ex-proprietários, que se estendeu até 1998, como destacado no item anterior.

Conforme ressaltado no próprio Plano de Manejo da Estação Ecológica Barra do Queimados (SOCIOAMBIENTAL, 2001), a publicação da Resolução nº 02/96 do CONAMA abriu possibilidade para rediscutir a exigência supracitada frente à escolha da categoria de manejo. A redação do seu Art. 1º flexibilizava essa escolha ao exigir, para reparação dos danos ambientais, a “implantação de uma **unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente uma Estação Ecológica**, a critério do órgão licenciador, ouvido o empreendedor” (grifo do autor).

Assim, consta que a primeira discussão foi efetuada sem a participação de moradores locais, apenas de representantes das seguintes instituições: FATMA, Superintendência Regional do IBAMA, Universidade do Contestado (Campus Concórdia), Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR/RS) e Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA/RS). No entanto, a categoria Estação Ecológica foi mantida e deu-se seguimento às exigências do processo de licenciamento, intermediada pelo IBAMA, para elaboração do Plano de Manejo (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

Com essa definição, no sentido defendido por Dourojeanni (2003), foram tomadas as principais decisões para o futuro da UC, mas não de forma irreversível, como observado com frequência no estudo desse autor. O fato de não

ter sido publicado o decreto oficializando a criação da Estação Ecológica Barra do Queimados evitou o que Dourojeanni (2003) coloca como uma situação de “camisa-de-força” frente a obstáculos ou propostas de ação dos processos subseqüentes. O único aspecto não elucidado pelos representantes institucionais contatados pela presente pesquisa foi justamente o por quê da não publicação do decreto de criação da UC, já que, segundo Da-Ré³³ (comunicação pessoal em junho de 2006) a minuta do mesmo chegou a ser elaborada e apresentada à FATMA.

O nome escolhido para a Estação Ecológica fazia menção à sua localização e não teve, da mesma forma que para a definição da categoria de manejo, participação de moradores locais. Essa participação foi considerada baixa inclusive pelos representantes da FATMA que responderam ao questionário da presente pesquisa, classificando-a como “passiva” frente às opções apresentadas (Anexo 4). Tal constatação corrobora os resultados das entrevistas realizadas e dos questionários aplicados junto aos ex-proprietários da área e atuais moradores do entorno da UC.

Por um lado, ficou explícito que o processo de criação está presente na memória da maioria dos moradores do entorno (10 de um total de 12) e em quase metade dos ex-proprietários da área (09 de um total de 20). A lembrança e/ou conhecimento das instituições responsáveis pelo processo de criação e os objetivos da Estação Ecológica, também seguem aproximadamente a mesma proporção apresentada acima para ambos os grupos de atores locais. Em relação ao segundo grupo, conforme destacado anteriormente, há uma estreita relação desses aspectos com o processo de indenização e relocação frente à localização e características físicas das propriedades.

No entanto, por outro lado, os questionários aplicados a ambos o grupos evidenciaram falhas nos esclarecimentos e consultas prévias às comunidades locais sobre a criação da Estação. Esse fato coincide com a reação negativa

³³ Marcos Da-Ré é biólogo da empresa Socioambiental Consultores Associados e atuou na coordenação e planejamento da elaboração dos Planos de Manejo da Estação Ecológica Barra do Queimados e do Parque Estadual Fritz Plaumann.

explicitada pelos atores frente ao processo (cerca de 60% dos atores de ambos os grupos que responderam ao questionário) e com o desconhecimento dos limites definidos para a UC à época (50% dos moradores do entorno e 75% dos ex-proprietários que responderam ao questionário).

[...] primeiro explicar qual era o motivo que levou a empresa a adquirir essas áreas. Na época as propriedades foram levantadas sem o devido conhecimento dos moradores onde alguns saíram prejudicados. Poderiam ter feito essa reunião com todos os proprietários explicando o motivo da compra e o destino daquelas áreas. Até mesmo os proprietários não sabiam a quem recorrer para conseguir mais informações [...].

[...] Poderiam ter reunido a comunidade para expor a idéia da criação da estação e quais seriam os objetivos [...].

[...] Acho que deveriam ter informado melhor a todos nós, as pessoas que foram indenizadas [...].

A forma com que foi dada a notícia de criação da UC, conforme relatos de ambos os grupos de atores locais, evidencia uma efetividade um pouco maior do que a verificada para a instalação da UHEI e para o processo de indenização e relocação dos ex-proprietários da área. A ELETROSUL foi citada como responsável pela notícia por aproximadamente 50% dos atores. O “boca-a-boca”, no entanto, também se destacou no processo, representando a forma de divulgação mais citada dentre os demais atores.

Apenas um ator destacou o Sindicato de Trabalhadores Rurais como responsável pela notícia de criação da Estação. Esse dado isolado evidencia, entretanto, o acompanhamento do processo subsequente à indenização e relocação dos ex-proprietários por uma instituição ligada aos interesses de classe dos atores locais (mais adiante será visto que a participação dessa instituição se prolonga até o processo de criação do Parque Estadual Fritz Plaumann).

O processo de planejamento da Estação Ecológica Barra do Queimados foi iniciado a partir da contratação da empresa Socioambiental no ano 2000, após o Processo de Seleção de Propostas nº 20695128 para Plano de Manejo das Áreas da Unidade de Conservação da UHE Itá, encerrado em dezembro de 1999. Esse processo objetivava a elaboração do Plano de Manejo das duas UCs criadas em função do licenciamento da UHEI, sendo uma Estação Ecológica Estadual em SC

e um Parque Municipal no RS, no município de Marcelino Ramos (GERASUL, 1999).

As propostas que se candidataram ao processo de seleção supracitado foram pautadas principalmente em uma especificação técnica fornecida pela própria GERASUL. Embora não tenha sido levantado nos questionários, não consta no referido documento a participação do órgão ambiental da esfera estadual já designado como futuro responsável por sua gestão à época – a FATMA.

A especificação técnica supracitada determinava um prazo de seis meses de trabalhos para elaborar um documento de planejamento que, incorporando as conclusões contidas no EIA/RIMA, contemplasse três elementos fundamentais: diagnóstico ambiental da área e de seu entorno, zoneamento da área e plano de gestão (GERASUL, 1999).

O diagnóstico deveria incluir uma caracterização tanto físico-geográfica, com aspectos de geologia, geomorfologia, hidrologia, solos, clima, vegetação e fauna, quanto da história, ocupação e dinâmica antrópica. Chama a atenção o escopo desta última, definido pelo “[...] levantamento de dados enfocando a área da UC e região de influência, considerando, também, **o período recente englobando o histórico do empreendimento em questão** (GERASUL, 1999, grifo do autor).

Já o zoneamento é definido na especificação técnica como a organização espacial da área da UC em parcelas que demandam distintos graus de proteção e intervenção, contribuindo para os objetivos de manejo (GERASUL, 1999).

O Plano de Gestão especificado, por fim, deveria proporcionar,

[...] a integração e o diligenciamento da atuação da UC e dos atores interessados de forma a maximizar a capacidade de cada um em contribuir para a administração, conservação dos recursos ambientais e formas racionais e legais de uso e ocupação admissíveis. (GERASUL, 1999)

A proposta apresentada e vencedora do Processo de Seleção atendia e ampliava em diversos aspectos a especificação técnica imposta pela GERASUL,

com destaque por citar e incluir as diretrizes estabelecidas pelo Roteiro Metodológico de Planejamento do IBAMA (IBAMA, 1996) e pelos marcos legais sobre UCs, que estavam em discussão à época – SNUC recém-aprovado no Congresso Nacional, e o SEUC, em tramitação (SOCIOAMBIENTAL, 2000).

Além disso, chama a atenção a inclusão de aspectos pouco compatíveis com a categoria definida para a UC (Estação Ecológica), a exemplo de alternativas de uso como ecoturismo, recreação e lazer em contato com a natureza. Isto, no entanto, pode estar mais ligado ao fato de a proposta em si englobar também a elaboração de Plano de Manejo para a outra UC localizada em território gaúcho (Parque Municipal) do que propriamente a uma intenção prévia de propor alteração de categoria da UC em questão (de fato incorporada mais tarde no Plano de Manejo).

De acordo com o encadeamento lógico proposto no documento elaborado no ano de 2000 e apresentado em 2001, as informações mais importantes do diagnóstico para o manejo da UC foram sintetizadas nos itens “Declaração de Significância” e “Problemática”. Essa síntese referia-se aos aspectos que deveriam representar, respectivamente, as principais justificativas e obstáculos para o alcance dos objetivos de conservação da Estação Ecológica Barra do Queimados.

Destaca-se a inclusão, no item “Problemática”, da discussão realizada entre as principais instituições envolvidas na elaboração do Plano de Manejo sobre a mudança da categoria de manejo definida:

[...] necessidade de se discutir a possibilidade de mudança de categoria de manejo da UC, para transformá-la em Parque Natural Municipal, em regime de gestão compartilhada com o Poder Público e a sociedade civil. Em reunião na sede da Fundação de Meio Ambiente (FATMA), ocorrida em 27 de abril de 2000, com a participação de representantes daquela instituição e das empresas GERASUL, ECSA e SOCIOAMBIENTAL, discutiu-se amplamente os prós e contras desta mudança de categoria. (SOCIOAMBIENTAL, 2001, p. 96)

Frente à “Declaração de Significância” e à “Problemática”, foram pautadas todas as estratégias de planejamento da UC, as quais foram organizadas em: objetivos de manejo; diretrizes de manejo; normais gerais de manejo;

zoneamento; programas de manejo; sistema de gestão; cronograma físico-financeiro; e provimento necessário ao funcionamento da UC (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

De um modo geral, as estratégias de planejamento propostas refletiam a forma de organização e uso do território abrangido pelos limites da UC e, de forma menos expressiva, do território por ela influenciado. Este último foi definido no Plano de Manejo, com base no Roteiro Metodológico do IBAMA (IBAMA, 1996), como o município de Concórdia, com destaque para a área da bacia do rio dos Queimados, sobre o qual focou-se o diagnóstico socioeconômico. Por outro lado, percebe-se que as principais ações externas de manejo constantes no documento são focadas na Zona de Amortecimento da UC. Embora tenham sido expostos brevemente seus critérios de definição, não consta a sua descrição e as normas que poderiam impor restrições futuras às atividades produtivas potencialmente impactantes sobre a UC, realizadas nas comunidades do entorno aí inseridas (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

A despeito do zoneamento elaborado para a UC, uma das principais ferramentas de planejamento do uso do território a ser conservado, foram definidas seis zonas com diferentes graus de restrição (Fig. 38 e 39).

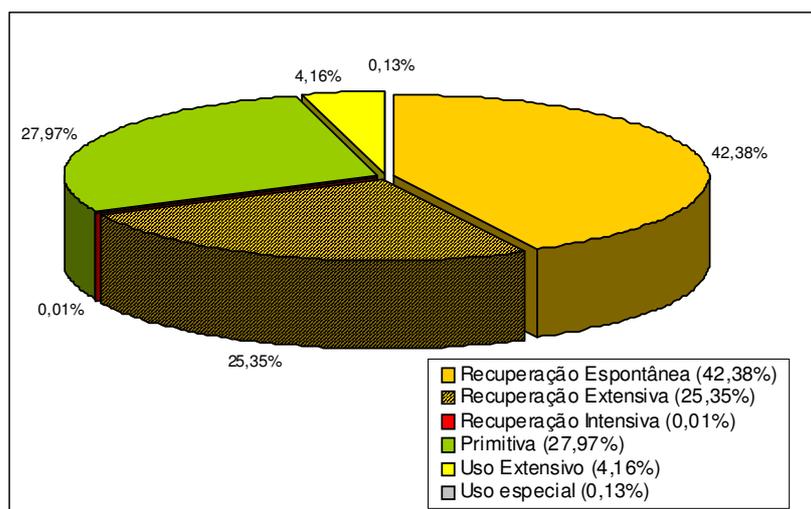


FIGURA 38 – Área percentual das distintas zonas em relação à área total da Estação Ecológica Barra do Queimados

Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2000)

FIGURA 39 – Mapa de Zoneamento da Estação Ecológica Barra do Queimados

Um dos aspectos que chama a atenção em relação a essa ferramenta de ordenamento espacial é que, por um lado, ela é reflexo direto das características geológicas da área. Por outro lado, conseqüentemente, o histórico de uso das propriedades representaria subsídio extremamente importante e complementar ao mapeamento da cobertura vegetal. Seria, desta forma, igualmente importante para a definição das duas maiores zonas estabelecidas no Plano de Manejo: Zonas de Recuperação Espontânea e de Recuperação Extensiva.

Ressalta-se aqui que o histórico de uso das propriedades fez parte do escopo tanto da Especificação Técnica fornecida pela GERASUL quanto da proposta apresentada pela Socioambiental, mas não foi de fato alvo do diagnóstico constante no Plano de Manejo.

Os desenhos esquemáticos e a linha histórica das ex-propriedades, sobrepostos à caracterização dos tipos sucessionais da vegetação, representariam elementos importantes para a definição de diferentes tipos de intervenção para as zonas de recuperação da Estação Ecológica, já durante a elaboração do Plano de Manejo. De fato, o mapeamento efetuado não dispõe de informações precisas ao manejo dessas áreas e apenas indica a necessidade de novos estudos e pesquisas para a definição das ações de manejo. Esse fato pode ser comprovado pela evolução anômala de diferentes áreas que foram abandonadas no mesmo período, e possuíam diferentes históricos de intensidade de uso do solo.

Em relação aos programas e sub-programas de manejo, percebe-se que a organização e o conteúdo das informações não estão sistematizadas na forma de atividades específicas, mas em ações amplas, não encadeadas numa ordem lógica de implementação (SOCIOAMBIENTAL, 2001). Isso pode estar principalmente relacionado ao Roteiro Metodológico de Planejamento, que subsidiou o documento e não prevê a organização das intervenções de manejo em áreas espaciais específicas e o ordenamento lógico de implementação das ações dos programas e sub-programas (IBAMA, 1996). Representaria assim uma

dificuldade a mais para a equipe gestora no momento de dar início aos processos subsequentes de implantação e gestão.

Por outro lado, destaca-se aqui a importância dada à integração com as comunidades situadas em seu entorno já no planejamento da Estação Ecológica, em especial no “Programa de Integração com a Área de Influência” (SOCIOAMBIENTAL, 2001). No entanto, o roteiro fornecido pelo IBAMA já previa, como principal ferramenta de planejamento e meio de participação comunitária, a oficina de planejamento participativo, que não foi realizada durante a elaboração do Plano de Manejo em questão (IBAMA, 1996).

Já o sistema de gestão proposto segue o Roteiro do IBAMA e os marcos legais em discussão à época, indicando a formação de um Conselho de Gestão de caráter consultivo. O seu papel seria o “de propor, debater, recomendar e acompanhar avaliações de eficiência e alterações das políticas de gestão da UC, tanto técnica quanto administrativa e financeiramente”, observando os objetivos da categoria de manejo e os definidos pelo Plano (SOCIOAMBIENTAL, 2001, p. 126).

Na composição provisória desse Conselho, é proposta a participação de representantes das seguintes entidades: Museu Entomológico Fritz Plaumann (Seara); Universidade do Contestado; Prefeitura de Concórdia; Associação Comercial e Industrial de Concórdia; EPAGRI; Consórcio Itá; e, associações comunitárias de Sede Brum, Porto Brum, Linha Laudelino e Presidente Kennedy (SOCIOAMBIENTAL, 2001). Esta última comunidade foi incorporada no diagnóstico e ações de integração no planejamento, embora com pouca relação direta com a UC pela distância e dificuldade de acesso (motivo pelo qual não foi incluída nas ações posteriores de planejamento e implementação do Parque Estadual Fritz Plaumann).

O sistema de gestão do Plano inova frente ao cenário da época ao propor um gestor executivo subordinado à FATMA³⁴, contratado ou conveniado, para “implementar em campo os programas e subprogramas do Plano de Manejo,

³⁴ A gestão compartilhada de UCs é disposta e regulamentada somente em 2002, com a publicação do decreto de regulamentação do SNUC (Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2000).

elaborar e desenvolver projetos específicos e articular parcerias convenientes aos objetivos da UC” (SOCIOAMBIENTAL, 2001, p. 126).

Como já colocado anteriormente, uma das principais informações constantes no Plano de Manejo para as transformações territoriais analisadas pelo presente trabalho diz respeito à discussão sobre a mudança da categoria de manejo.

Embora constem citações acerca dessa discussão em diferentes itens do documento, destaca-se sua síntese no “Quadro comparativo da categoria Estação Ecológica x Parque” (Quadro 5). Penúltimo anexo do documento, este quadro sintetizou os principais argumentos favoráveis e contrários, bem como seus respectivos contra-argumentos para a mudança da categoria de manejo (SOCIOAMBIENTAL, 2001), e seu conteúdo será discutido mais adiante.

QUADRO 5 – Quadro comparativo da categoria Estação Ecológica x Parque

Categoria	Argumentos a favor	Contra-argumentos	Argumentos contra	Contra-argumentos
Estação Ecológica	Resolução CONAMA	Resolução “preferencialmente” Estação Ecológica	Grau de degradação da área	
	Tamanho de área pequeno	Não é impeditivo absoluto para Parque	Lei define “amostras significativas dos ecossistemas originais”	Regeneração com o tempo
	Procedimentos de criação já encaminhados	Não é impeditivo absoluto para Parque		
	Estrutura montada para pesquisa	Parque também tem por objetivo a pesquisa	Apenas 10% da área para intervenção, não permitindo visitação aberta	
	Identificação da coleção Fritz Plaumann como grande objetivo científico	Embora Estação Ecológica seja mais afim com a justificativa Fritz P., Parque também não deixa de ser justificável	Sustentabilidade econômica completamente dependente de recursos externos	
	Preservação de manchas de vegetação em estado avançado de regeneração	As zonas intangíveis no Parque cumprem a mesma função	A declaração de significância da área não justifica a categoria	Regeneração com o tempo

Categoria	Argumentos a favor	Contra-argumentos	Argumentos contra	Contra-argumentos
Parque	Grande expectativa local com área para visitação e educação ambiental ampla		Gestão mais elaborada	Disposição de atores locais para participarem da experiência de co-gestão
	Maior chance de sustentabilidade econômica			
	Estratégia Floresta do Rio Uruguai mais abrangente pela educação e mobilização			
	Fiscalização facilitada pela ordenação e monitoramento pelo uso da UC			

Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2001)

Dessa forma, considera-se aqui precipitado o planejamento da UC simplesmente pelo fato dos posicionamentos favoráveis à mudança da categoria de manejo existirem desde o início da etapa de elaboração do Plano de Manejo. A própria flexibilização resultante da Resolução 02/96 do CONAMA, que mais tarde serviu de embasamento legal para a mudança da categoria, foi publicada antes do início da elaboração do Plano.

Sem entrar no mérito do detalhamento necessário para o adequado manejo da UC, a maioria das estratégias de planejamento incorporadas no documento estão voltadas às especificidades da área e não necessariamente da categoria de manejo. Poderiam ser (e foram, com um grau de detalhamento maior), portanto, incorporadas no planejamento de outra categoria de manejo como a de Parque. Exceção à parte fica por conta de estratégias específicas voltadas à estruturação da visitação, na forma de um centro de visitantes, trilhas interpretativas e outras atividades ecoturísticas, não incorporadas em função das restrições impostas pela categoria Estação Ecológica.

4.4. Da Estação Ecológica Barra do Queimados ao Parque Estadual Fritz Plaumann

A mudança da categoria de manejo e do nome são as principais peculiaridades no histórico da UC. Apesar de relacionadas, não estão tão fortemente imbricadas às transformações territoriais impostas pela instalação da UHEI quanto às mudanças analisadas anteriormente. Nesse sentido, a transformação de Estação Ecológica Barra do Queimados em Parque Estadual Fritz Plaumann foi de fato principalmente impulsionada pelo setor técnico responsável pela elaboração do Plano de Manejo.

No entanto, diversos aspectos se modificaram, sob o ponto de vista do território abrangido e influenciado pela UC, e também em função de outros atores institucionais e locais, especialmente em relação à forma com que estes participaram e/ou perceberam as transformações em curso.

Como será visto nas análises que seguem, foi a partir do início das discussões sobre essas mudanças, durante os anos 2000 e 2001, que se desencadeou um aumento significativo na articulação de diferentes atores institucionais e locais sobre o território em questão. Atrelada a esse fato está a própria reorganização nas formas de uso do território, tanto interna quanto externamente à UC, frente às novas possibilidades abertas pela mudança de categoria e, de forma menos expressiva, à evolução de algumas características geológicas da área.

4.4.1. A mudança da categoria de manejo e do nome

Findada a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica Barra do Queimados, o documento foi inicialmente apresentado à GERASUL, contratante do serviço, e posteriormente à FATMA, órgão público responsável pela UC. Antes disso, as discussões envolvendo a mudança da categoria de manejo já estavam

bastante adiantadas entre as instituições supracitadas (Da-Ré, comunicação pessoal em junho de 2006).

Analisando superficialmente o quadro comparativo entre ambas as categorias³⁵ (Quadro 4), percebe-se que os argumentos favoráveis à manutenção da categoria Estação Ecológica são mais numerosos que os favoráveis à mudança para Parque. No entanto, são também mais numerosos seus contra-argumentos. Em relação ao conteúdo, pesou em favor da Estação Ecológica principalmente o embasamento legal imposto pela Resolução 10/87 do CONAMA, logo flexibilizado pela Resolução 02/96. Todos os demais argumentos, conforme explicitado no Quadro 04, não eram impeditivos para a mudança proposta (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

Já em favor da categoria Parque, apenas um contra-argumento é apresentado frente a três dos quatro favoráveis à mudança. Sobre cada um deles, no entanto, vale uma breve análise.

A expectativa local com a ampliação das possibilidades de uso público, representada pelos objetivos de educação ambiental, recreação e ecoturismo (Lei nº 11.986), foi ao mesmo tempo motivada e registrada pela equipe de elaboração do Plano de Manejo.

Constatou-se, nesse sentido, pouco conhecimento e lembrança dos atores locais em relação às diferenças entre ambas as categorias. Nas entrevistas e questionários, a UC é designada principalmente através do termo “reserva”. Além disso, as diferenças intrínsecas na mudança da categoria e nome e/ou que fazem menção ao período em que aconteceram, não foram destacadas por nenhum dos atores locais. Não obstante, a única instituição local presente nas discussões realizadas sobre a mudança de categoria durante a elaboração do Plano – a UnC – foi favorável à manutenção como Estação Ecológica.

³⁵ Segundo o SNUC e o SEUC, ambas as categorias fazem parte do grupo de proteção integral e são de domínio público. No entanto, enquanto a categoria Estação Ecológica tem como principais objetivos a preservação e a pesquisa científica, sendo permitido atividades de educação ambiental e restauração em áreas restritas, a categoria Parque tem por objetivos também a educação ambiental irrestrita, a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo.

Os argumentos que defendem a maior possibilidade de sustentabilidade econômica e facilidade de fiscalização são igualmente evidentes em função das possibilidades de uso público da categoria Parque. No caso do primeiro, a exploração comercial de serviços (trilhas interpretativas, venda de souvenirs, etc.) e a própria cobrança de ingressos como consequência de serviços oferecidos no interior da UC, de fato representariam um incremento de renda em potencial para sua manutenção. Por outro lado, a ampliação do uso público demandaria um aumento proporcional de ordenamento espacial do território da UC e de ações de monitoramento desses usos, gerando por consequência um aumento da efetividade de fiscalização nas áreas sobrepostas e/ou adjacentes às definidas para tanto.

Obviamente a ampliação de usos demanda maior complexidade no processo de gestão, como explicitado no Quadro 4, sobretudo quando o órgão público não dispõe de recursos humanos locais e o setor responsável pelas UCs estaduais é lotado em Florianópolis. Mas este seria um forte argumento contrário à mudança caso a proposta não incluísse a gestão compartilhada da UC entre o órgão responsável e atores locais, de acordo com o sistema de gestão proposto no Plano de Manejo (SOCIOAMBIENTAL, 2001).

Com base na seqüência cronológica da documentação levantada, houve aparentemente uma breve interrupção no andamento do processo de mudança da categoria de manejo e do nome no ano 2002. Acredita-se, no entanto, que tal fato tenha ocorrido em função do processo de avaliação do Plano de Manejo e das próprias mudanças propostas tanto pela FATMA quanto pelo empreendedor responsável pela UHEI.

Por um lado, segundo os representantes do órgão público responsável, a mudança era vista como importante tendo em vista os argumentos apresentados. Por outro, no caso de acatada essa necessidade pelo órgão público, representaria um custo adicional dentro do cumprimento das obrigações impostas pelo IBAMA ao empreendedor responsável pela usina. Isso porque o Plano de Manejo já

elaborado deveria ser readequado em função das particularidades impostas pela mudança de categoria.

A partir de meados de 2003, houve nova rodada de discussões em relação à categoria de manejo estabelecida para a Unidade. A alteração para categoria Parque Estadual foi, então, oficialmente proposta pelas instituições responsáveis, e, posteriormente, considerada a mais condizente com as expectativas da opinião pública da região. A etapa de mobilização para consulta pública para criação do Parque Estadual em Barra do Queimados, realizada entre 29/08 e 01/09 de 2003, levantou, além do parecer favorável de diversos segmentos da sociedade para a mudança de categoria, algumas sugestões para o nome da mesma e a manifestação de interesse e disposição em apoiar oficialmente tanto o processo de adaptação quanto a implementação da Unidade. (SOCIOAMBIENTAL, 2003)

Assim, em 2003 se consolidou a mudança da categoria e do nome da UC, a partir de trabalhos e eventos capitaneados pelo setor técnico da empresa responsável pela elaboração do Plano de Manejo. Observou-se desse momento em diante, um aumento significativo na participação de diversos atores institucionais e locais até então pouco envolvidos com os processos de criação e planejamento da UC.

Destaca-se que, nesse mesmo período, toda intermediação ligada ao processo passou a ser feita oficialmente com a empresa TRACTEBEL Energia S.A. A empresa de consultoria, portanto, elaborou nova proposta técnico-comercial de prestação de serviços, incluindo, além da readequação do documento de planejamento, a mobilização de atores e organização de Consulta Pública para legitimar a mudança perante a sociedade civil.

Assim, a “Mobilização de Consulta Pública para Criação de Parque Estadual em Barra do Queimados” (SOCIOAMBIENTAL, 2003), realizada de 28/08 a 01/09/2003, incluiu a articulação de atores representantes de diferentes setores da sociedade (Fig. 40 e Anexo 1). Segundo representante da FATMA entrevistado, parte desses atores já havia sido contatada durante a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica, ainda que para fins de consulta e não propriamente participação ativa no processo.

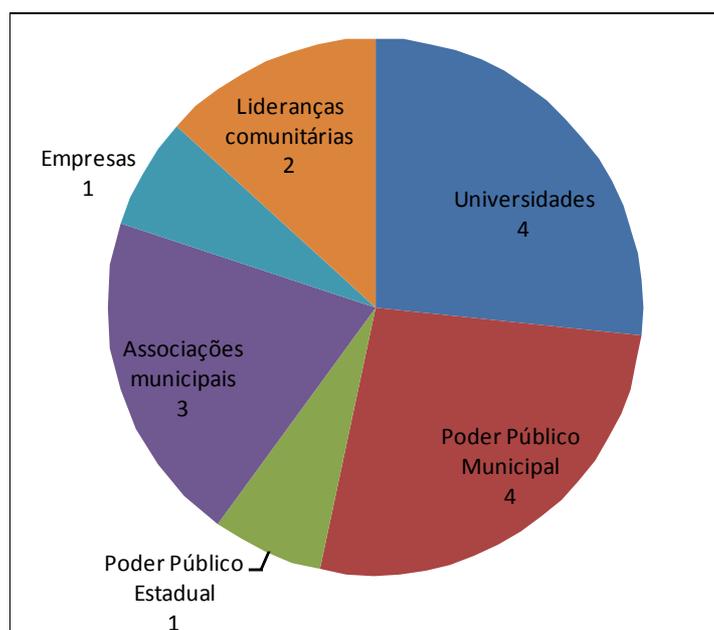


FIGURA 40 – Categorias de atores mobilizados para a consulta pública (28/08 a 01/09/2003)

Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2003)

Um relatório foi elaborado pela empresa e apresentado ao órgão público e ao empreendedor com a lista do atores mobilizados e os principais resultados dos contatos efetuados. Ficam evidentes, no documento, diversos pontos importantes para o processo de transformação em curso.

Como colocado anteriormente, o posicionamento favorável de instituições e atores locais foi motivado pela explanação das argumentações favoráveis por parte da equipe técnica da empresa. A única instituição anteriormente favorável à manutenção da categoria Estação Ecológica - UnC, como já destacado, “com receio de perder a finalidade de pesquisa”, é “esclarecida” sobre os objetivos de pesquisa científica intrínsecos à categoria Parque (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Também chamou a atenção o interesse de participação dos atores na elaboração do Plano de Manejo, bem como no apoio e na articulação de outras instituições de atuação municipal e/ou regional para o evento de Consulta Pública. A data e horários mais adequados à realização da mesma também foram aspectos levantados durante essa mobilização (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Destacou-se ainda a necessidade e importância do órgão público responsável pela UC se fazer presente ante os atores institucionais da região,

abrindo um canal de comunicação sobre a UC até então inexistente ou pouco efetivo (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

A mobilização abriu ainda a possibilidade de rediscussão do nome da UC, concomitantemente à mudança de categoria. Além da manutenção do nome “Barra do Queimados”, foram sugeridos “Alto Uruguai” e “Fritz Plaumann”. Houve consenso entre os atores contatados quanto à realização de uma votação para escolha do nome durante a Consulta Pública (SOCIOAMBIENTAL, 2003). No entanto, a expectativa gerada pela escolha do nome da UC, prevista nos marcos legais do SNUC e SEUC quando da consulta pública, foi frustrada e representou ponto de discórdia principalmente entre os atores locais, conforme constatado entre os moradores do entorno e ex-proprietários entrevistados, bem como na fala de um participante do evento (TRACTEBEL, 2003).

Segundo Da-Ré (comunicação pessoal em junho de 2006) o nome Fritz Plaumann foi uma escolha do presidente da FATMA na época, imposto extra-oficialmente, desconsiderando a expectativa gerada e a possibilidade de escolha pública na Consulta a ser realizada.

Promovido pela TRACTEBEL Energia S.A. com o apoio de diversas instituições regionais e locais³⁶, e intitulada de “Consulta Pública visando à criação do Parque Estadual Fritz Plaumann” (TRACTEBEL, 2003), o evento foi realizado na Casa da Cultura de Concórdia, em 17 de setembro de 2003. Interessante observar que o nome da UC já veio destacado na apresentação do evento.

Das apresentações oficiais e questionamentos da platéia desse evento, algumas considerações merecem destaque. Conforme colocado pela representante da FATMA que abriu as apresentações, a Consulta Pública foi realizada tanto para apresentar o Plano de Manejo da Estação Ecológica quanto para atender às exigências legais para criação oficial do Parque. Além de abordar rapidamente o histórico da UC no contexto da instalação da UHEI, frisou-se a escolha do nome “Fritz Plaumann” em “homenagem a um cientista e naturalista

³⁶ Prefeitura Municipal de Concórdia, Consórcio LAMBARI, UnC, ABIOC, ACIC, AMULBI, AMAUC, SEBRAE e comunidade de Sede Brum.

reconhecido internacionalmente pelos trabalhos de coleta e pesquisa realizados na região do Alto Uruguai” (TRACTEBEL, 2003). A questão do nome previamente definido ao evento foi novamente levantada pelo prefeito de Concórdia, durante as exposições das autoridades presentes, na forma de um agradecimento ao prefeito do município de Seara pelo “empréstimo” do nome já usado pelo Museu Entomológico (TRACTEBEL, 2003).

A principal apresentação do evento foi realizada pelo técnico da empresa Socioambiental, intitulada de “Consulta Pública para criação do Parque Estadual Fritz Plaumann na Barra do rio dos Queimados, em Concórdia – diagnóstico e potencialidades”. Consistiu basicamente em uma síntese do Plano de Manejo da Estação Ecológica, destacando-se as argumentações favoráveis à mudança de categoria (TRACTEBEL, 2003).

Destaca-se ainda que essa apresentação findou com a solicitação de apresentação em público das entidades interessadas em participar do Conselho Consultivo do Parque em criação, cuja lista também serviu de registro (Fig. 41 e Anexo 2) (TRACTEBEL, 2003).

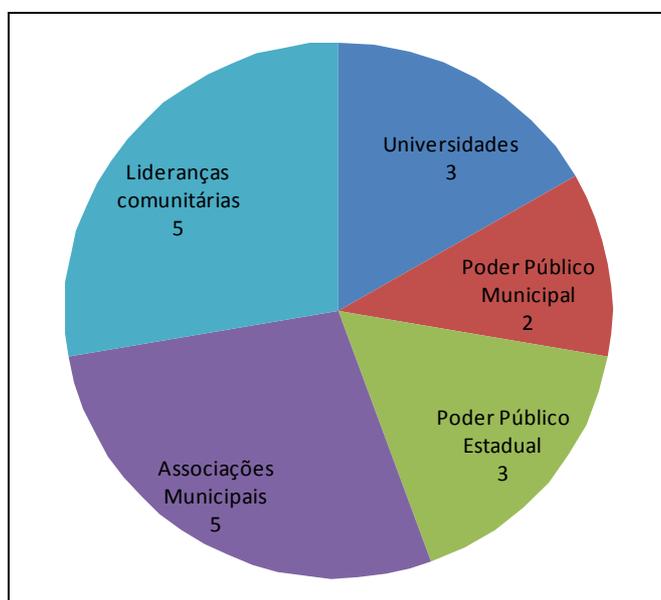


FIGURA 41 – Categorias de atores interessados em participar do Conselho Consultivo do Parque (17/09/2003)

Fonte: TRACTEBEL (2003)

Aberta a plenária do evento para perguntas e colocações, a mudança da categoria e do nome foi foco central dos debates, principalmente por parte dos representantes de instituições locais. Dentre estes, merece destaque a colocação dos representantes da UnC e Fundação Municipal de Meio Ambiente sobre a compreensão das diferenças entre ambas as categorias de manejo, demonstrando concordância com a mudança proposta. Ambos os atores demonstraram surpresa, no entanto, quanto à definição do nome sem a participação da sociedade, conforme expectativa gerada na etapa de mobilização. Por parte da Fundação, houve ainda questionamentos sobre os valores da compensação destinados à criação da UC, direcionados ao representante do empreendedor da UHEI (TRACTEBEL, 2003).

Por parte de dois moradores do entorno da UC, das comunidades de Sede Brum e Linha Laudelino, foram levantadas dúvidas sobre as restrições futuramente impostas pela zona de amortecimento da UC para as atividades produtivas tradicionais (TRACTEBEL, 2003).

A efetividade da divulgação da consulta pública, iniciada pouco antes de sua realização, foi contestada por um representante das comunidades de Presidente Kennedy e Linha Laudelino. De acordo com a experiência do pesquisador em outros processos de implementação de UCs, esse fato é bastante comum quando da mobilização de atores institucionais para a realização de eventos oficiais e/ou de legitimação de processos. Muitas vezes é parte da estratégia técnica adotada pelas entidades responsáveis. A própria representante da FATMA justificou o curto espaço de tempo entre a mobilização, a Consulta Pública e a data de criação (já definida na etapa de mobilização), bem como o nome escolhido, em função de uma visita agendada do Governador à região e do pouco tempo hábil para redigir e assinar o decreto de criação (onde deveria constar o nome) (TRACTEBEL, 2003).

No encerramento do evento, foram destacados pelo representante da FATMA os meios de contato da instituição – através da Prefeitura de Concórdia –, bem como a importância de indicação para representação no Conselho

Consultivo. Foi colocado ainda o interesse de realização de uma solenidade para instituir o Conselho em 60 dias, a partir dos trabalhos de envolvimento nos dois meses subseqüentes (TRACTEBEL, 2003).

De fato, diversas instituições locais manifestaram interesse de representação do Conselho Consultivo durante a Consulta Pública, evidenciando o aumento de participação nos processos de implementação da UC. Tal fato reforça a importância dos marcos legais então recém-aprovados (SNUC e SEUC), pelos quais a participação da sociedade na etapa de Consulta Pública torna-se etapa obrigatória quando da criação oficial de uma UC.

4.4.2. A criação oficial da UC

Muito mais do que a elaboração e publicação do decreto de criação do Parque Estadual Fritz Plaumann (Decreto nº 797, de 24 de setembro de 2003), essa mudança foi marcada pela solenidade oficial que contou com a presença de autoridades, representantes institucionais e atores locais (Fig. 42). Dentre estes, estavam não só moradores das comunidades do entorno, sobretudo os representantes das associações comunitárias, como também alguns dos ex-proprietários da área da UC (conforme entrevistas realizadas).

Dos ex-proprietários entrevistados, estiveram presentes dois que pertenciam à comunidade de Sede Brum, e portanto foram indenizados em função da criação da UC, um dos quais residia na casa que foi transformada no Centro de Visitantes do Parque (Fig. 43), e um que pertencia à comunidade de Porto Brum e foi o único que continuou morando na região (mudando-se para Sede Brum).



FIGURA 42 – Cerimônia de criação do Parque em 24/09/2003

Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2003)

A solenidade marcou a criação oficial da UC a partir da assinatura do decreto estadual, seguindo as exigências da legislação pertinente. Apesar de o território estar impregnado de uma “identidade” anterior, sobre a qual foram definidas formas de organização e uso, a assinatura do decreto representa de fato a legitimação do poder do estado sobre uma área do município de Concórdia.

Há, no sentido restrito de “território delimitado por e a partir de relações de poder”, o reconhecimento, pela sociedade, do poder estadual sobre um espaço anteriormente sob responsabilidade do poder municipal e de domínio privado (SOUZA, 2006, p. 78). O processo de transformações, sob este ponto de vista, incluiu a compra da área de proprietários particulares por uma sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao governo federal, que depois de privatizada passou o “poder” sobre o território para uma empresa e esta repassou novamente ao estado (governo estadual), em cumprimento às exigências da legislação.

O Decreto nº 797 estabeleceu os limites oficiais da área, com 741,66 ha, definidos através do seu memorial descritivo, mas inclui também em suas considerações diversos elementos do Plano de Manejo da Estação Ecológica, principalmente extraídos da “Declaração de Significância”. Há claramente aqui a importância do processo de planejamento, principalmente executado pelo setor

técnico de uma empresa de consultoria, sobre o processo de criação, geralmente anterior e sob responsabilidade do órgão público gestor da UC.

Sob o ponto de vista dos atores agora interessados e envolvidos com esse território (de domínio público), foi de grande importância nessa etapa a entrega oficial de um documento com diversas reivindicações comunitárias frente à criação do Parque e à definição de sua Zona de Amortecimento.

Elaborado dois dias antes da cerimônia, o Documento Reivindicatório (Anexo 7) foi encaminhado ao governador do estado de Santa Catarina em nome da coordenação da Comunidade de Sede Brum. A coordenação, no caso, foi legitimada pelos representantes legais da Associação de Moradores, da Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude (SER Juventude), da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Prof. Francisco Bagatini e da Coordenação da Igreja local.

A análise do documento revela que, após a Consulta Pública, a comunidade de Sede Brum buscou aprofundamento no próprio Plano de Manejo, oficialmente disponibilizado durante e após o evento. Há também a exposição de questões ligadas à criação e planejamento da UC e à instalação da UHEI, resultantes de uma discussão junto a essa comunidade e a outras do entorno.

Dos possíveis danos destacados no documento, chama a atenção a vinculação de dois deles ao processo de enchimento do reservatório, a saber a “[...] diminuição do movimento econômico [...] pela indenização e retirada de inúmeras famílias”, e a “[...] grande proliferação de insetos causados pelas macrófitas”. Já os danos resultantes de ataques de animais silvestres e das restrições econômicas impostas pela ZA estão vinculadas somente à UC. Os ataques por animais silvestres representam de fato um potencial conflito entre UCs e comunidades do entorno (TERBORGH *et al.*, 2002), mas já eram acontecimentos corriqueiros na vida dos moradores antes da criação da UC, em função das áreas de mata nativa existentes na região (NICHELE, 2007).

Mas porque a reivindicação comunitária foi apresentada somente quando da criação do Parque, se a ZA da Estação Ecológica já representava restrições?

Em primeiro lugar, acredita-se que seja em função da legitimidade representada pelo decreto de criação; em segundo, por absorver o conteúdo do Plano de Manejo apresentado na Consulta Pública, bem como as ações de mobilização prévias capitaneadas pelo setor técnico responsável pela elaboração do Plano de Manejo e pela proposta de mudança de categoria (Da-Ré, comunicação pessoal em junho de 2006). Aqui há, portanto, um contraponto à consideração do pesquisador quanto à criação não oficial da UC ao denominar o território de Estação Ecológica Barra do Queimados e elaborar seu Plano de Manejo.

Dentre as reivindicações apresentadas no documento, também chama a atenção o fato de que duas fazem menção direta à ZA na forma de medidas de apoio às adequações supostamente necessárias na “transição do modelo de produção”. Tais medidas de apoio já eram, em parte, previstas nos programas de manejo definidos no Plano da Estação Ecológica (SOCIOAMBIENTAL, 2001). A integração das comunidades em “projetos de exploração econômica”, por sua vez, não estava diretamente ligada aos elementos do planejamento da Estação Ecológica. Isto porque a categoria não previa serviços de uso público, mas tal reivindicação estava ligada aos argumentos de mudança para Parque, também apresentados no Plano de Manejo e destacados na Consulta Pública (SOCIOAMBIENTAL, 2003; TRACTEBEL, 2003).

Além dessas questões, é interessante destacar a reivindicação por um “especial empenho na melhoria da via de acesso, inclusive com pavimentação asfáltica”. Segundo o documento, a reivindicação é motivada pela importância do Parque como referência em conscientização e preservação ambiental, mas também como forma de a UC dar um retorno econômico para a região.

O documento foi entregue em mãos ao governador em exercício, presente à cerimônia, por um representante da comunidade de Sede Brum, mas, segundo moradores do entorno, não houve resposta oficial. Muitas das reivindicações foram incorporadas na readequação do Plano de Manejo, como será visto adiante, mas não foram pautadas no documento. Isso deveu-se ao fato de o mesmo só ter sido identificado e analisado pela equipe técnica da empresa de consultoria em

2007, quando da execução dos Planos de Implantação, Incubação da Gestão e Operação do Parque (da qual o pesquisador participou).

4.4.3. O replanejamento

Aprovada a mudança da categoria de manejo e do nome da UC e oficializada sua criação, teve início ainda em 2003 mais uma fase das transformações territoriais em curso. Essa fase foi marcada principalmente pela necessidade de redefinição da organização e das formas de uso do território em função da diferença de objetivos e restrições impostas pela nova categoria de manejo.

Além disso, as “novas” articulações e expectativas dos atores institucionais e locais interessados no território da UC e/ou de sua ZA, e a evolução de algumas características geoecológicas, também constituíram aspectos a serem destacados dentre as transformações analisadas.

Como principal responsável pela promoção da mudança de categoria, a mesma empresa de consultoria foi escolhida pelo empreendedor e pelo órgão público para realizar as adequações pertinentes no Plano de Manejo. Essas negociações (e todas as demais) ligadas à contratação de serviços para os processos de planejamento e implantação da UC foram efetuadas diretamente pelo empreendedor da UHEI, com o prévio consentimento e aprovação do órgão público responsável, e sem a necessidade de licitação pública. Tal fato foi respaldado pelas negociações resultantes da medida compensatória, cuja exigência não especificava os procedimentos detalhados no Projeto de Implantação de Unidade de Conservação do EIA/RIMA (CNEC, 1990). O escopo incluía apenas a desapropriação ou aquisição e demarcação da área, bem como a implantação de uma estrutura de fiscalização e a elaboração de um plano de manejo (CNEC, 1990).

No primeiro relatório de andamento da adequação, elaborado pela empresa de consultoria ao empreendedor contratante e ao órgão público, foi apresentado o “Quadro de Adaptação para o Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann” (SOCIOAMBIENTAL, 2003). Segundo o relatório, as adaptações foram pautadas em “minuciosa análise do Plano de Manejo [...] identificando as alterações necessárias frente à nova categoria de enquadramento e [...] ao novo Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de UCs de Proteção Integral (IBAMA, 1996)” (SOCIOAMBIENTAL, 2003, p.1). Após apresentado e discutido o referido Quadro com a equipe da FATMA, a conclusão das alterações foi condicionada à realização de uma “viagem de imersão em campo” e posterior trabalho de escritório (num prazo de aproximadamente duas semanas) para elaboração do documento final (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Apesar de constatadas demandas de atualização ou complementação no diagnóstico do primeiro Plano de Manejo, as principais adaptações acordadas entre as três instituições ficaram principalmente restritas ao planejamento da UC (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Em relação às carências do diagnóstico, conforme já destacado no Capítulo 3 frente às necessidades de manejo da UC, ganhava destaque para o replanejamento principalmente a atualização do mapeamento de uso do solo e cobertura vegetal. Além da atualização, seria necessário englobar uma área maior do entorno, até os limites da Zona de Amortecimento, cujas atividades e ações foram mais detalhadas no novo planejamento.

Essa carência ficou evidente a partir da elaboração de um mapa com imagens de satélite de alta definição e da checagem em campo de áreas sobrepostas às antigas propriedades analisadas (Fig. 43), após o término da readequação do Plano de Manejo³⁷.

³⁷ O Plano foi readequado principalmente em 2004, ao passo que as imagens eram de 2005 e a checagem de campo foi realizada nos anos 2006 e 2007.

FIGURA 43 – Mapa com imagens de satélite da área do Parque e entorno, com os moradores cadastrados (e entrevistados) e locais de checagem a campo

Constatou-se, a partir das imagens de satélite e, principalmente, da checagem a campo, que a evolução da cobertura vegetal ocorreu de maneira rápida, mas ao mesmo tempo desigual entre as áreas.

Conforme já colocado no Capítulo 3, essa constatação refere-se principalmente às áreas correspondentes aos estágios sucessionais iniciais e médios classificados no primeiro Plano de Manejo (Fig. 25). Tais áreas refletem justamente os diferentes tipos de uso do solo dos ex-proprietários durante o período de ocupação anterior ao processo de indenização e/ou relocação.

Defende-se aqui que o histórico de uso das lavouras temporárias (trigo, soja, milho e feijão), sobretudo em função da aptidão do relevo e da disponibilidade para uso de maquinário agrícola, refletiu diretamente na evolução desigual da cobertura vegetal. Dessa forma, o estágio inicial de capoeirinha permanece até hoje em áreas usadas intensivamente (maquinário, defensivos, adubação e calagem, etc.), ao passo que outras áreas com maior declividade e/ou em que o ex-proprietário não tinha acesso a maquinário, encontram-se em estágio médio de sucessão. A proximidade com áreas de mata em estágio médio e/ou avançado também parece contribuir para essa evolução desigual.

Já as antigas lavouras permanentes, onde eram plantados principalmente erva-mate e cítricos, encontram-se atualmente em estágios médios a avançados de regeneração.

A relação entre a resiliência da cobertura vegetal e o histórico de uso dessas áreas confere aspecto importante tanto para o planejamento quanto para o manejo da UC. Nesse sentido, é destacada aqui como uma carência tanto na elaboração do primeiro Plano de Manejo quanto na sua readequação.

Embora se apresentem aqui subsídios para esta análise, a exemplo da incorporação das informações de uso do solo e histórico de ocupação das propriedades nos mapeamentos temáticos do Plano de Manejo, o tempo e detalhamento necessário para tanto transcendem os próprios objetivos do presente trabalho. Servem, no entanto, como norteadores para futuras pesquisas

(sendo inclusive um dos objetivos de manejo estabelecidos para o Parque) ou revisões do Plano de Manejo (previstas a cada cinco anos).

As novas formas de organização propostas na readequação do planejamento foram pautadas no novo Roteiro Metodológico do IBAMA, conforme apresentado anteriormente (item 2.1.2), e incluíram principalmente “Áreas Estratégicas Internas e Externas” (AEI e AEE) para espacializar as intervenções dos programas de manejo (IBAMA, 2006). Todas as demais ações, tanto internas quanto externas, passaram a ser classificadas como “Ações Gerenciais Gerais” sem especificidades de área, mas organizadas de acordo com os programas e sub-programas de manejo (IBAMA, 2006).

Da mesma forma, todo planejamento foi complementado em função das novas demandas de uso público objetivadas pela categoria Parque, identificadas durante a viagem de imersão a campo. A reorganização espacial incluiu o novo ordenamento do zoneamento e as atividades das Áreas Estratégicas Internas.

Em relação ao zoneamento (Fig. 44 e 45), além de uma zona exclusiva de uso intensivo, foi definida apenas uma zona de recuperação aglutinando todas as demais sub-zonas anteriormente propostas para a Estação Ecológica. Essa simplificação na zona de recuperação atendeu ao estabelecido no Roteiro do IBAMA e à falta de informações acerca da situação atual da cobertura vegetal e de sua evolução desde o diagnóstico do primeiro Plano de Manejo (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

FIGURA 44 – Mapa de Zoneamento do Parque Estadual Fritz Plaumann

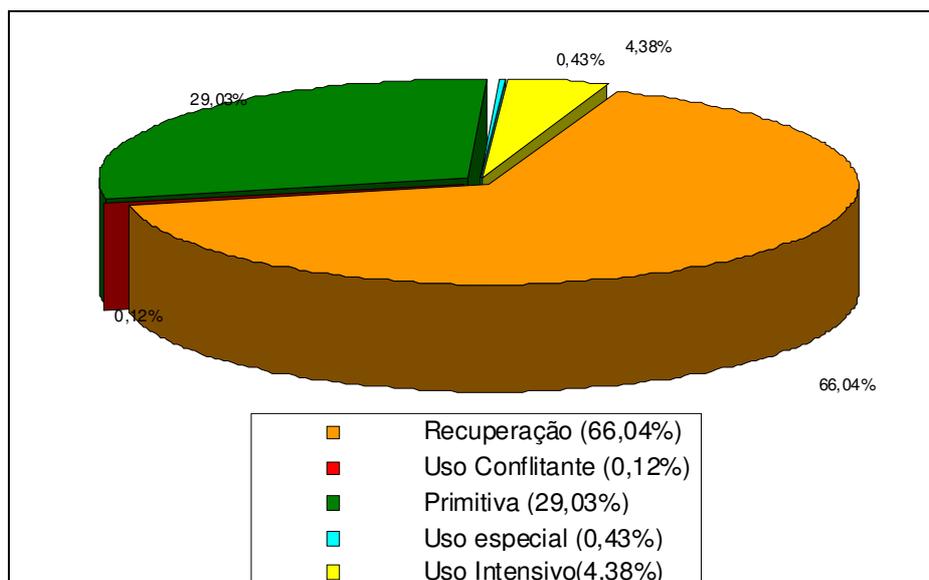


FIGURA 45 – Área percentual das distintas zonas em relação à área total do Parque Estadual Fritz Plaumann

Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2003)

A Zona de Amortecimento do Parque foi ajustada espacialmente apenas em função do aprimoramento resultante dos novos programas de georreferenciamento usados pela empresa de consultoria. Já em relação às propostas apresentadas, há a descrição de diversas normas gerais principalmente ligadas ao uso e ocupação do solo na área das comunidades inseridas em seus limites (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Essa normatização seria legalmente respaldada em um primeiro momento por uma portaria da FATMA aprovando o Plano de Manejo e, num segundo momento, por uma portaria específica de normatização da ZA, ainda não elaborada. Há nesse caso uma clara ligação com as preocupações levantadas pelos moradores do entorno quando da elaboração e entrega do Documento Reivindicatório. Fica evidente a manifestação legítima do poder estatal sobre propriedades de domínio privado frente a argumentações técnicas pautadas em possíveis impactos manifestados sobre a área da UC, de domínio público.

Como já colocado anteriormente, geram-se territorialidades sobrepostas com conflitos de interesse que, por um lado, poderiam inviabilizar atividades produtivas e, por outro, serem simplesmente negligenciadas, mantendo-se a manifestação dos impactos sobre o Parque.

No entanto, conforme constou nas propostas das Áreas Estratégicas e Ações Gerenciais Gerais Externas, foram definidas diretrizes e atividades fortemente voltadas ao diagnóstico participativo de problemáticas e potencialidades, bem como a identificação e apoio para implantação de atividades e/ou práticas produtivas compatíveis com os objetivos de conservação do Parque (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

As Áreas Estratégicas Internas e Externas (Fig. 46 e 47) especificadas no Plano seguem na mesma linha e são complementares às Ações Gerenciais Gerais dos diferentes programas de manejo, principalmente em relação ao incremento do uso público e ao processo de integração das comunidades da ZA (SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Já o “Sistema de Gestão” proposto na readequação do Plano incorpora as inovações inerentes à regulamentação do SNUC em relação à gestão compartilhada das UCs com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's). De acordo com Socioambiental (2003), o papel da OSCIP seria de extrema importância para criar condições à futura sustentabilidade da UC, ficando responsável por

articular parcerias estratégicas de suporte, parceiros executores deste Plano de Manejo, e o próprio Subprograma de Cooperação Institucional; apoiar a elaboração de projetos e captação de recursos; assessorar e complementar Ações Gerenciais Gerais e atividades das Áreas Estratégicas ligadas à implantação básica e sustentabilidade futura do Parque; coordenar as principais ações voltadas para o entorno, a exemplo do Sistema de Integração da Zona de Amortecimento e da implantação do Centro Temático; desempenhar outras atribuições definidas no convênio / contrato de gestão compartilhada, observada a legislação pertinente, sem prejuízo das atribuições institucionais da FATMA. (SOCIOAMBIENTAL, 2003, p. 167)

Outro aspecto que merece destaque refere-se à articulação e expectativa dos atores locais e institucionais durante a readequação do Plano de Manejo. Se, por um lado, foram previstas no escopo do planejamento diversas diretrizes e ações voltadas ao envolvimento dos atores interessados no processo subsequente de implantação e gestão da UC, não houve de fato participação efetiva dos interessados nessas definições.

FIGURA 46 – Áreas Estratégicas Internas do Parque

FIGURA 47 – Áreas Estratégicas Externas do Parque

Ainda em 2003, durante o processo de readequação do Plano de Manejo, e seguindo o planejamento proposto pela FATMA durante a Consulta Pública, foi promovida a “Reunião de preparação para formação do Conselho Consultivo do Parque Estadual Fritz Plaumann”. Essa reunião contou com a participação dos atores que manifestaram interesse na Consulta Pública e outros (Fig. 48 e ANEXO 3).

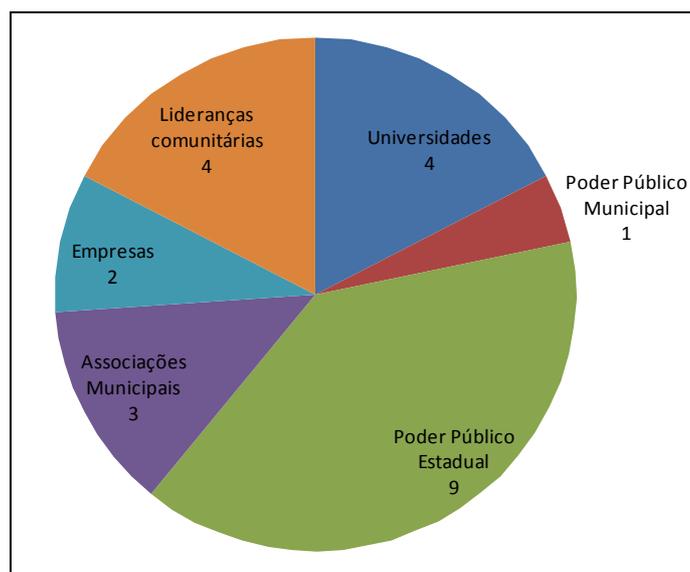


FIGURA 48 – Categorias de atores mobilizados na “Reunião preparatória para formação do Conselho Consultivo do Parque” (02/12/2003)

Fonte: HERMES-SILVA (2008)

Frente à participação dos interessados durante os processos de criação do Parque (mobilização para consulta Pública e manifestação de interesse de participação no Conselho Consultivo), houve de fato uma continuidade na representação de diferentes setores da sociedade, ainda que em distintas proporções. Já na “Reunião preparatória para formação do Conselho Consultivo do Parque”, realizada em dezembro de 2003, há um aumento significativo de representantes do poder público estadual.

Embora fuja do período de análise do presente trabalho, observa-se que tanto a proporção na representação desses setores quanto grande parte dos atores interessados continuaram ligados aos processos subseqüentes ao planejamento do Parque, sendo de fato incorporados no Conselho Consultivo,

constituído em outubro de 2006 (um ano após a aprovação do Plano de Manejo, durante a execução do Plano de Incubação da Gestão).

No entanto, como já destacado, a participação efetiva dos atores locais na elaboração do Plano de Manejo foi praticamente inexistente. O destaque fica por conta da participação de representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais, entidade de classe presente desde a época do processo de indenização e/ou relocação das antigas propriedades.

A participação desses atores poderia ter sido viabilizada, sobretudo, através de uma oficina de planejamento participativo, prevista no Roteiro do IBAMA (IBAMA, 2000). O próprio interesse dos atores locais em participar da elaboração do documento, evidenciado na etapa de mobilização para a mudança da categoria e do nome (SOCIOAMBIENTAL, 2003), não foi considerado.

O curto espaço de tempo e os recursos limitados para efetuar as alterações necessárias possibilitaram apenas uma reunião com representantes da universidade local (UnC) quando foram discutidos os principais resultados das alterações, sobretudo em relação às áreas e ações de manejo ligadas à pesquisa científica (Da-Ré, comunicação pessoal em junho de 2006).

Ao que tudo indica, na execução dos Planos de Implantação, Incubação da Gestão e Operação do Parque, a partir de novembro de 2005, não houve, em decorrência da baixa participação durante a elaboração do Plano de Manejo, obstáculos significativos na nova mobilização de atores interessados nessa fase.

Mesmo assim, novos esforços foram necessários antes e durante o início dessa nova etapa de transformações territoriais, com destaque para o processo de sensibilização proporcionado pela organização de viagens temáticas para moradores das comunidades do entorno do Parque. De forma coordenada entre a empresa de consultoria, o empreendedor da UHEI e o órgão público responsável pela UC, essas viagens serviram de gatilho para os processos de implementação posteriores ao planejamento, sendo que uma delas coincidiu com a data de aprovação oficial do Plano de Manejo através da Portaria governamental nº. 82, de outubro de 2005.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

As abordagens metodológicas adotadas pela presente pesquisa se mostraram adequadas para a consecução dos objetivos propostos, sobretudo em relação ao levantamento do histórico de ocupação e uso do solo das antigas propriedades rurais e das transformações territoriais subseqüentes, ligadas aos processos de criação e planejamento da UC. A pesquisa documental e o mapeamento de atores foram facilitados pela participação do pesquisador em processos pretéritos e atuais ligados à UC. Essa mesma participação, no entanto, é aqui considerada como um fator não desvinculado dos resultados encontrados, ainda que de maneira indistinta ao longo da discussão efetuada.

O conceito de território e seu enfoque analítico em relação aos processos de implementação das unidades de conservação mostraram-se válidos se considerarmos tanto as características quanto a dinâmica de transformação (criação/recriação) de um dado espaço geográfico. Aspectos que se apresentam de grande importância nesse sentido incluem as características geológicas, os tipos de uso, a organização, os sentimentos e expectativas dos atores, mas principalmente o poder sobre o território em questão. Todos esses aspectos sofrem um dinamismo próprio durante os diferentes processos de implementação de uma unidade de conservação, seja na sua criação, no seu planejamento, na sua implantação e/ou durante sua gestão.

As unidades de conservação estaduais, sob responsabilidade da FATMA, possuem situações diversas sob o ponto de vista da efetividade dos processos de implementação aqui discutidos. O Parque Estadual Fritz Plaumann, nesse contexto, é uma UC com um histórico de grandes singularidades, não só por perpassar todos esses processos, com a particularidade da própria mudança do nome e da categoria de manejo inicialmente definidos, como também por se inserir numa transformação ainda maior, ligada à instalação da Usina Hidrelétrica Itá. Como conseqüência desse fato, as transformações territoriais relacionadas

aos processos de criação e planejamento da UC tiveram que ser precedidos da análise da ocupação, do uso do solo e do processo de “perda” do território pelos antigos proprietários da área.

Nesse sentido, considera-se aqui que o estudo do histórico de ocupação do território e de uso do solo junto aos antigos proprietários de uma área destinada à criação de uma UC é importante sob diferentes sentidos e pode ser útil ao seu manejo. Em primeiro lugar, pode servir como subsídio ao processo de compreensão da sucessão vegetal e fornecer direcionamento para projetos de restauração, fundamentais tanto na elaboração quanto na execução do Plano de Manejo. Em segundo, apresentam-se como fonte de informações significativas para o programa de educação e interpretação ambiental da UC, sobretudo em um território com comunidades historicamente ligadas a ele. Tais ligações são de fato marcantes sob o ponto de vista da identidade territorial e das características histórico-culturais dessas comunidades.

Além disso, os processos de indenização e/ou relocação dos proprietários, neste caso ligado à instalação da UHEI e à própria criação da UC, carecem de um profundo aperfeiçoamento, pois representam uma transformação impactante tanto para os moradores atingidos quanto para as comunidades a que pertencem. Melhorias nos procedimentos de informação e comunicação e na assistência social e financeira junto aos atingidos se mostraram fundamentais para minimizar os efeitos negativos das transformações. Os laços afetivos com o território em questão (identidade territorial), ligados à terra ou ao tecido social da comunidade, são aspectos pouco destacados nesse processo, mas igualmente impactantes. No caso da criação de uma UC, podem e devem ser alvo de ações durante todos os processos de implementação. Cita-se, por exemplo, a valorização de aspectos locais na definição do nome durante a criação da UC ou no planejamento de ações voltadas ao resgate histórico-cultural de comunidades total ou parcialmente sobrepostas aos seus limites.

No presente estudo, a pesquisa subsidiou tanto o processo de implantação da UC, através da elaboração de um painel sobre o histórico das

antigas propriedades da área (Fig. 49) exposto na sala de exposições do Centro de Visitantes, quanto o processo de gestão, através da definição de roteiros interpretativos para as trilhas sobrepostas a essas antigas propriedades.



FIGURA 49 – Painel da sala de exposições do Centro de Visitantes do Parque Estadual Fritz Plaumann, elaborado a partir dos dados da pesquisa

Fonte: ACERVO DO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN

A definição do território de uma UC, no caso representada pelos seus limites, categoria de manejo e nome deve, portanto, incorporar procedimentos que garantam a participação de atores locais e institucionais interessados em seu manejo. No presente estudo de caso, a definição dos limites ocorreu em função do aproveitamento de áreas já indenizadas pela UHEI e da identificação de remanescentes da Floresta Estacional Decidual, formação florestal já bastante fragmentada e descaracterizada pela ocupação e desenvolvimento verificados na região do Alto Uruguai Catarinense. Enquanto o nome escolhido fazia menção à localização e valorizava aspectos locais do território, a categoria de manejo definida não foi condizente com as características geocológicas da área e com a nova finalidade que teria. Isso porque a proteção de 741 hectares de uma área, em sua maior parte antropizada e com pequenos remanescentes florestais, teria

pouca contribuição para a conservação e restauração da Floresta Estacional Decidual, tendo em vista sua distribuição e características originais.

Além disso, igualmente precipitado foi o início do processo de planejamento da UC, representado pela elaboração do seu Plano de Manejo. Durante esse processo, no entanto, abriu-se a possibilidade de setores técnicos ligados a unidades de conservação construírem argumentos favoráveis e contrários à categoria definida e analisarem a viabilidade de mudança frente às expectativas locais e das instituições interessadas no manejo da UC. A redefinição do território, ocorrida com a mudança para categoria Parque, foi de fato mais condizente com as características da área e com o potencial de contribuição para seu objetivo maior.

No entanto, diversos aspectos ligados à garantia de participação da sociedade civil não contribuíram para isso, mesmo com o desenvolvimento dos marcos legais e técnicos ocorridos na época, evidenciados pela regulamentação do SNUC, publicação do SEUC e do novo Roteiro Metodológico de Planejamento de UCs de Proteção Integral do IBAMA. A começar pela definição do novo nome da UC, que não atendeu às expectativas da sociedade no que diz respeito a uma escolha democrática e condizente com o contexto local. Além disto, diversas formas de participação de atores locais e institucionais, explicitamente interessados na UC, não foram efetivadas, provavelmente em decorrência dos custos e do tempo adicionais que representariam perante as mudanças em curso para o empreendedor da UHEI e para o órgão público responsável pela UC. Considera-se aqui fundamental a promoção da participação tanto de atores locais quanto de setores técnicos no processo de criação e planejamento de uma UC.

Ficou também evidente, a partir do estudo de caso, que a participação do setor privado nos processos de implementação de unidades de conservação no território catarinense é bastante significativa, tanto no caso das empresas legalmente responsabilizadas por impulsionar tais processos como medida compensatória dos impactos causados por seus empreendimentos como,

principalmente, por empresas prestadoras de serviços de consultoria para levar a cabo a execução de tais processos.

No caso da UC estudada, percebe-se que a empresa de consultoria teve papel fundamental nos processos de criação e planejamento. Não só na prestação dos serviços para a elaboração do Plano de Manejo e de sua re-adequação, mas, sobretudo, na intermediação das negociações entre órgão público e empreendedor responsáveis, respectivamente, pela UC e UHEI, e na articulação e mobilização de atores institucionais e locais da sociedade civil durante as transformações em curso. Esse papel ficou evidente durante o processo de mudança da categoria de manejo analisada, bem como nos processos em andamento de implantação e (incubação da) gestão não analisados pelo presente trabalho. Por outro lado, o papel assumido pela empresa revela a fragilidade do órgão público responsável pela UC durante seus processos de implementação, principalmente na promoção da participação da sociedade civil, aspecto também demonstrado aqui como imprescindível para a efetividade da UC como território tal qual definido pela legislação pertinente.

Por fim, os processos subseqüentes à criação e ao planejamento da UC, representados pela execução dos Planos de Implantação, Incubação da Gestão e Operação do Parque foram otimizados pelas análises do presente trabalho e demonstram grande potencial para reverter quadros negativos inerentes a esses processos. Por um lado, isso é conseqüência de uma “parceria” estabelecida entre o órgão público responsável pela UC, o empreendedor responsável pela UHEI e a empresa de consultoria ligada à execução dos processos de implementação. Essa “parceria” é vista como salutar à consecução dos objetivos da UC, bem como garantia de participação da sociedade civil na sua implementação, mesmo porque a empresa de consultoria transcendeu às obrigações legais impostas pelo licenciamento da UHEI. No entanto, o papel de destaque que assume a empresa de consultoria nesses processos novamente evidencia a fragilidade do órgão público e do próprio arcabouço legal ligado tanto aos eventos de licenciamento ambiental como também de implementação de unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

AJARA, C. A Abordagem Geográfica: Suas Possibilidades no Tratamento da Questão Ambiental. In: MESQUITA, Olindina V. e SILVA, Solange T. **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1993.

Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Concórdia (ASPLAN). **Anuário de 2006**. In: <www.concordia.sc.gov.br/asplan>. Acesso em: 19 de setembro de 2007.

BOEIRA, S. M. **Estudo da dinâmica territorial rural** – a implantação da usina hidrelétrica Barra Grande no planalto sul catarinense. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

BORDO, A. A.; SILVA, C. H. P. da; NUNES, M.; BARBOSA, T.; MIRALHA, W. – 2004 – **As diferentes abordagens do conceito de território**. (Trabalho de conclusão da disciplina “O tempo, o espaço e o território: uma questão de método”, do curso de Mestrado do FCT/UNESP). In: <www.prudente.unesp.br/eventos/semana_geo/adilsonbordo.pdf>. Acesso em: 02 de março de 2006.

BORRINI-FEYERABEND, G. **Manejo Participativo de Áreas Protegidas: adaptando o método ao contexto**. União Mundial para a Natureza – UICN, 1997.

BRASIL. Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934; institui o Código Florestal Brasileiro.

_____. Decreto-Lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940; Estabelece Novas Normas para o Aforamento de Terrenos de Marinha e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei nº 3.438, de 17 de julho de 1941; Esclarece e Amplia o Decreto-Lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

_____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; regulamente os artigos da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

CABRAL, L. O. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

CAMARGO, A.. História Oral e Política. In: MORAES, Marieta de. **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p: 75-100.

CASTRO, I. E de. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L. e GOMES, P. C. da C. **Geografia: conceitos e temas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CATTANEO, D. e SUERTEGARAY, D. M. A. Identidade territorial em unidades de conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. Florianópolis, 2003. **Anais**, p. 2.491-2.499.

CAZELLA, A. A. e MATTEI, L.F. Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais. In: CONGRESSO DE LA ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, VI, Porto Alegre, 2002. **Anais...**Buenos Aires: ALASRU, 2002. 1 CD-Room.

Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (GERASUL). **Processo de Seleção de Propostas Nº 20695128** – Plano de Manejo das Áreas da Unidade de Conservação da UHE Itá. Florianópolis: GERASUL, 1999.

CENTRO DE DIVULGAÇÃO AMBIENTAL (CDA). **Relocação de Núcleos de Apoio à População** – Caracterização Físico-Territorial do Município de Concórdia/SC (13). Itá, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2ª Ed. Cortez: São Paulo, 1991.

Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. (CNEC). **EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica Itá**. Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. Curitiba, 1989.

_____. **Inserção Regional das UHE's Itá e Machadinho 2ª fase. Levantamento dos recursos naturais:** caracterização da fauna de vertebrados da Área de Influência da UHE Itá. Curitiba, 1988.

_____. **Plano de Levantamento dos Recursos Naturais –** Caracterização Geomorfológica da Área de Influência de Itá. Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. Curitiba, 1987.

COSTA, R. G. **Parecer jurídico sobre a proposta de estruturação da gestão compartilhada do Parque Estadual Fritz Plaumann**. Florianópolis: Socioambiental Consultores Associados Ltda., 2006. Documento interno.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DAVEMPORT, L. e RAO, M. A História da Proteção: Paradoxos do Passado e Desafios do Futuro. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAİK, C.; DAVEMPORT, L.; RAO, M. (Org.). **Tornando os Parques Eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. Da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

DESLANDES, S. F. A construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A.C. e NOGARA, P.J. **O nosso lugar virou parque:** estudo sócio-ambiental do Saco Mamanguá – Parati/ Rio de Janeiro. São Paulo, NUPAUB/USP, 1994.

FERREIRA, A. G. Z. **Concórdia: O Rastro de sua História**. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.

FERRO, J. **Influência da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural: um estudo de caso no município de Concórdia/SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

FONSECA, G. A. B. da; PINTO, L. P. de S.; RYLANDS, A. B. Biodiversidade e Unidades de Conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Curitiba, IAP / UNILIVRE / Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. **Anais**, vol. I, p: 262-285.

Fundação do Meio Ambiente (FATMA). **Legislação das unidades de conservação administradas pela Fundação do Meio Ambiente**. Florianópolis, FATMA, 1999.

_____. **Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann**. Florianópolis, FATMA, 2005.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L. e GOMES, P. C. da C. **Geografia: conceitos e temas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2005.

GUIVANT, J. S. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. In: **Revista Ambiente e Sociedade**. Ano I, n. 2, 1º semestre 1998.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L. e GOMES, P. C. da C. **Geografia: conceitos e temas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2005.

HERMES-SILVA, E. **Vidas pedem passagem: afinidades e conflitos na relação de moradores do entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro com a fauna**

local. Florianópolis, 2002. Monografia (necessária à obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas). Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Censo de 1960. CD-Room.

_____. Censo de 1970. CD-Room.

_____. Censo de 1980. CD-Room.

_____. Mapa de Vegetação do Brasil 2004. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 15/12/2007.

_____. Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1991. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 12/10/2007.

_____. Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1996. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 12/10/2007.

_____. Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2000. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 12/10/2007.

_____. Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2007. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 12/10/2007.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Roteiro metodológico para o planejamento de unidades de conservação de uso indireto**. Brasília: MMA/IBAMA, 1996.

_____. **Roteiro Metodológico de Planejamento** – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília: MMA/IBAMA, 2002.

JORGE PÁDUA, M. T. Efetividade das políticas de conservação da biodiversidade. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Campo Grande, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. **Anais**, vol. I, p: 104-116.

KLEIN, R. M. Fitogeografia do Estado de Santa Catarina. In: **Reunião do Grupo Técnico Regional do Cone Sul em Melhoramento e Utilização dos Recursos Forrageiros das áreas Tropical e Subtropical**. Lages: EMPASC, 1989, p. 26-52.

_____. Árvores nativas da floresta subtropical do Alto Uruguai. **Selowia**, 1972, 24: 09-62.

LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme**. Campinas, Ed. Unicamp, pp. 13-34, 1993. (Introdução Geral).

LEÃO, R. **Estudo preliminar das problemáticas da hidrologia florestal do Lajeado Cruzeiro – Parque Estadual Fritz Plaumann e Zona de Amortecimento, Concórdia/SC**. Concórdia, 2007. Relatório de estágio (necessário para obtenção do título de Engenheiro Ambiental), Curso de Engenharia Ambiental, Universidade do Conestado, Campus Concórdia.

MARETTI, C. Desafios e oportunidades para a co-gestão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: CONSTRUINDO UM MODELO DE CO-GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA O ESTADO DE SÃO PAULO, 2003, São Paulo. **Anais...**São Paulo: [s.n.], 2003.

MATOS, C. H. de; HERMES-SILVA, E.; OLÍMPIO, J. **A evolução das abordagens participativas no planejamento das Unidades de Conservação: algumas experiências e novos desafios**. Trabalho submetido ao IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 2004. Não publicado.

MARCHESAN, J. **A questão ambiental na produção agrícola: um estudo sócio-histórico-cultural no município de Concórdia (SC)**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2003.

MEDEIROS, R. A política de criação de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Curitiba, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004. **Anais**, Cd-room.

MILANO, M. S. Mitos no Manejo de Unidades de Conservação no Brasil, ou a Verdadeira Ameaça. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Campo Grande, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. **Anais**, vol. I, p: 11-25.

MILLER, K. R. Evolução do conceito de áreas de proteção – oportunidades para o século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Curitiba, IAP / UNILIVRE / Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. **Anais**, vol. I, p: 3-21.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social** – Teoria, método e criatividade. 21^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. Tese de Doutorado. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

NICHELE, M. A. **Conflitos e afinidades entre os moradores e a fauna nativa do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann** – Concórdia, SC. Concórdia, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (necessário para obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas), Curso de Ciências Biológicas, Universidade do Contestado, Campus Concórdia.

NORDI, N. Etnoecologia e Desenvolvimento Sustentável. In: **Cadernos do 4º Fórum de Educação Ambiental: 1º Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, Associação Projeto Roda Viva / Instituto Ecoar Para Cidadania / Instituto de Estudos Sócio-econômicos UNESC, 1997, p: 133-136.

PETERSEN, G. D; CUMMING, G. S. e CARPENTER, S. Scenario Planning: a Tool for Conservation in an Uncertain World. In: **Conservation Biology**. Malden: Blackwell Publishing Inc. Volume 17, no 2, april/2003, pp. 358-366.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza: Um Livro-Texto em Ecologia Básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993, 3^a ed.

ROCHA, S. B. Unidades de Conservação e populações tradicionais: uma visão conservacionista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE

CONSERVAÇÃO. Curitiba, IAP / UNILIVRE / Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. **Anais**, vol. I, p: 368-387.

RODRIGUES, A. M. **Espaço, Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Releituras do Território. São Paulo: Terra Livre-AGB, no 11-12, p. 77-90, ago./93.

RÖPER, M. Geografia Social e Unidades de Conservação. Reflexões Teóricas e Exemplos da Bacia do Alto Paraguai (Mato Grosso). In: **GEOSUL** 14 (27): 45-66, 1999.

SANTA CATARINA. **Lei nº 11.986, de 12 de novembro de 2001**. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e adota outras providências. Florianópolis – SC. Novembro, 2001.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SCHÄFFER, W; PROCHNOW, M (Org.). **A Mata Atlântica e você**: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira. Brasília: APREMAVI, 2002.

SDM/SC. **Bacias Hidrográficas de Santa Catarina**: Diagnóstico Geral. Florianópolis, 1997.

SOCIOAMBIENTAL- Consultores Associados Ltda. **Proposta Técnico-comercial Elaboração do Plano de Manejo das Unidades de Conservação da UHE Itá**. Florianópolis/SC, 2000. Documento interno.

_____. **Plano de Manejo da Estação Ecológica Barra do Queimados**. Florianópolis/SC, 2001. Documento interno.

_____. **Relatório Resumo de Viagem** – Mobilização de Consulta Pública para Criação de Parque Estadual em Barra do Queimados. Florianópolis/SC, 2003. Documento Interno.

_____. **Relatório de Andamento** – Adequação do Plano de Manejo da ESEC Barra do Queimados para a categoria Parque. Florianópolis/SC, 2003. Documento Interno.

_____. **Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann.** Florianópolis/SC, 2003. Documento interno.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L. e GOMES, P. C. da C. **Geografia: conceitos e temas.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TERBORGH, J. e VAN SCHAIK, C. Por que o Mundo Necessita de Parques. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVEMPORT, L.; RAO, M. (Org.). **Tornando os Parques Eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. Da UFPR / Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado** – história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRACTEBEL Energia S.A. **Plano Diretor da Usina Hidrelétrica Itá.** Itá, TRACTEBEL Energia S.A., 2001.

_____. **Consulta Pública para a criação do Parque Estadual Fritz Plaumann na Barra do Rio dos Queimados** – Concórdia/SC. Casa da Cultura, Concórdia, 17/09/2003. Gravação VHS.

VAN HOUSE, Nancy. **Actor-Network Theory, Knowledge Work and Digital Libraries.** Disponível em: <<http://www.sims.Berkeley.Edu/~vanhouse/pubs.htm>> Acesso em 10 set. 2004.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Ed. Autores Associados. 2ª ed. Campinas, 2003.

VEIGA RIOS, A. V. Conflitos socioambientais e a proteção da Mata Atlântica: Populações humanas em áreas protegidas. In: LIMA, A (Org.). **Aspectos jurídicos de proteção da Mata Atlântica.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001, p: 53-59.

VILANOVA, M. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: MORAIS, M. de (Org.). **História Oral.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p:45-74.

VILL, J. **Municípios e unidades de conservação federais e estaduais no sul de Santa Catarina**: possibilidades e desafios. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1

Mobilização de Consulta Pública para criação de Parque Estadual em Barra do Queimados - 28/08 a 01/09/2003

Entidades e pessoas contatadas:

- N. Z. – Assoc. Biólogos de Concórdia (ABIOC);
- A. G. – ABIOC; Coordenador Curso Turismo UnC;
- A. P. de O. – Coord. Curso Ciências Biol. UnC;
- N. A. – Vice-Coordenador Ciências Biol. UnC;
- J. S. – Líder Grupo Pesquisas em Meio Ambiente, CPU, UnC;
- A. J. B. – Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- P. A. C. – Diretor FUMDEMA (Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente);
- L. F. – FUMDEMA;
- M. V. – FUMDEMA;
- Dr. L. S. M. Jr – Promotor Público, Curadoria do Meio Ambiente;
- R. F. – Vice-Presidente Associação Comercial e Industrial de Concórdia;
- R. K. P. – Consórcio Lambari e AMAUC;
- V. A. R. – Agente Articulador do SEBRAE na região de Concórdia;
- V. B. – Pres. Comunidade da Capela de Sede Brum;
- A. D. – Diretor da Escola de Sede Brum.

Pontos mais relevantes:

- Recepção foi muito boa por parte de todos;
- Praticamente todos vêem categoria de Parque Estadual como mais condizente com as expectativas. Exceção, a princípio, foi a UnC, que tinha receio de perder finalidade de pesquisas; porém, ao ser esclarecido que este também é um objetivo de Parques, e que o Plano de Manejo é que define o encaminhamento destas atividades, colocaram-se a favor dos argumentos de Parque Estadual;
- Muitos dos atores contatados colocam-se interessados em participar da adequação do Plano de Manejo;
- Ficou evidente a necessidade/importância de uma visita à região por uma equipe da FATMA, dando um caráter mais institucional, onde devem ser visitados pelo menos o Prefeito de Concórdia, a AMULB (Prefeito de Itá é o Presidente), o Promotor Público, a FUMDEMA e a UnC;
- Várias entidades se manifestaram interessadas em aparecer como apoiadores oficiais, inclusive no próprio convite: Consórcio LAMBARI, AMAUC. FUMDEMA, UnC, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo, SEBRAE; talvez seja bom checar com os outros contatados também;
- ACIC se dispôs a convidar especificamente todo o setor comercial e industrial; também a mobilizar rádio e jornal;
- Secretário de Turismo dispôs-se a mobilizar as 33 entidades do Conselho Municipal de Turismo;
- FUNDEMA sugeriu o auditório da Fundação Cultural (400 lugares); pré-reservou, mas aguarda confirmação da data para fazer a reserva definitiva;
- Consenso de que o melhor horário é das 14:00 às 16:00 ou 17:00 h;
- A data de 17/09 está adequada;
- Quanto ao nome, vários se manifestaram favoráveis à manutenção de “Barra do Queimados”; alguns preferem “Alto Uruguai”; apenas uma pessoa preferiu “Fritz Plaumann”. Todos concordaram em fazer uma votação no dia. Porém, surgiu a proposta de colocar previamente, na página da UnC na internet, uma lista para votação (ou até abrir um tempo para sugestões antes), e as 3 ou 4 mais votadas vão para votação na DISCUSSÃO PÚBLICA do dia 17/09. Quanto à proposta “Parque Estadual do Contestado”, poderia gerar confusão, pois em Irani já há um Parque (temático) do Contestado;
- Quanto à data de criação, o Consórcio LAMBARI sugeriu que fosse simultânea ao evento de lançamento público do Comitê de Bacia do Jacutinga. Este Comitê envolve, através de um sub-comitê específico, o Rio dos Queimados. A data provável é 23/09, devendo contar com a presença do Governador, que estaria em viagem de dois dias ao oeste do Estado.

ANEXO 3

Lista de presença da Reunião de preparação do Conselho Consultivo do
Parque Estadual Frit Plaumann – 02/12/2003

REUNIAO PREPARATORIA PARA
FORMAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO
DO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN
CONCÓRDIA, 02.12.2003

NOME	ENT / INSTITUIÇÃO	fone / E-MAIL
Ubirajara Maciel	Sede Braun	49-442-9405
Neri Zanferrari	ABIOC	49-442-3840
Alair M. Judisco	APROHODIA	49-444-5698
Geuti Baurz	Jornalismo Ambiental / Associação de Jornalistas Ambientais, com.br	49-442-2034
João Augusto Brasola	Fatima	48.224.8299
Beloni T. Pauli Martini	FATMA	(48) 224-8299 224-8299
M. DE FÁTIMA B. BRASOLA	FATMA	(48) 2248299
Vânia Helena Techio	UnC - Concórdia	49-441-1068 vht@uncnet.br
Del. Traciha Aveliz	UnC - Concórdia	49-441-1068 Kfarassa@netcon.com.br
Luiz Carlos Bergamo	SDR - CONCÓRDIA	442.3878 bergamo@epqgq.net-sc
F. A. M. de S. S. S.	SDR - Concórdia	442.3878
Aguiar das Dal Pin	E. E. F. Francisco Bergamini - sede Braun	442-5386
Guilherme Bussatti	Associação Moradores Sede Braun (Bussatti@netcon.com.br)	442-9412
Moacir Valecorngli	P.M.C. FUMDEMA (Associação Valcaerengli) (@bd.com.br)	442.2624
Lucylos Gheno	IIS - UCA	4429399
Gelei Gheno	Assinadores de Sede Braun	442 9399
NESIO TUMELGRO	SDR - CONCÓRDIA	442-3878
Arlene G. P. de Oliveira	UnC - Concórdia	4411067
JUSTINO DECCINI	STR	442-0332
Emis Berta	6ª SDR Sec. Adj.	442 3878
Amureli P. Perin	ECSA (perin@ECSA-sc.com.br)	4581749
Wille Dirigou Freddi	SBS - Gerência Social sbs@bndsp.gov.br	4423826
		4411067

ANEXO 4

Questionário-piloto para profissionais de instituições ligadas ao processo de criação do Parque

PROJETO DE MESTRADO / EDUARDO HERMES SILVA

Os processos de criação e planejamento do Parque Estadual Fritz Plaumann e a(s) transformação(ões) do território em três comunidades rurais de Concórdia/SC

Questionário-piloto: "sobre o processo de criação da UC"

- 1) Você participou do processo de criação da Estação Ecológica Barra do Queimados (atual Parque Estadual Fritz Plaumann)? Na época, qual era o seu cargo na instituição e a sua função no processo de criação da UC?

- 2) Na sua opinião, quais instituições e profissionais (inclusive da sua instituição) foram responsáveis e/ou atuaram diretamente no processo de criação da UC? Qual foi o papel de cada uma destas instituições?

- 3) Você lembra de alguma outra instituição pública ou da sociedade civil, da esfera estadual e/ou municipal, que acompanhou e/ou interveio no processo? Qual (ais)?

- 4) Para você, qual(ais) aspecto(s) ou fato(s) foi(ram) mais marcante(s) no processo de criação da UC? Por quê?

- () Conflitos inter-institucionais () Baixa participação da sociedade () Pressões político-partidárias
 () Cooperação inter-institucional () Alta participação da sociedade () Omissão/negligência política
 () Outros: _____

ANEXO 5

Questionário-piloto para moradores do entorno do Parque

PROJETO DE MESTRADO / EDUARDO HERMES SILVA

Os processos de criação e planejamento do Parque Estadual Fritz Plaumann e a(s) transformação(ões) do território em três comunidades rurais de Concórdia/SC

Questionário-piloto: "sobre o processo de criação da UC"

- 1) Você lembra da época em que começou a se falar na criação da Estação Ecológica Barra do Queimados, atual Parque Estadual Fritz Plaumann?

- 2) Como a notícia da criação da Estação Ecológica (atual Parque) chegou até você ou até a comunidade em que você mora ou morava?

- 3) Qual foi a sua reação quando recebeu a notícia? E a da comunidade em que mora ou morava?

- 4) Você lembra quais eram as instituições ou entidades responsáveis pela criação da Estação?

- 5) Você sabia para que servia ou quais os objetivos de uma Estação Ecológica na época?

- 6) Você sabia qual seria o tamanho da área da Estação (atual Parque) ou quais propriedades rurais ela iria abranger?

- 7) Você acha que os responsáveis poderiam ter feito algo diferente pra melhorar o processo de criação da Estação (atual Parque) na época? O quê?

ANEXO 6

Roteiro de perguntas para aplicação de entrevistas semi-estruturada com ex-proprietários da área do Parque

1. Como se chamava a comunidade onde o(a) Sr(a). morava?
2. Quando o(a) Sr.(a) chegou ali?
3. Herdou da família ou comprou as terras?
4. Veio de onde? E a família do Sr(a). (descendência)?
5. Até quando ou quanto tempo o(a) Sr(a). permaneceu na propriedade?
6. Quantos moravam ali com o(a) Sr(a).?
7. Começou produzindo o que na propriedade?
8. Manteve sempre essa atividade ou mudou? Para o quê? Quando? Chegou a mudar de novo de atividade?

LINHA DO TEMPO

9. Qual era o tamanho da área?
10. Lembra como era e como usava a propriedade?
11. Onde era a residência?
12. O que produzia na lavoura? Qual era o tamanho das lavouras? Onde se localizavam (desenho)?
13. E o tamanho e localização dos poteiros?
14. E o tamanho e localização da granja e/ou do chiqueirão?
15. E o tamanho e localização das matas e capoeiras? Tinham muitas árvores grandes na propriedade?
16. Existia alguma outra coisa na propriedade (como açudes, rios, etc)?

DESENHO FALADO DO USO DA PROPRIEDADE

17. Usava as matas ou capoeiras para tirar lenha, remédio ou alimento?

18. E o rio Uruguai/Queimados/Cruzeiro, usava para pescar ou nadar? Tinha barco?
19. Via muitos bichos na época em morava lá? Quais? Alguns desses bichos o(a) Sr(a) deixou de ver com o tempo?
20. Quais foram, para o(a) Sr(a), os momentos mais marcantes na vida da comunidade?
21. E os momentos mais marcantes na sua vida ou de sua família?
22. Que acontecimentos mudaram a sua vida e a da comunidade?

LINHA DO TEMPO

23. Como aconteceram essas mudanças?
24. Quando e como foi que chegou a notícia da construção da barragem? Como o(a) Sr(a) reagiu? E a sua família? E a comunidade?
25. Quando e como foi que chegou a notícia da construção da reserva? Como o(a) Sr(a) reagiu? E a sua família? E a comunidade?

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

26. O que o(a) Sr(a) achou da mudança do nome da reserva?

ANEXO 7

Documento de reivindicação da Comunidade de Sede Brum para criação do Parque

Concórdia (SC), 22 de Setembro e 2003

DOCUMENTO REIVINDICATÓRIO

Ao;
Excelentíssimo Governador em exercício:
Eduardo Pinho Moreira

Hoje, estamos vivendo um momento histórico para a nossa Comunidade de Sede Brum, nosso Município e Região, a criação do Parque Estadual Fritz Plaumann.

Mas, não podemos esquecer das conseqüências que o mesmo traz, e vai trazer para os agricultores familiares que moram ao seu redor, principalmente os da zona de amortecimento:

- Diminuição do movimento econômico nos estabelecimentos comerciais e nas comunidades, pela indenização e retirada de inúmeras famílias;
- Perda econômica nas propriedades atingida pela área de amortecimento
- Danos nas plantações causados por animais silvestres, principalmente roedores e primatas;
- Grande proliferação de insetos causados pelas macrófitas (marequinha d' água);

Diante destas e de outras conseqüências, estamos trazendo através deste, reivindicações, para repor tamanhas perdas;

- Recurso a fundo perdido para transição no modelo de produção nas propriedades rurais;
- Orientação e acompanhamento técnico gratuito para esta transição;
- Indenização de áreas, instalações e cultivares quando necessário;
- Prioridade para os moradores atingidos em futuros projetos de exploração econômica no Parque Fritz Plaumann;

É de nosso interesse e também do poder público, que este Parque seja um espaço de referência na conscientização e preservação ambiental, e dê retorno econômico para a região, motivos este que também pedimos um especial empenho na melhoria da via de acesso, inclusive com pavimentação asfáltica;

Desde já agradecemos. Aguardamos resposta.

Pela coordenação da Comunidade de Sede Brum:

Gilvânio Brunetti
 Presidente da Ass. de Moradores

Márcia Bonaguidi
 Presidente do SER Juventude

Alcides A. Steindler
 Presidente da APP

Cláudio Basso
 Coordenação da Igreja